



**STCP**

**RELATÓRIO E**

**CONTAS**

**2025**



**STCP**

**RELATÓRIO E**

**CONTAS**

**2025**

**MENSAGEM DA PRESIDENTE 005**

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2025 007**

**1. INTRODUÇÃO 009**

1.1 ENQUADRAMENTO 011

1.2 INDICADORES 012

1.3 ACONTECIMENTOS 014

**2. ATIVIDADE 017**

2.1 SERVIÇO E REDE 018

2.2 PASSAGEIROS, RECEITA E OFERTA 019

2.3 PASSAGEIROS, RECEITA E OFERTA AUTOCARRO 024

2.4 PASSAGEIROS, RECEITA E OFERTA CARRO ELÉTRICO 028

2.5 COMUNICAÇÃO AO PÚBLICO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS 029

2.6 MUSEU DO CARRO ELÉTRICO 034

**3. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO 037**

3.1 INVESTIMENTO E ALIENAÇÕES 038

3.2 SITUAÇÃO PATRIMONIAL 039

3.3 COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS DOS CONTRATOS 040

3.4 RESULTADOS 041

**4. PESSOAS 045**

4.1 QUEM SOMOS 046

4.2 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO 050

4.3 BEM-ESTAR 051

# ÍNDICE

**5. FROTA 055**

**6. AMBIENTE 059**

**7. PARTES INTERESSADAS 065**

7.1 ACIONISTAS E AUTORIDADES DE TRANSPORTE 066

7.2 CLIENTES 067

7.3 COMUNIDADE 067

7.4 TRABALHADORES 069

7.5 FORNECEDORES 069

**8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 071**

8.1 ESTRUTURA ACIONISTA 072

8.2 CUMPRIMENTO DIVULGAÇÕES LEGAIS 073

8.3 MODELO DE GOVERNO 075

8.4 SISTEMAS DE GESTÃO 079

**9. FACTOS SUBSEQUENTES E PERSPETIVAS PARA 2026 081**

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 085

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 089**

1. CONTAS DO EXERCÍCIO 2025 091

2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 099

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 163**  
**E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

**GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI) 171**



A valorização do nosso legado, que faz parte da memória coletiva da cidade do Porto e da região, é inseparável da ambição de projetar a empresa para o futuro.

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Apresentamos o Relatório e Contas de 2025 num momento de transição e renovação na vida da STCP.

Tomei posse como Presidente do Conselho de Administração em fevereiro de 2026, assumindo com sentido de responsabilidade a liderança de uma empresa com um papel essencial na mobilidade da Área Metropolitana do Porto e na vida quotidiana de centenas de milhares de pessoas. Os resultados agora apresentados refletem o trabalho, o empenho e a dedicação de toda a organização ao longo de 2025. A todos os trabalhadores da STCP, motoristas, equipas operacionais, técnicas e de suporte, deixo uma palavra de reconhecimento pelo profissionalismo e pelo compromisso com o serviço público que diariamente asseguram.

A STCP é, antes de mais, uma empresa de pessoas e para as pessoas. É essa dimensão que sustenta a nossa missão: garantir um serviço de transporte público acessível, fiável e próximo, contribuindo para a coesão territorial, a inclusão social e a qualidade de vida nos municípios onde operamos.

O ano de 2025 confirma a relevância estratégica da STCP enquanto operador público e evidencia a necessidade de prosseguir o investimento numa organização mais eficiente, mais ágil e mais preparada para responder aos desafios da mobilidade urbana. É nesse sentido que orientaremos a nossa atuação nos próximos anos.

A sustentabilidade, nas suas dimensões económica, social e ambiental, continuará a orientar as nossas decisões. Uma gestão rigorosa e equilibrada, capaz de sustentar o

investimento necessário à modernização da operação, ao mesmo tempo que reforçamos o nosso contributo para a descarbonização e para a transição energética do setor dos transportes.

Sustentabilidade é também um compromisso com as pessoas: com os nossos trabalhadores, através da valorização e qualificação das equipas, e com os nossos clientes, através da melhoria contínua da qualidade do serviço prestado.

A inovação será igualmente um pilar central neste novo ciclo. A digitalização, a melhoria da informação ao público e a integração de soluções tecnológicas na operação são fatores determinantes para construirmos uma mobilidade mais eficiente, mais transparente e mais orientada para o utilizador.

Ao mesmo tempo, a STCP continuará a afirmar-se como uma instituição com história, identidade e responsabilidade pública. A valorização do nosso legado, que faz parte da memória coletiva da cidade do Porto e da região, é inseparável da ambição de projetar a empresa para o futuro.

Assumo este desafio com sentido de missão e com a convicção de que, em conjunto com toda a organização, com os nossos acionistas e parceiros institucionais, seremos capazes de reforçar o papel da STCP como operador público de referência, ao serviço das pessoas, das cidades onde operamos e de uma mobilidade mais sustentável.

Luís Osório

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2025



# INTRODUÇÃO

1





## 1.1 ENQUADRAMENTO

### **O Relatório de Gestão de 2025 da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A. (STCP) apresenta os resultados de 2024 e 2025.**

O ano de 2025 foi marcado, a nível internacional, pela continuação da guerra provocada pela agressão Russa à Ucrânia e instabilidade progressiva no Médio Oriente. Em Portugal, a taxa de inflação registada foi de 2,3%.

Na área geográfica servida pela STCP destaca-se a construção de infraestruturas de elevada dimensão, tais como a construção da linha rosa, com elevado impacto no tráfego e circulação dos autocarros.

A 1 de janeiro de 2025 iniciou-se um novo período contratual a 10 anos, enquadrado por três contratos: Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pela STCP, Contrato de Serviço Público de Transporte de Passageiros em Carro Elétrico no Município do Porto e o Contrato-Programa do Museu do Carro Elétrico.

Este relatório foi elaborado de acordo com o estipulado no Código das Sociedades Comerciais e inclui a informação necessária para dar cumprimento aos compromissos e às obrigações legais de reporte financeiro, bem como de reporte de sustentabilidade e de boas práticas de governo societário, este último elaborado autonomamente e designado por Relatório de Governo Societário 2025.

A Demonstração Não Financeira, nos termos do artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, está descrita ao longo deste relatório e centra-se principalmente em questões relevantes quer do ponto de vista da sustentabilidade, quer nas vertentes económica e social, bem como no âmbito da sua importância para o negócio e para as partes interessadas. Foi elaborada tendo por orientação as Diretrizes de Elaboração do *Global Reporting Initiative* (GRI), padrão internacional para o desenvolvimento de modelos de sustentabilidade, na sua versão standard, não sendo realizada verificação externa.

## 1.2 INDICADORES

TABELA 1 VARIAÇÃO 2025/2024

<b>REDE DE SERVIÇO PÚBLICO A 31/12</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>ABS.</b>	<b>%</b>
Extensão da Rede (Km)	503	503	0	0,0%
Número de linhas [1]	74	74	0	0,0%
Número de Paragens	2.517	2.516	1	0,0%

[1] 71 linhas em modo autocarro e 3 linhas em modo carro elétrico.

TABELA 2 VARIAÇÃO 2025/2024

<b>SERVIÇO (MILHARES)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>ABS.</b>	<b>%</b>
Passageiros Autocarro	71.211	70.955	256	0,4%
Passageiros Carro Elétrico	625	653	-28	-4,3%
<b>Total Passageiros</b>	<b>71.836</b>	<b>71.608</b>	<b>228</b>	<b>0,3%</b>
Receita Autocarro (€)	50.751	49.838	914	1,8%
Receita Carro Elétrico (€)	2.405	2.510	-105	-4,2%
<b>Total Receita (€)</b>	<b>53.156</b>	<b>52.347</b>	<b>809</b>	<b>1,5%</b>
Veículos Km de serviço Autocarro	21.554	21.250	304	1,4%
Veículos Km de serviço Carro Elétrico	185	181	4	2,4%
<b>Total Veículos Km de serviço STCP</b>	<b>21.739</b>	<b>21.431</b>	<b>308</b>	<b>1,4%</b>

TABELA 3 VARIAÇÃO 2025/2024

<b>EFETIVO A 31/12 [2]</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>ABS.</b>	<b>%</b>
<b>Pessoal Tripulante</b>	<b>1.040</b>	<b>1.007</b>	<b>33</b>	<b>3,3%</b>
Motoristas	1.016	983	33	3,4%
Guarda-freios	24	24	0	0,0%
% Pessoal Tripulante	74%	73%	0 pp	0,1%
<b>Efetivo Total a 31/12</b>	<b>1.414</b>	<b>1.371</b>	<b>43</b>	<b>3,1%</b>

[2] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

TABELA 4 VARIAÇÃO 2025/2024

<b>FROTA EM PARQUE A 31/12</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>ABS.</b>	<b>%</b>
Frota de Autocarros	444	444	0	0,0%
Frota de Carros Elétricos	7	7	0	0,0%
<b>Total Frota a 31/12</b>	<b>451</b>	<b>451</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>

TABELA 5 VARIAÇÃO 2025/2024

<b>INVESTIMENTO (MILHARES EUROS)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>ABS.</b>	<b>%</b>
<b>Investimento (milhares euros)</b>	<b>14.565</b>	<b>4.354</b>	<b>10.210</b>	<b>234%</b>

TABELA 6 VARIAÇÃO 2025/2024

<b>RESULTADOS (MILHARES EUROS)</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>ABS.</b>	<b>%</b>
Resultado Operacional (EBIT)	2.559	0	2.559	n.a.
Resultado Financeiro	0	0	0	n.a.
Transferências Financeiras Lei n.º 50/2012	0	0	0	n.a.
Imposto sobre o Rendimento	342	84	258	308%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>2.901</b>	<b>84</b>	<b>2.817</b>	<b>3365%</b>

## 1.3 ACONTECIMENTOS

**01 JAN**

Início de um novo período contratual a 10 anos, nomeadamente o Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pela STCP, o Contrato de Serviço Público de Transporte de Passageiros em Carro Elétrico no Município do Porto e o Contrato-Programa do Museu do Carro Elétrico.

**11 FEV**

Lançamento de inquérito de satisfação de clientes.

**03 MAR**

Início do "Cidade em Movimento", *podcast* destinado a debater a mobilidade do futuro.

**21 MAR**

No primeiro ano de operação, a linha 404 transportou mais de 230 mil passageiros.

**02 ABR**

Lançamento da nova campanha institucional "Um pequeno passo para si, um grande passo para a cidade", com a assinatura "Vá de Autocarro".

**24 ABR**

Ciclo de concertos a bordo da linha 400, no âmbito do programa artístico azevedo.

**28 ABR**

No apagão geral, a operação foi mantida garantindo a mobilidade.

**04 MAI**

O emblemático Desfile do Carro Elétrico regressou à marginal do Porto, para celebrar o património cultural da cidade.

**13 MAI**

Melhor ano de sempre na Queima das Fitas: vaivéns e linhas 200 e 205 transportaram mais de 90 mil estudantes.

**04 JUL**

Envio à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes da atualização dos modelos de avaliação económica financeira dos contratos acima referidos (EVF 2025).

**09 JUL**

Introduzido o sistema de pagamento automático com referência bancária.

**25 JUL**

Adjudicação de aquisição de 30 autocarros *standard* elétricos e estação de carregamento elétrica.

**25 SET**

Entrada em funcionamento de novo website institucional, renovado para oferecer uma experiência digital mais intuitiva, moderna e acessível.

**03 NOV**

Lançamento de concurso público internacional para a aquisição de 50 autocarros articulados, movidos a gás natural ou biometano com a possibilidade de aquisição opcional de mais 10 veículos.

**06 DEZ**

Lançamento de vídeo de Natal "Com a STCP, ninguém fica sozinho".

**29 DEZ**

STCP assegura a maior operação de sempre na passagem de ano, garantindo deslocações mais confortáveis e seguras durante as celebrações.

ATIVIDADE

2



## 2.1 SERVIÇO E REDE

A STCP opera os modos rodoviário e ferroviário. Em 31 de dezembro de 2025, a empresa explora 74 linhas, 71 das quais em modo autocarro e 3 em modo carro elétrico.

São servidas 43 freguesias de seis concelhos da Área Metropolitana do Porto (AMP), em que habitam cerca de 1,1 milhão de habitantes: Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia. Com uma extensão total de 503 km, a rede serve 2.517 paragens.



## 2.2 PASSAGEIROS, RECEITA E OFERTA

### PASSAGEIROS

A STCP transportou 71,8 milhões de passageiros em 2025, um valor 0,3% superior ao registado em 2024. Fruto das políticas de alargamento da gratuidade do transporte público que têm vindo a ser prosseguidas, é de notar um crescimento de 1,3% nos passageiros com assinatura mensal face a 2024, destacando-se os jovens até aos 23 anos abrangidos pelo programa de gratuidade.

As dificuldades de operação decorrentes dos constrangimentos provocados pela construção de infraestruturas de

elevada dimensão, tais como a construção da linha rosa no centro do Porto, construção da linha Rubi em Vila Nova de Gaia mantiveram-se, o que impediu um crescimento da procura mais expressivo.

No quadro seguinte pode observar-se a evolução desagregada por grupo de título de transporte.

Conforme ilustrado no gráfico, a maioria dos passageiros da STCP, cerca de 88%, viaja com passes de assinaturas mensais.

TABELA 7

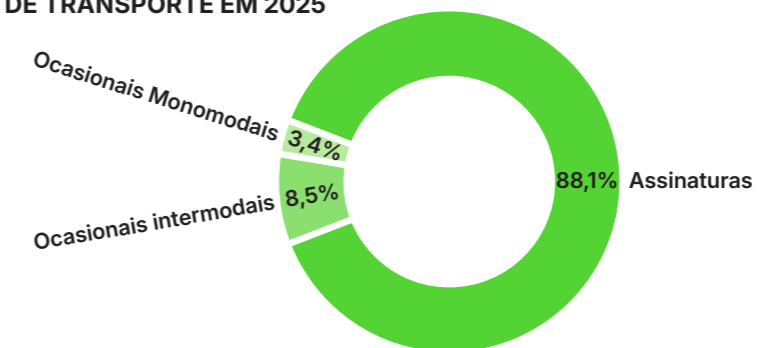
PASSAGEIROS POR TÍTULO DE TRANSPORTE (MILHARES)	VARIAÇÃO 2025/2024			
	2025	2024	ABS.	%
<b>Assinaturas [1]</b>	<b>63.300</b>	<b>62.501</b>	799	1,3%
Intermodais	62.553	61.660	893	1,4%
Monomodais	747	841	-94	-11%
<b>Títulos Ocasionais e Diários</b>	<b>8.536</b>	<b>9.107</b>	<b>-571</b>	<b>-6,3%</b>
Intermodais	6.107	6.543	-437	-6,7%
Monomodais	2.429	2.564	-135	-5,3%
Bilhete Bordo Autocarro	1.768	1.909	-141	-7,4%
Bilhetes Carro Elétrico	582	611	-28	-4,6%
Outros [2]	79	45	34	77%
<b>Passageiros</b>	<b>71.836</b>	<b>71.608</b>	<b>228</b>	<b>0,3%</b>

[1] Inclui assinaturas gratuitas.

[2] Serviços especiais não gratuitos

GRÁFICO 1

### ESTRUTURA TÍTULO DE TRANSPORTE EM 2025



## MÉDIA DE PASSAGEIROS POR TIPO DE DIA E REDE

No quadro abaixo seguem os valores médios de passageiros transportados, por rede – diurna e madrugada – e por tipo de dia – útil, sábado e domingo.

A evolução de 2024 para 2025 do número de passageiros transportados por tipo de dia foi positiva em todos os segmentos, com exceção dos sábados. Consta-se que, no global, em média a STCP serviu cerca de 195 mil passageiros por dia na rede diurna e cerca de 1,7 mil passageiros por dia na rede madrugada.

TABELA 8 VARIAÇÃO 2025/2024

MÉDIA DE PASSAGEIROS POR TIPO DE DIA E REDE (MILHARES)						VARIAÇÃO 2025/2024			
Tipo de Dia	2025			2024			ABS.		
	Rede Diurna	Madrugada	Total	Rede Diurna	Madrugada	Total	Rede Diurna	Madrugada	Total
Dias Úteis	239,2	1,6	240,7	236,7	1,5	238,2	2,5	0,1	2,5
Sábado	122,0	2,1	124,1	122,6	2,0	124,5	-0,5	0,1	-0,5
Domingo [1]	83,9	1,9	85,7	83,6	1,9	85,5	0,2	-0,0	0,2
<b>Total</b>	<b>195,1</b>	<b>1,7</b>	<b>196,8</b>	<b>194,0</b>	<b>1,6</b>	<b>195,7</b>	<b>1,1</b>	<b>0,0</b>	<b>1,2</b>

[1] inclui feriados.

## AUMENTO TARIFÁRIO

Em 2025, a taxa de aumento tarifário (TAT) definida pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) foi de 2,02%, aplicada somente a títulos e tarifas de transporte ocasionais, mantendo-se o preço ao público para as assinaturas intermodais.

O preço do bilhete de bordo monomodal de autocarro manteve-se em 2,50 euros e os bilhetes monomodais do Carro Elétrico também mantiveram o preço de 2024.

## RECEITA

Em 2025 a receita de transporte ascendeu a 53,2 milhões de euros, mais 809 milhares de euros que em 2024, +1,5%.

A redução da receita de bilheteira, que é a paga diretamente pelos passageiros, foi equilibrada pelo aumento das compensações tarifárias, decorrentes dos programas de incentivo à utilização de transporte público, nomeadamente o alargamento de gratuidade do transporte público até aos 23 anos, em janeiro de 2025. A receita média por passageiro aumentou para 0,74€ (+1,2% face a 2024).

TABELA 9 VARIAÇÃO 2025/2024

RECEITA DE TRANSPORTE	2025	2024	ABS.	%
Receita de Bilheteira	31.971	34.989	-3.017	-8,6%
Compensações Tarifárias [1]	21.185	17.359	3.827	22%
<b>Receita de Transporte</b>	<b>53.156</b>	<b>52.347</b>	<b>809</b>	<b>1,5%</b>
Receita média por passageiro (em cêntimos euro)	74	73	0,9	1,2%

[1] Incentiva+, Antigos Combatentes e Social Andante.

No quadro seguinte pode observar-se a evolução da receita desagregada por grupo de título de transporte.

Os títulos que geram mais receita são as assinaturas (75%), tendo apresentado um aumento de 4,5% em relação a 2024, explicado quer pelo aumento de passageiros em 1,3%, quer pelo aumento de receita média em 3,2%.

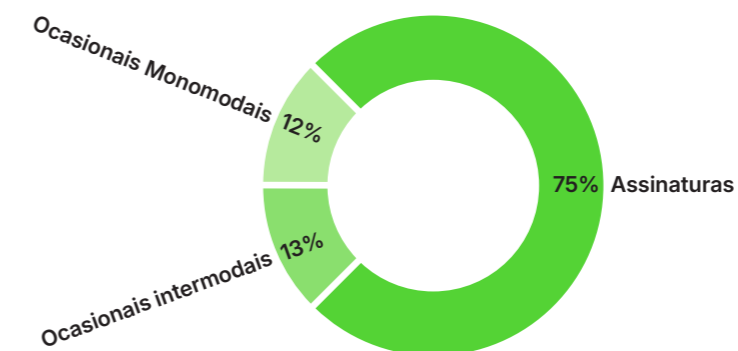
TABELA 10 VARIAÇÃO 2025/2024

RECEITA POR TÍTULO DE TRANSPORTE (MILHARES EUROS)	2025	2024	ABS.	%
<b>Assinaturas</b>	<b>39.777</b>	<b>38.051</b>	<b>1.726</b>	<b>4,5%</b>
Intermodais	39.776	38.048	1.728	4,5%
Monomodais	1	3	-2	-59%
<b>Títulos Ocasionais e Diários</b>	<b>13.379</b>	<b>14.296</b>	<b>-917</b>	<b>-6,4%</b>
Intermodais	6.762	7.234	-471	-6,5%
Monomodais	6.617	7.062	-446	-6,3%
Bilhete Bordo Autocarro	4.169	4.509	-339	-7,5%
Bilhetes Carro Elétrico	2.378	2.484	-106	-4,3%
Outros [1]	69	69	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>53.156</b>	<b>52.347</b>	<b>809</b>	<b>1,5%</b>

[1] Serviços especiais não gratuitos

## GRÁFICO 2

### ESTRUTURA RECEITA POR TIPO DE TÍTULO EM 2025



## FISCALIZAÇÃO DA RECEITA

Em 2025 foram fiscalizados cerca de 1,5 milhões de passageiros e 83.500 viagens. O número de autos registados aumentou aproximadamente 21%, correspondendo a uma taxa de fraude de 0,5%.

Procedeu-se à renovação total dos equipamentos de fiscalização. A 9 de julho de 2025 foi introduzida a funcionalidade de pagamento dos autos através de referência bancária.

Mantiveram-se as ações de fiscalização especiais com o apoio da Polícia de Segurança Pública, assegurando melhores condições de segurança para motoristas e passageiros.

TABELA 11

FISCALIZAÇÃO	VARIAÇÃO 2025/2024			
	2025	2024	ABS.	%
Passageiros Fiscalizados (milhares)	1.493	1.633	-140	-8,6%
Número de Autos (milhares)	8	6	1	21%
Taxa de Fiscalização dos Passageiros %	2,1%	2,3%	-0	-8,6%
Taxa de Fraude %	0,5%	0,4%	0	32%
Viagens Fiscalizadas (milhares)	84	93	-9	-10%
Taxa de Fiscalização de Viagens %	4,1%	4,8%	-0	-14%

## REDE DE VENDAS

A rede de Vendas Andante, gerida pela Transportes Metropolitanos do Porto, EMT, SA, é constituída por canais físicos – lojas Andante, Pontos de Venda CP, Revendedores, Máquinas de Venda Automática da Metro do Porto, rede ATM nacional e o canal digital Anda. A 31 de dezembro de 2025 havia 1.849 locais de venda, distribuídos pelos diversos concelhos da Área Metropolitana do Porto (AMP), a que crescem cerca de 12.000 ATM em todo o país.

A STCP vende bilhetes monomodais a bordo, no Autocarro e Carro Elétrico, estando disponível o pagamento por meio de MB Way Express.

# 75%

da receita vem de assinaturas

# 0,74€

receita média por passageiro

## OFERTA

Foram percorridos 21,7 milhões de veículos km de serviço em 2025, registando-se um aumento de 1,4% face a 2024.

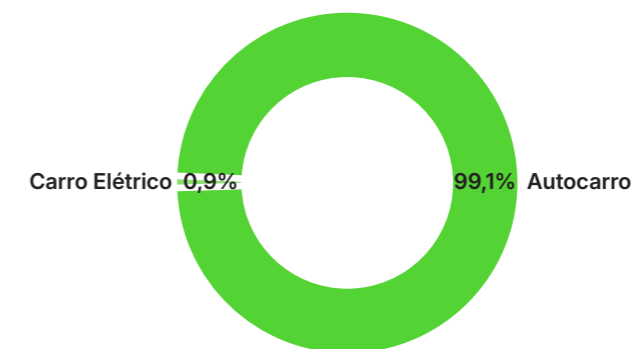
Conforme se pode observar no gráfico abaixo, o modo auto-carro represente 99% da oferta.

TABELA 12

VEÍCULOS KM (MILHARES)	VARIAÇÃO 2025/2024			
	2025	2024	ABS.	%
<b>Veículos Km de serviço STCP</b>	<b>21.739</b>	<b>21.431</b>	<b>308</b>	<b>1,4%</b>
Autocarro	21.554	21.250	304	1,4%
Carro Elétrico	185	181	4	2,4%

GRÁFICO 3

### VEÍCULOS QUILOMETROS DE SERVIÇO POR MODO EM 2025



## 2.3 PASSAGEIROS, RECEITA E OFERTA AUTOCARRO

A 31 de dezembro de 2025 a STCP explora 71 linhas de autocarro, dispondo de uma frota total de 444 autocarros e de uma rede com extensão total de 503 quilómetros.

Em 2025 foram transportados em autocarro 71,2 milhões de passageiros, mais 256 milhares passageiros do que em 2024, em linha com o aumento dos lugares km oferecidos.

A receita de transporte em autocarro foi de 50,8 milhões de euros, registando um acréscimo de 914 milhares de euros face a 2024, mais 1,8%, reflexo do aumento de procura.

TABELA 13

INDICADORES OPERACIONAIS AUTOCARRO	VARIAÇÃO 2025/2024			
	2025	2024	ABS.	%
Passageiros (milhares)	71.211	70.955	256	0,4%
Passageiros Km (milhares)	272.061	270.136	1.925	0,7%
Percurso médio por passageiro (Km)	3,82	3,81	0	0,4%
Receita de Transporte (milhares euros)	50.751	49.838	914	1,8%
Receita Média por veículos Km (euros)	2,4	2,3	0	0,4%
Receita Média por passageiro (euros)	0,71	0,70	0	1,5%
Veículos Km de serviço (milhares)	21.554	21.250	304	1,4%
Lugares Km de Serviço (milhares)	1.811.073	1.798.855	12.218	0,7%
Lotação média	84	85	-1	-0,7%
Viaturas utilizadas na Ponta Máxima	389	383	6	1,6%
Horas de Serviço (milhares)	1.362	1.396	-35	-2,5%
Velocidade Média de Serviço (Km/h)	15,8	15,2	1	4,0%
Taxa de Ocupação	15,0%	15,0%	0,0 pp	0,0%
Taxa de Cumprimento do Serviço [1]	90,9%	92,0%	-1,1 pp	-1,1%

[1] em 2025 a fonte de cálculo deste indicador foi alterada para a metodologia prevista no Contrato de Serviço Público Rodoviário. Se fosse calculada pela metodologia de 2024, o valor seria de 94,6 %.

# 71,2M 195K

passageiros transportados

passageiros/dia (rede diurna)

## ALTERAÇÕES DEFINITIVAS NA REDE DE AUTOCARRO

O ano de 2025 foi de estabilidade na rede STCP, com pequenos ajustes introduzidos:

- Em março, o término da linha 800 foi alterado da Rua Firmeza para a Rua Sá da Bandeira, junto ao Mercado do Bolhão.

- Em abril, após a colocação de abrigos junto ao Hospital São João, foram efetuados ajustes nos terminos das linhas 204, 404 e 505, e numa paragem da linha 603.

## ALTERAÇÕES PROVISÓRIAS NA REDE DE AUTOCARRO

Ao longo do ano de 2025, continuaram a existir diversas obras de longa duração, com substancial impacto na operação, quer pela alteração de percurso das linhas e acréscimo dos tempos de percurso, quer pelo aumento de tráfego nos troços envolvidos, limitando a velocidade comercial e gerando atrasos de horário:

- No Porto, a construção da Linha Rosa do Metro do Porto, afetando vários pontos fulcrais da rede da STCP no centro/baixa da cidade, Rua dos Clérigos/Lóios/Praça da Liberdade, Praça Almeida Garrett, Galiza e Boavista/Av. de França;
- Em Vila Nova de Gaia, a construção da Linha Rubi, com impacto na zona do Candal, Devesas, VL8, acesso à Ponte da Arrábida e Santo Ovídeo;

- Em Águas Santas, Maia, as obras na Rua D. Afonso Henriques, durante o primeiro quadrimestre, obrigaram a desvio significativo das linhas 701, 702, 703, 704 e 5M;
- Em Valongo, obras na R. de São Vicente, entre Aldeia Nova e Cabeda, em Alfena, com impacto prolongado na linha 701, na primeira metade do ano.

No ano de 2025 registaram-se 427 desvios, uma diminuição de 49 face a 2024, menos -10%.

A rede da STCP dispõe de vias reservadas à circulação, algumas delas partilhadas com motociclos e/ou bicicletas, numa extensão de cerca de 25 km, dos quais 18 km estão disponibilizados no concelho do Porto.

TABELA 14

DESVIOS	VARIAÇÃO 2025/2024			
	2025	2024	ABS.	%
Nº Desvios	427	476	-49	-10%

TABELA 15

CORREDORES BUS	VARIAÇÃO 2025/2024			
	2025	2024	ABS.	%
Extensão (km)	24,6	23,3	1,3	5,4%



## OPERAÇÃO VIA LIVRE – STCP COM COMPETÊNCIA PARA FISCALIZAR ESTACIONAMENTO INDEVIDO

Desde 24 de maio de 2024 a empresa detém o código de Entidade Autuante 131200400, atribuído pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, por cumprir os requisitos estabelecidos na alínea d) do n.º 1 e na alínea c) do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, na sua redação atual<sup>1</sup>.

Esta competência abrange a fiscalização do estacionamento nas vias e espaços públicos, dentro das localidades, para além dos destinados a parques ou zonas de estacionamento, quer fora das localidades, desde que estejam sob a jurisdição municipal do Porto.

O Serviço Via Livre tem especial incidência nas vias por onde circulam os autocarros da empresa, e visa a promoção do cumprimento das normas de circulação e estacionamento, contribuindo para a melhoria da mobilidade urbana.

No ano 2025 a STCP consolidou a sua intervenção na fiscalização do estacionamento e gestão de infrações rodoviárias, reforçando a presença operacional nas vias com circulação de transporte público no concelho do Porto. Foram registadas no ano 7.632 infrações de estacionamento, distribuídas por 205 ruas do concelho do Porto, verificando-se uma forte concentração espacial, com 62% das infrações ocorridas em apenas 25 artérias, evidenciando padrões de incumprimento com impacto significativo na operação da rede de transporte público. Estes constrangimentos operacionais revelam-se particularmente intensos em zonas de elevada dinâmica urbana, associada a atividades comerciais e de saúde. As principais infrações corresponderam ao estacionamento proibido, ao estacionamento em paragens de transporte público e à ocupação indevida de vias BUS, com impacto direto na regularidade do serviço e no embarque e desembarque dos passageiros.

TABELA 16

VARIAÇÃO 2025/2024

OPERAÇÃO VIA LIVRE	2025	2024	ABS.	%
Número de Multas	7.632	3.130	4.502	144%

[1] Inclui intervenções de multa e ações de advertência.

Paralelamente à atividade operacional, decorreu a terceira ação de Formação Profissional de Agentes de Fiscalização de Estacionamento, com a duração de 98 horas. Com esta ação passou a existir um total de 42 trabalhadores com formação específica nesta área.

Os dados operacionais e o feedback recolhido junto das equipas confirmam um impacto positivo da atividade de fiscalização na circulação dos autocarros STCP, consolidando este modelo como um instrumento relevante para a promoção de uma mobilidade urbana mais eficiente, sustentável e orientada para o interesse público.

Todo o Processo de Fiscalização é planeado de forma integrada, incluindo os processos de tramitação de contraordenações, recorrendo a uma ferramenta digital de gestão e monitorização. Este modelo garante a rastreabilidade de todo o ciclo contraordenacional, desde a deteção da infração até à sua conclusão administrativa, assegurando maior eficácia e controlo dos procedimentos.

A totalidade da receita arrecadada reverteu para o Município do Porto, em conformidade com a legislação em vigor, não constituindo, por isso, uma fonte direta de financiamento para a STCP, mas representando um instrumento de regulação do uso do espaço público.

<sup>1</sup> A competência para a fiscalização do cumprimento das disposições do Código da Estrada e da restante legislação complementar, resulta da delegação de competências efetuada pelo Município do Porto, em conformidade com o que dispõe os Estatutos da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. bem como na alínea c) do n.º3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro (Código da Estrada) e da alínea e), n.º 1, do artigo 5º, dos Estatutos da STCP E.I.M., S.A.

# 21,7M

km percorridos

# 503

km de rede

## 2.4 PASSAGEIROS, RECEITA E OFERTA CARRO ELÉTRICO

O serviço de Carro Elétrico, especialmente procurado por turistas nacionais e estrangeiros, serve exclusivamente o concelho do Porto, num percurso desde a Foz do rio Douro, até ao centro histórico através de três linhas de carro elétrico. A extensão da rede, com 9 quilómetros, serve 46 paragens no total, 32 exclusivas e 14 partilhadas com o modo autocarro.

Devido às obras da Linha Rosa do Metro do Porto na Praça da Liberdade, manteve-se suspensa a operação da linha 22, Carmo-Batalha/Guindais, desde novembro de 2021. O percurso da linha 18 continua em desvio junto ao Hospital de Santo António, devido às obras na Pr. Parada Leitão e Jardim do Carregal, permanecendo um segmento em contrasentido na Rua da Restauração, entre a Cordoaria e o Largo do Viriato, com apoio policial.

TABELA 17

INDICADORES OPERACIONAIS CARRO ELÉTRICO	2025	2024	VARIAÇÃO 2025/2024	
			ABS.	%
Passageiros (milhares)	625	653	-28	-4,3%
Passageiros Km (milhares)	1.415	1.463	-48	-3,3%
Percurso médio por passageiro (Km)	2,3	2,2	0	1,0%
Receita de Transporte (milhares euros)	2.405	2.510	-105	-4,2%
Receita Média por veículo Km (euros)	13,0	13,9	-1	-6,4%
Receita Média por passageiro (euros)	3,85	3,84	0	0,1%
Veículos Km de serviço (milhares)	185	181	4	2,4%
Lugares Km de Serviço (milhares)	7.781	7.599	183	2,4%
Lotação média	42	42	0	0,0%
Viaturas utilizadas na Ponta Máxima	5	5	0	0,0%
Horas de Serviço (milhares)	19	14	6	40%
Velocidade Média de Serviço (Km/h)	9,5	13,0	-3	-27%
Taxa de Ocupação	18,2%	19,2%	-1,1 pp	-5,5%
Taxa de Cumprimento do Serviço	97,5%	87,6%	9,9 pp	11%

Em 2025 foram transportados 625 mil passageiros no carro elétrico, menos 28 mil do que em 2024, o que representa uma diminuição de 4,3%.

A receita ascendeu a quase 2,4 milhões de euros, menos 105 mil que em 2024 (-4,2%), em linha com a perda de passageiros, explicada maioritariamente pelo encerramento temporário da linha 22, já referido acima.

## 2.5 COMUNICAÇÃO AO PÚBLICO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

No ano de 2025, a comunicação ao público e as relações institucionais assumiram um papel central na afirmação da empresa enquanto operador público de referência, próximo das pessoas, alinhado com os desafios da mobilidade sustentável e comprometido com a transparência, a inovação e o serviço público.

A estratégia desenvolvida ao longo do ano assentou em três eixos fundamentais: reforço da notoriedade e reputação institucional da STCP, proximidade com os diferentes públicos e stakeholders e a modernização dos canais e formatos de comunicação, garantindo coerência, clareza e impacto.

No plano digital, a STCP alcançou um crescimento global superior a 65% em todas as redes sociais, acompanhado por uma forte aposta em conteúdos audiovisuais, com a produção de mais de 50 vídeos ao longo do ano.

O lançamento do novo website institucional, em outubro de 2025, constituiu também um marco relevante, concebido para responder às exigências de usabilidade, acessibilidade e desempenho, assumindo-se como uma plataforma central de informação para clientes, parceiros e comunidade. O forte impacto inicial do novo site confirmou a relevância da aposta na modernização digital. Foram registados mais de 10 milhões de visitas nos primeiros três meses, confirmando a relevância da renovação digital da marca STCP.

**10M**

visitas no novo site  
(3 meses)

**65%**

crescimento nas  
redes sociais

## COMUNICAÇÃO DIGITAL E REDES SOCIAIS

A comunicação digital registou um crescimento expressivo em 2025, refletindo uma estratégia orientada para conteúdos relevantes, formatos inovadores e maior proximidade com os públicos. Presente no *Facebook*, *Instagram*, *LinkedIn*, *TikTok*, *X*, *Youtube* e *Spotify*, a STCP conseguiu alcançar, ao longo de 2025, um total de 1.5 milhões de pessoas nas suas redes e ganhar mais de 12 mil seguidores. A produção de conteúdos audiovisuais foi um dos pilares desta estratégia, com a criação de mais de 50 vídeos originais para canais digitais, reforçando a capacidade de storytelling da marca e a ligação emocional com a comunidade.

Neste contexto digital, destaca-se ainda o lançamento do *podcast* "Cidade em Movimento", com dez episódios dedicados a temas da mobilidade, sustentabilidade, cidade e serviço público, contribuindo para o posicionamento da STCP como agente ativo de reflexão e debate.





## CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO

Em 2025, foram desenvolvidas campanhas de comunicação de forte impacto e alinhadas com os valores da mobilidade sustentável.

A campanha anual institucional lançada em abril de 2025, "Vá de autocarro. Um pequeno passo para si, um grande passo para a cidade" assumiu particular relevância, reforçando a importância do transporte público como escolha consciente, acessível e benéfica para a cidade e para o ambiente. O vídeo de lançamento desta campanha obteve mais de um milhão de visualizações, sendo que no terreno a campanha espalhou-se pelas cidades onde a STCP opera em mupis digitais e físicos, em cartazes, outdoors e retaguardas de autocarros.

No que concerne à comunicação de produto, esta incidiu na promoção do potencial da rede já existente e na atratividade de cinco linhas selecionadas. Nesse sentido, foi feito um investimento estratégico em marketing digital, através de um conceito criativo que associava os números das linhas às suas vantagens e públicos-alvo. Estima-se que os cinco momentos da campanha tenham atingido mais de 80 mil pessoas.

Os serviços especiais, adaptados a eventos e públicos específicos, mereceram uma comunicação mais direcionada do



que até então, com ativações nos festivais de Verão onde o espaço STCP interagiu com mais de cinco mil pessoas. Tendo a estratégia de comunicação sido adaptada a cada um dos momentos, mas com uma denominação comum, o assumir da primeira pessoa, "Eu vou de autocarro", porque a STCP está "a um passo" para me levar.

## PROJETOS CULTURAIS E DE RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL

Foi mantida em 2025 uma forte ligação à cultura, à memória coletiva da cidade e à proximidade com a comunidade. Neste âmbito, é de destacar a iniciativa "STCP sobre rodas", que trouxe até à empresa 25 crianças, filhos de trabalhadores, proporcionando uma experiência de conhecimento, envolvimento e proximidade com a realidade da empresa.

Foi realizada a exposição "Em ponto pequeno", no Museu do Carro Eléctrico, valorizando o património histórico da empresa e aproximando-a da comunidade.

No plano simbólico e emocional, o tradicional "Video de Natal" voltou a afirmar-se como um momento marcante de comunicação institucional, reforçando valores como proximidade, humanidade e serviço público.



## COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO AO PÚBLICO INFORMAÇÃO EM PARAGENS, ABRIGOS E INTERFACES

Em 2025, a STCP dispunha de um total de 2.531 paragens integradas nos seis concelhos onde opera, sendo que 50% destas são abrigos:

TABELA 18

PARAGENS/ABRIGOS NOS SEIS CONCELHOS			
CONCELHOS	PARAGENS	ABRIGOS	%
Porto	944	616	65%
Matosinhos	504	202	40%
Maia	350	144	41%
Vila Nova de Gaia	333	147	44%
Gondomar	214	86	40%
Valongo	186	70	38%
	<b>2.531</b>	<b>1.265</b>	<b>50%</b>

Acompanhando as alterações da operação, foram colocados ou deslocados mais de 160 posteletes, a quase totalidade devido às alterações nos abrigos de Matosinhos, devido a substituição do mobiliário urbano.

Nas cerca de 100 paragens exclusivas STCP existentes no território de Vila Nova de Gaia, foi feita a colocação de suportes para informação e de placas de paragem nos novos prumos disponibilizados pela autarquia.

Foram publicados no site e nas paragens 418 avisos, a que corresponderam 4.200 colocações. Por caducidade, foram efetuadas cerca de 3.800 remoções de avisos. Foram substituídos, por necessidade de atualização ou manutenção de estado, cerca de 1.800 horários à paragem.

Nos serviços especiais realizados ao longo do ano, foram realizadas campanhas de colocação de sinalética e equipamentos de apoio à logística de embarque, e aplicação de informação de grande formato. Como atividade corrente, foi feita a monitorização e limpeza de grafitis nos equipamentos digitais distribuídos pela rede (e-crãs GoBus e PIPs).



## RECLAMAÇÕES E ELOGIOS

Em 2025, contabilizaram-se 3.152 reclamações, a par de 60 elogios. Os horários praticados pelas linhas de autocarro, no que respeita a incumprimentos, representam 63,7% das reclamações, seguindo-se reclamações acerca do desempenho de funcionários, sejam estes da STCP ou de entidades que lhes prestam serviço. Em contrapartida, é interessante verificar que é o comportamento dos trabalhadores que motiva a grande maioria dos elogios rececionados.

Foram recebidos 60 elogios em 2025, 51 dos quais sobre as competências dos motoristas.

TABELA 19 VARIAÇÃO 2025/2024

RECLAMAÇÕES	2025	2024	ABS.	%
<b>Total Reclamações</b>	<b>3.152</b>	<b>3.450</b>	<b>-298</b>	<b>-8,6%</b>
Autocarro	3.132	3.422	-290	-8,5%
Carro Elétrico	20	28	-8	-29%

## LINHA AZUL

Na Linha Azul, o *call center* da STCP, o principal destaque do ano ocorreu em fevereiro de 2025, com a inauguração das novas instalações, integradas no processo de renovação de todo o Departamento Operacional de Francos. O novo escritório trouxe melhores condições para o desempenho da atividade, marcando o início de um processo de modernização da Linha Azul que, em 2025, atendeu cerca de 56.500 chamadas. Entre estes contactos, 72% corresponderam a questões relacionadas com os horários das linhas de autocarro, enquanto 16% dos clientes ligaram devido a objetos perdidos nas viaturas.

No que respeita ao registo e entrega de Perdidos e Achados nos autocarros, carros elétricos e instalações da STCP durante o ano de 2025, a Linha Azul rececionou um total de 5.411 itens, tendo devolvido 2.033 (38%) aos respetivos titulares. Considerando apenas os objetos com alguma identificação associada (2.322), a taxa de sucesso na entrega foi bastante superior, na ordem dos 72%.

## COLORADD

Em junho de 2025, a STCP aderiu ao sistema *ColorADD*, reforçando a inclusão de passageiros com daltonismo, que afeta cerca de 150 mil pessoas nos concelhos onde opera. O projeto iniciou-se nos avisos ao público e gradualmente expandir-se-á este código universal a suportes digitais e físicos, tornando a comunicação mais acessível.

# 51/60

foram recebidos 60 elogios  
51 dos quais sobre as  
competências dos motoristas



## 2.6 MUSEU DO CARRO ELÉTRICO

O ano de 2025 foi marcado pela entrada em vigor, a 1 de janeiro, do Contrato-Programa para o Museu do Carro Eléctrico celebrado entre a STCP e o Município do Porto. A sua implementação alargou o âmbito de atuação do Museu, que passou a articular-se de forma mais programática com os Museus do Porto.

Durante o ano de 2025 o Museu recebeu um total de 48.440 participantes dos quais 29.405 correspondem a entradas de bilheteira e os restantes 19.035 correspondem a participantes nas diversas atividades e eventos organizados no ou pelo Museu, o que representa um crescimento de 12% relativamente ao ano de 2024.

Tendo-se mantido o número de entradas de bilheteira relativamente estável por comparação com o ano de 2024 (29.863 em 2024 versus 29.405) o crescimento da procura do Museu verificou-se fundamentalmente no número de participantes nas diversas atividades, o que denota uma adesão crescente aos programas e eventos, assim como, dinamismo na sua criação, desenvolvimento e acompanhamento. Das atividades promovidas destacam-se pela sua relevância, impacto social e adesão o programa “Segundas D’ Eléctrico” dedicado a públicos com necessidades especiais que ao longo do ano de 2025 contou com 15 edições e 192 participantes e ainda o programa “Observatório” que ao longo das 17 edições realizadas em 2025, em estreita parceria com a comunidade envolvente, refletiu em conjunto o impacto da construção da nova ponte para o Vale de Massarelos nas suas mais variadas dimensões.

No ano de 2025 foram contratualizados, através de DMC (Destination Management Companies) ou operadores turísticos, 284 serviços de aluguer de carros eléctricos o que representa um acréscimo de 30% face a 2024 ano em que o total de serviços de aluguer de carros eléctricos históricos foi de 218.

No que se refere ao arrendamento de espaços foram realizados 13 contratos o que representou um decréscimo em termos absolutos comparativamente ao ano de 2024, em que o número de contratos celebrados foi de 16. De entre os eventos que escolheram os espaços do Museu para a sua realização destaca-se o “Portugal Fashion” que teve lugar entre os dias 1 e 5 de julho de 2025. Pese embora o decréscimo no número de contratos registou-se um aumento do número de participantes decorrentes deste serviço que em 2025 foi de 6.964 por comparação com os 5.243 registados em 2024.

Para além da programação ocasional, o museu realiza ao longo do ano um conjunto de iniciativas que se vêm mantendo todos os anos como seja o Desfile de Carros Eléctricos, as comemorações do Dia Internacional dos Museus e Noite Europeia dos Museus, o Eléctrico de Natal e o Entrelinhas.

O Desfile de Carros Eléctricos Históricos, que teve lugar no dia 3 de maio, foi pela primeira vez complementado com atividades no Museu ao longo de todo o dia tendo contado com a participação de 1.518 pessoas que se dividiram entre as várias atividades propostas e a viagem nos carros eléctricos da coleção.

O ano de 2025 foi também o primeiro ano em que se procedeu à monitorização do impacto social do Museu através do projeto “CISOC – Compromisso de Impacto Social das Organizações Culturais.” O CISOC é um instrumento de gestão cultural, concebido no âmbito do plano estratégico do Plano Nacional das Artes (PNA), uma estrutura de missão das áreas governativas da Cultura e da Educação que visa medir o impacto social das organizações culturais a nível nacional.

No âmbito desta ferramenta o Museu do Carro Eléctrico definiu um conjunto de indicadores que visam medir o seu impacto social e que resultou na introdução e monitorização de alguns novos indicadores de atividade como seja o número de participantes em atividades “fora de portas” (exposição realizada nos Albergues do Porto, as atividades desenvolvidas no âmbito do Dia da Criança, as visitas às instituições parceiras do Segundas d’Eléctrico e o percurso realizado no projeto Internacional “Slow Memory”), que totalizaram 1.110 pessoas; a variação anual de participantes com deficiência, que em 2025 registou um aumento de 201% por comparação com o ano de 2024 (159 participantes em 2024 versus 480 em 2025), a aplicação de um inquérito de satisfação a alunos em visita escolar que resultou no preenchimento de 32 inquéritos e num grau de satisfação de 4,78 em 5,00 e ainda a criação de um Grupo Consultivo do Museu constituído por elementos da comunidade envolvente, incluindo Faculdades, Associações e instituições culturais.

No que respeita à gestão das coleções do Museu no ano de 2025 foi concluído o processo de digitalização do arquivo fotográfico num total de 10.300 espécies, tendo sido incorporados na coleção mais 64 novos objetos e catalogados 157. No final de 2025 a coleção do Museu era composta por 7.194 objetos, dos quais 59% já se encontram totalmente catalogados e disponíveis na base de dados INArte.

TABELA 20

INDICADORES MUSEU DO CARRO ELÉTRICO	2025	2024	VARIAÇÃO 2025/2024	
			ABS.	%
<b>Visitantes</b>				
Entradas de bilheteira	29.405	29.863	-458	-1,5%
<b>Serviços</b>				
Aluguer de carros eléctricos	284	218	66	30%
Arrendamento de espaços (contratos)	13	16	-3	-19%
Participantes em eventos (espaços)	6.964	5.243	1.721	33%
<b>Impacto Social (CISOC)</b>				
Participantes com deficiência	480	159	321	202%

**DESEMPENHO  
ECONÓMICO E  
FINANCEIRO**

**3**



## 3.1 INVESTIMENTO E ALIENAÇÕES

O valor do investimento em 2025 foi de cerca de 14,6 milhões de euros. Foram adquiridos 20 autocarros standard elétricos, num investimento total de 7,6 milhões de euros e investidos mais de 3,5 milhões de euros, na requalificação da Estação de recolha de Francos, ainda a decorrer.

Dos 30,7 milhões de euros previstos no orçamento de 2025, foram assim executados cerca de 50%, devido ao atraso na chegada de autocarros e ao deslize das várias empreitadas em curso na empresa, em Francos, Via Norte e Areosa.

Em 2024 foi vendida a Estação de São Roque à Câmara Municipal do Porto por 6,3 milhões de euros. Em 2025, procedeu-se à venda de diversos materiais para sucata, no valor global de 9 mil euros.

INVESTIMENTO (MILHARES EUROS)	VARIAÇÃO 2025/2024			
	2025	2024	ABS.	%
Autocarros e Postos de Carregamento	7.595	720	6.875	955%
Infraestruturas associadas à Renovação Frota	65	286	-221	-77%
Manutenção e Reabilitação de Carros Elétricos	207	97	110	114%
Infraestruturas	4.618	1.320	3.298	250%
Outros	2.081	2.060	21	1,0%
<b>Total</b>	<b>14.565</b>	<b>4.482</b>	<b>10.083</b>	<b>225%</b>

ALIENAÇÕES (MILHARES EUROS)	VARIAÇÃO 2025/2024			
	2025	2024	ABS.	%
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>6.345</b>	<b>-6.335</b>	<b>-100%</b>

## 3.2 SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A 31 de dezembro de 2025, o Ativo é de 222,4 milhões de euros, um aumento de 5,1 milhões de euros face a 31 de dezembro de 2024, devido principalmente pelo aumento do valor do ativo fixo. O Passivo, de 58,4 milhões de euros, aumentou 2,5 milhões de euros, tendo a rubrica diferimentos a que registou o maior aumento, de 4 milhões de euros, e o Capital Próprio é positivo em 164,0 milhões de euros, um aumento de 2,6 milhões de euros devido ao resultado líquido de 2025 ter sido superior em cerca de 2,8 milhões de euros face a 2024.

A 31 de dezembro de 2025, o capital social da STCP, inteiramente subscrito e realizado, é de 90.000.000 euros, representado em 18.000.000 de ações, em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5,00 euros cada. Não existem dívidas em mora ao Estado nem a outros entes públicos.

BALANÇO (MILHARES EUROS)	VARIAÇÃO 2025/2024			
	2025	2024	ABS.	%
Ativo Não Corrente	164.043	159.681	4.362	2,7%
Ativo Corrente	58.318	57.571	746	1,3%
<b>Total do Ativo</b>	<b>222.361</b>	<b>217.252</b>	<b>5.109</b>	<b>2,4%</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>163.956</b>	<b>161.392</b>	<b>2.564</b>	<b>1,6%</b>
Passivo Não Corrente	23.897	25.060	-1.162	-4,6%
Passivo Corrente	34.507	30.801	3.707	12%
<b>Total do Passivo</b>	<b>58.404</b>	<b>55.860</b>	<b>2.544</b>	<b>4,6%</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>	<b>222.361</b>	<b>217.252</b>	<b>5.109</b>	<b>2,4%</b>

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	VARIAÇÃO 2025/2024			
	2025	2024	ABS.	%
Prazo (dias)	44,1	56,7	-13	-22%

DÍVIDA VENCIDA (MILHARES EUROS)	90-120 DIAS	120-240 DIAS	240-360 DIAS	> 360 DIAS	TOTAL
Dívida Vencida	30	129	264	6	428

O prazo médio de pagamento (PMP)<sup>2</sup> em 2025 foi de 44 dias, registando uma diminuição de 13 dias relativamente a 2024, justificado, fundamentalmente, pelo aumento de aquisições de investimento.

A dívida a fornecedores vencida<sup>3</sup> a 31 de dezembro de 2025 euros era cerca de 428 mil euros, referente essencialmente a faturas em regularização e conferência.

<sup>2</sup> Calculado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro e com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 12 de abril.

<sup>3</sup> No âmbito do estipulado no artigo 1º, do DL 65-A/ 2011, de 17 de maio.

### 3.3 COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS DOS CONTRATOS

A 1 de janeiro de 2025 marcou a entrada em vigor, até 31 de dezembro de 2034, dos seguintes contratos:

- Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pela STCP, celebrado com os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo, que vigora desde 1 de janeiro de 2025: os Municípios atribuem à empresa o direito de explorar o serviço de transporte público de passageiros por autocarro;
- Contrato de Serviço Público de Transporte de Passageiros em Carro Elétrico no Município do Porto, que vigora desde 1 de janeiro de 2025: atribui à STCP a exploração do serviço público de transporte de passageiros no âmbito municipal em Carro Elétrico na área geográfica do Município do Porto;

- Contrato-Programa do Museu do Carro Elétrico, celebrado com o Município do Porto, que vigora desde 1 de janeiro de 2025: estabelece a missão e os objetivos a prosseguir pela STCP nas atividades de gestão, preservação, interpretação, comunicação e divulgação do Museu do Carro Elétrico e das suas coleções.

No primeiro ano de execução dos novos contratos, o total das compensações financeiras foi de cerca de 15,9 milhões de euros, repartidas da seguinte forma:

Em 2024, último ano de execução do anterior Contrato de Concessão de Serviço Público, o valor da compensação financeira foi de 5,963 milhões de euros.

TABELA 26

COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS (MILHARES DE EUROS SEM IVA)	2025
Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros Explorado pela STCP	14.868
Contrato de Serviço Público de Transporte de Passageiros em Carro Elétrico no Município do Porto	165
Contrato-Programa do Museu do Carro Elétrico	894
<b>Compensações Financeiras</b>	<b>15.927</b>

### 3.4 RESULTADOS

TABELA 27

RESULTADOS (MILHARES EUROS)	2025	2024	VARIAÇÃO 2025/2024	
			ABS.	%
Receita de Transporte	53.156	52.347	809	1,5%
Aluguer de Viaturas	148	95	53	55%
Outros Rendimentos	5.384	5.290	93	1,8%
Compensação Financeira Contratos [1]	15.927	5.963	9.964	167%
Outros Subsídios	1.668	593	1.075	181%
Subsídio Incentiva +TP	8.418	6.549	1.869	29%
<b>Rendimentos</b>	<b>84.700</b>	<b>70.837</b>	<b>13.864</b>	<b>20%</b>
CMVMC + FSE	26.949	25.269	1.680	6,6%
Gastos com combustíveis (gás, gasóleo e eletricidade)	10.460	9.520	939	9,9%
Gastos com Pessoal	44.072	40.600	3.471	8,6%
Outros Gastos	1.025	1.325	-299	-23%
<b>Gastos</b>	<b>72.046</b>	<b>67.194</b>	<b>4.852</b>	<b>7,2%</b>
<b>EBITDA Recorrente</b>	<b>12.654</b>	<b>3.642</b>	<b>9.012</b>	<b>247%</b>
Amortizações	9.593	8.000	1.593	20%
Resultado Não Recorrente [2]	-502	4.358	-4.860	-112%
<b>Resultado Operacional (EBIT)</b>	<b>2.559</b>	<b>-0</b>	<b>2.559</b>	<b>n.a.</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>n.a.</b>
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>2.559</b>	<b>0</b>	<b>2.559</b>	<b>247%</b>
Imposto sobre o Rendimento	342	84	258	308%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>2.901</b>	<b>84</b>	<b>2.817</b>	<b>3368%</b>

[1] Reais, ou seja, igual à soma dos contratuais e acertos. Em 2025 corresponde à soma dos três contratos que entraram em vigor a 1 de janeiro de 2025.

[2] Provisões, reversões, imparidades, variação do justo valor de ativos e ganhos/perdas extraordinários.

O **EBITDA Recorrente** em 2025 foi positivo no montante de cerca de 12,7 milhões de euros, o que representou um aumento de 9 milhões de euros relativamente a 2024. Este desempenho decorre da combinação do aumento de **rendimentos** de cerca de 13,9 milhões de euros, 70,8 milhões de euros em 2024 e 84,7 milhões de euros em 2025 e de um aumento de **gastos** de aproximadamente 4,9 milhões de euros, 67,2 milhões de euros em 2024 e 72,0 milhões de euros em 2025.

Os **rendimentos** aumentaram cerca de 13,9 milhões de euros devido a:

- Aumento das compensações financeiras dos contratos em 10 milhões de euros referidos no ponto anterior;
- Aumento do subsídio Incentiva+ TP, na componente medidas de promoção do transporte público, de 1,9 milhões de euros;
- Aumento de outros subsídios em 1,1 milhão de euros devido ao valor de 1,6 milhões de euros de subsídio COVID, relativo ao segundo semestre de 2023;
- Aumento da receita em cerca de 809 mil euros.

O aumento dos **gastos, sem amortizações**, em cerca de 4,9 milhões é explicado pelas seguintes razões:

- Aumento dos materiais consumidos e fornecimentos e serviços externos em 1,7 milhões de euros, devido ao aumento dos custos de combustível em cerca de 1 milhão de euros;
- Aumento dos gastos com pessoal em 3,5 milhões de euros, devido a aumentos salariais e reposicionamentos na tabela de cerca de 2 milhões de euros, a aumento de efetivo de 600 mil euros e em aumentos em rubricas diversas de 800 mil euros.

As **Amortizações**, no montante de 9,6 milhões de euros, aumentaram 1,6 milhões euros.

O **Resultado Não Recorrente**, constituído pelas rubricas provisões, reversões, imparidades, variação do justo valor de ativos e ganhos/perdas extraordinárias, foi negativo em 502 mil euros em 2025.<sup>4</sup>

O **Resultado Operacional** foi positivo em 2,6 milhões de euros em 2025.

O **Resultado Financeiro** foi nulo no ano de 2025.

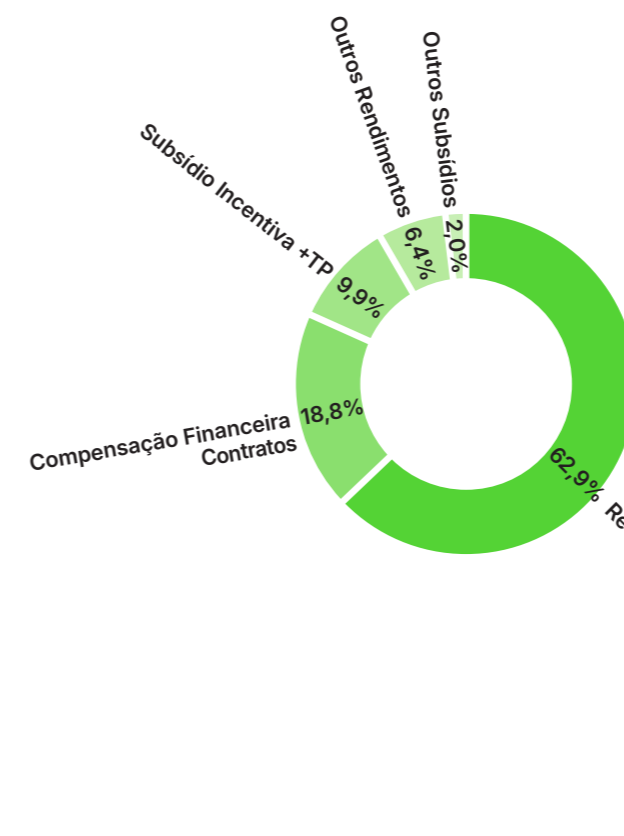
O **Resultado Antes de Impostos** foi positivo em 2,6 milhões de euros em 2025.

O **Resultado Líquido** foi positivo em 2,9 milhões de euros no ano de 2025.

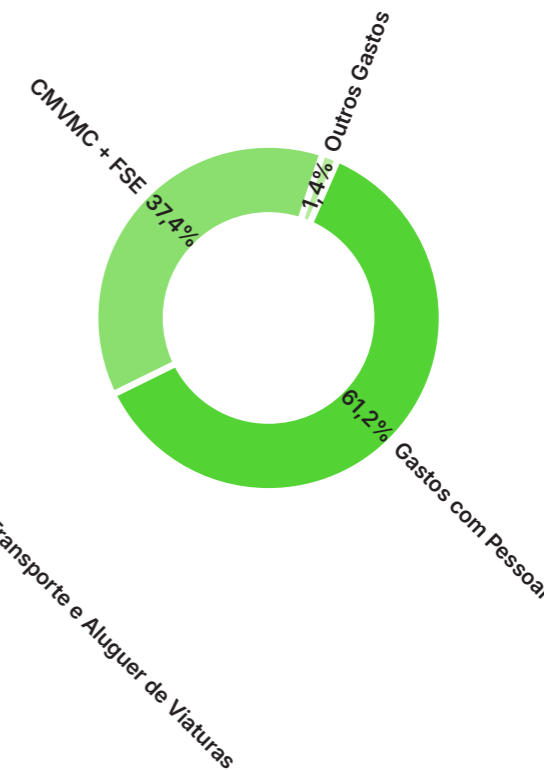
No gráfico seguinte constata-se que 62,9% dos rendimentos são provenientes da receita de transporte e aluguer de viaturas, e que a maior parcela dos gastos corresponde aos com pessoal (61,2%).

GRÁFICO 4

**ESTRUTURA RENDIMENTOS 2025**



**ESTRUTURA GASTOS 2025**



<sup>4</sup> O detalhe da evolução do Resultado não Recorrente, rubricas provisões, reversões, imparidades, variação de justo valor de ativos e ganhos/ perdas extraordinárias de subsidiárias pode ser consultado nas notas nº 23, 20, 29.2.3, 13 e 15.2, às demonstrações financeiras, respetivamente.

# PESSOAS

# 4

L 200 - 3º L 200 - 9º L 200 - 15º L 202 - 2º L 209 - 2º L 301 - 2º L 304 - 4º L 402 - 6º L 500 -

L 200 - 4º L 200 - 10º L 200 - 16º L 202 - 3º L 300 - 1º L 301 - 3º L 304 - 5º L 402 - 1º L 402 - 7º L 500 - 2º

L 200 - 5º L 200 - 11º L 200 - 17º L 202 - 4º L 300 - 2º L 301 - 4º L 304 - 6º L 402 - 2º L

L 200 - 6º L-200-12 L 200 - 18º L 202 - 5º L 300 - 3º L 304 - 1º L 402 - 3º



## 4.1 QUEM SOMOS

1.414 pessoas a 31 de dezembro de 2025 na STCP, mais 43 face a 31 de dezembro de 2024. Em média, o número de pessoas em 2025 foi de 1.385.

Foram realizados 21 estágios curriculares e 13 profissionais, dos quais 10 foram integrados na empresa.

TABELA 28 VARIAÇÃO 2025/2024

EFETIVO [1]	2025	2024	ABS.	%
<b>Efetivo Total a 31/12</b>	<b>1.414</b>	<b>1.371</b>	<b>43</b>	<b>3,1%</b>
<b>Pessoal Tripulante</b>	<b>1.036</b>	<b>1.007</b>	<b>29</b>	<b>2,9%</b>
Motoristas	1.012	983	29	3,0%
Guarda-Freios	24	24	0	0,0%
<b>% Pessoal Tripulante</b>	<b>73%</b>	<b>73%</b>	<b>0 pp</b>	<b>-0,2%</b>
<b>Efetivo Médio</b>	<b>1.385</b>	<b>1.340</b>	<b>21</b>	<b>1,6%</b>

[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

TABELA 29 VARIAÇÃO 2025/2024

ABSENTISMO	2025	2024	ABS.	%
<b>Total da Empresa</b>	<b>10,7%</b>	<b>12,1%</b>	<b>-1,36 pp</b>	<b>-11%</b>
Pessoal Tripulante [1]	12,5%	14,1%	-1,7 pp	-12%
Restante Pessoal	5,7%	6,3%	-0,7 pp	-10%

[1] Motoristas e Guarda-Freios.

**1.414** **13%**  
trabalhadores do efetivo são mulheres

O absentismo total foi de 10,7%, registando uma diminuição de 1,4 pontos percentuais face a 2024.

Foram realizadas cerca de 101 mil horas extra, das quais 95 mil horas relativas ao pessoal tripulante, registando uma diminuição de 13% face a 2024 em relação às horas extra totais realizadas. As horas extra tiveram um custo total de 994 mil euros, uma diminuição de 10% face ao ano anterior.

Em 2025, a antiguidade média dos efetivos na empresa foi de 14 anos. A idade média dos trabalhadores manteve-se nos 47 anos, face a 2024.

TABELA 30 VARIAÇÃO 2025/2024

TRABALHO SUPLEMENTAR [1]	2025	2024	ABS.	%
<b>Horas Extra Total (milhares)</b>	<b>101</b>	<b>116</b>	<b>-15</b>	<b>-13%</b>
Horas Extra Pessoal Tripulante (milhares)	95	104	-9	-9,0%
<b>Custo Total [2] (milhares euros)</b>	<b>994</b>	<b>1.109</b>	<b>-115</b>	<b>-10%</b>
Custo Pessoal Tripulante [2] (milhares euros)	919	964	-45	-4,7%

[1] Ótica do pagamento

[2] Não inclui encargos com Segurança Social

TABELA 31 VARIAÇÃO 2025/2024

CARACTERIZAÇÃO DO EFETIVO A 31 DE DEZEMBRO [1]	2025	2024	ABS.	%
Idade Média (anos)	46,9	47,0	-0,1	-0,2%
Antiguidade Média Empresa (anos)	14,2	14,9	-0,7	-4,9%

[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

Continuando a tendência de evolução positiva nas habilitações literárias, em 2025 subiu para 58% os trabalhadores que possuem o ensino secundário ou superior.

TABELA 32 VARIAÇÃO 2025/2024

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	2025	2024	ABS.	%
>= Ensino Secundário	58%	55%	3 pp	4,9%

O número de mulheres em 31 de dezembro de 2025 era de 184, representando 13% do total de efetivo.

TABELA 33 VARIAÇÃO 2025/2024

<b>CARGO DAS MULHERES A 31/12 [1]</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>ABS.</b>	<b>%</b>
Dirigente	4	3	1	33%
Pessoal Tripulante	94	87	7	8,0%
Chefia de apoio/intermédia	8	8	0	0,0%
Outros	78	72	6	8,3%
<b>Total de Mulheres</b>	<b>184</b>	<b>170</b>	<b>14</b>	<b>8,2%</b>

[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos

TABELA 34 VARIAÇÃO 2025/2024

<b>CARGO DOS HOMENS A 31/12 [1]</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>ABS.</b>	<b>%</b>
Dirigente	11	10	1	10%
Pessoal Tripulante	952	929	23	2,5%
Chefia de apoio/intermédia	55	57	-2	-3,5%
Outros	212	205	7	3,4%
<b>Total de Homens</b>	<b>1.230</b>	<b>1.201</b>	<b>29</b>	<b>2,4%</b>

[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos

A 31 de dezembro de 2025, 1.361 pessoas pertenciam ao modo autocarro e 53 ao modo carro elétrico e museu.

TABELA 35 VARIAÇÃO 2025/2024

<b>EFETIVO POR MODO DE TRANSPORTE E ATIVIDADE A 31/12 [1]</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>ABS.</b>	<b>%</b>
Motoristas	1.012	983	29	3,0%
Chefia de apoio/intermédia	64	67	-3	-4,5%
Abastecedores	41	41	0	0,0%
Outros Operação	28	21	7	33%
<b>Operação</b>	<b>1.145</b>	<b>1.112</b>	<b>33</b>	<b>3,0%</b>
<b>Manutenção Viaturas e Instalações</b>	<b>84</b>	<b>84</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Áreas de Suporte [2]</b>	<b>132</b>	<b>126</b>	<b>6</b>	<b>4,8%</b>
<b>Modo Autocarro</b>	<b>1.361</b>	<b>1.322</b>	<b>39</b>	<b>2,9%</b>
Guarda-freios	24	24	0	0,0%
Manutenção Viaturas e Instalações	17	17	0	0,0%
Museu	12	8	4	50%
<b>Modo Carro Elétrico e Museu</b>	<b>53</b>	<b>49</b>	<b>4</b>	<b>8,2%</b>
<b>STCP</b>	<b>1.414</b>	<b>1.371</b>	<b>43</b>	<b>3,1%</b>
% Pessoal Operação	83%	83%	-0,2 pp	-0,2%
% Pessoal Manutenção Viaturas e Instalações	7%	7%	-0,2 pp	-3,0%
% Pessoal Áreas de Suporte	10%	10%	0,4 pp	4,2%

[1] Não inclui órgãos sociais, requisitados e licenças sem vencimento. Inclui cedidos.

[2] Os efetivos afetos às áreas de suporte estão incluídos no modo rodoviário.

## FORMAÇÃO

Em 2025, a continuidade no investimento na Academia STCP contribuiu de forma significativa para a digitalização da formação, potenciando simultaneamente o acesso a conteúdos e recursos de aprendizagem de forma mais flexível e eficiente. Elencam-se as principais ações desenvolvidas em 2025:

- Formação contínua para a renovação do Certificado de Aptidão de Motorista (CAM), abrangendo também as chefias de apoio e intermédias, com a realização de diversas ações de formação que contaram com a participação de 41 trabalhadores, com a duração de 36 horas por ação, totalizando assim 1.476 horas de formação;
- Formação nos novos autocarros elétricos;
- Formação no Novo Sistema de Bilhética – Pagamento por Multibanco;
- Formação de Trabalhos em Altura;
- Formação de Soldadura;
- Formação em Combate a incêndio com meios de primeira intervenção, bem como em SBV – Suporte Básico de Vida;
- Formação para a habilitação de Agentes de Fiscalização de Estacionamento, de 15 chefias da Direção de Operações, ministrada pela Empresa de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa (EMEL);
- Formações de Cibersegurança – Introdução à Cibersegurança e Segurança da Informação.

Foram registadas cerca de 42 mil horas de formação no ano, aumento de 3 mil horas, (+ 7,7%) em comparação com 2024.

TABELA 36 VARIAÇÃO 2025/2024

<b>FORMAÇÃO</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>ABS.</b>	<b>%</b>
Horas de Formação	41.784	38.870	2.914	7,5%
Número de Trabalhadores [1]	1.272	1.239	33	2,7%

[1] alguns estiveram presentes em mais do que uma formação.

## DIÁLOGO COM AS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DE TRABALHADORES

O ano foi marcado pelo diálogo permanente e regular, conseguindo-se alcançar compromissos com a totalidade das Organizações Sindicais, no que diz respeito a matérias de valorização salarial e outras, no âmbito da contratação coletiva de trabalho.

Apesar do esforço do Conselho de Administração em reforçar o clima de paz social ao longo do ano, mantém-se em vigor uma greve decretada por uma das Organizações Sindicais, cujos fundamentos não são de âmbito salarial.

Manteve-se o plano de reuniões mensais entre a Comissão de Trabalhadores e o Conselho de Administração.

Foram enviados, para publicação no Boletim de Trabalho e Emprego (BTE), os textos integrais dos denominados Acordos de Empresa de 1984 e de 2007, onde constam os compromissos negociais, assinados com os 5 sindicatos, entre os anos 2022 e 2024.

## 4.2 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A STCP assume como uma das suas prioridades a segurança, a saúde e o bem-estar das suas pessoas. Um dos elementos orientadores na estratégia de gestão do risco organizacional é o Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, o qual abrange todas as atividades desenvolvidas no transporte urbano de passageiros na área metropolitana do Porto e nos projetos externos desenvolvidos nas infraestruturas da empresa.

A certificação pela norma ISO 45001 em Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) reforça o sistema de gestão implementado, tendo como principal objetivo envolver as partes interessadas na promoção da segurança e saúde no trabalho, potenciando a melhoria da eficiência da gestão dos riscos profissionais associados às atividades.

### ACIDENTES DE TRABALHO

No ano de 2025 registaram-se 91 acidentes de trabalho, dos quais 73 no local de trabalho e 18 em trajeto. Em comparação com o ano de 2024, onde se registaram 89 acidentes de trabalho, regista-se um aumento de 2,2%.

Verifica-se um aumento na taxa de frequência de 2024 para 2025 de 3,8%, consequência do aumento do número de acidentes de trabalho.

A taxa de gravidade registou uma diminuição de 8,7%, consequência da redução do número de dias perdidos.

A taxa de incidência diminuiu 2,4%, efeito da diminuição do número de acidentes totais.

Importa referir que 23,3% dos acidentes de trabalho estão associados às lesões músculo-esqueléticas.

TABELA 37

INDICADORES DE ACIDENTES DE TRABALHO			VARIAÇÃO 2025/2024	
	2025	2024	ABS.	%
<b>Taxa de Frequência (Tf):</b> (Nº de acidentes de trabalho com baixa / Nº Horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000	27,5	26,5	1,0	3,8%
<b>Taxa de Gravidade (Tg):</b> (Nº de dias perdidos / Nº de Horas efetivamente trabalhadas) x 1.000.000	972	1.064	-92	-8,7%
<b>Taxa de Incidência (TiT):</b> (Nº de acidentes totais / Nº total de trabalhadores) x 1.000	52,6	53,9	-1,3	-2,4%

### POSTO CLÍNICO DE FRANCOS

Em 2025 foram realizadas 3.513 consultas nas diversas especialidades médicas e assegurados os cuidados de enfermagem, diariamente, na estação de recolha de Francos. Verifica-se um aumento de 95 consultas realizadas, cerca de 2,75%, comparativamente com 2024. Foram realizadas 1.646 consultas de medicina do trabalho, uma diminuição de 26 consultas relativamente a 2024.

## 4.3 BEM-ESTAR

Ao longo de 2025, foram implementadas iniciativas orientadas para o reforço da cultura organizacional e para a promoção de um ambiente de trabalho positivo, colaborativo e mobilizador. Estas iniciativas dão continuidade a uma estratégia já iniciada, focada no reforço do sentimento de pertença e na promoção do envolvimento e da retenção dos trabalhadores.

### INICIATIVAS DE COMUNICAÇÃO INTERNA E INTEGRAÇÃO

Durante o ano de 2025, foram, enviadas por correio eletrónico 90 *newsletters*, distribuídas pelas edições *A Linha*, *A Viagem* e *A Paragem*, com o objetivo de manter os trabalhadores informados sobre a atividade da empresa, novos projetos, integração de novos trabalhadores e dar a conhecer melhor as diferentes áreas, promovendo o alinhamento institucional e o reforço da identidade corporativa.

Foram igualmente realizadas sessões de *onboarding* dirigidas às pessoas com funções administrativas, promovendo uma integração estruturada, o conhecimento da organização e a aproximação à cultura e valores da STCP.

No âmbito do apoio à saúde psicológica, manteve-se ativo o Projeto Cuidar da Mente, em parceria com a TEAM24, que visa reforçar o acompanhamento psicológico dos trabalhadores. Através desta iniciativa, os trabalhadores têm acesso a uma aplicação com diversos serviços, nomeadamente linha telefónica de apoio, chat de suporte, vídeo-consultas e conteúdos dedicados ao bem-estar emocional.

### EVENTOS CORPORATIVOS

Ao longo de 2025, realizaram-se diversos eventos com impacto na coesão interna e no reforço da cultura organizacional, destacando-se:

- Encontro de Quadros realizado a 16 e 17 de maio e orientado pelo mote “O motor da STCP está nas pessoas”;
- Arraial – Dia da STCP – celebrado no dia 26 de junho, com um programa de animação, música e jogos, decorreu ao longo de todo o dia, permitindo a participação de trabalhadores de diferentes turnos e áreas da empresa;
- Cerimónia dos 25 Anos ao Serviço da STCP – realizada no dia 9 de dezembro, no Museu do Carro Eléctrico, homenageou os trabalhadores que completaram 25 anos de serviço na empresa, e distinguiu os trabalhadores que se reformaram nesse ano, valorizando o percurso profissional e o contributo prestado à empresa;
- Festa de Natal – no dia 13 de dezembro.

## OUTRAS INICIATIVAS DE VALORIZAÇÃO E BEM-ESTAR

Como complemento, foram desenvolvidas diversas iniciativas que reforçam o compromisso da empresa com o bem-estar e a valorização dos seus trabalhadores:

- O Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da STCP organizou, uma vez mais, a Colónia de Férias de Verão para os filhos dos trabalhadores;
- Ao longo do ano, foram dinamizadas atividades para assinalar datas comemorativas e temáticas, através de mensagens internas, ações de sensibilização, formações e desafios, comemorando dias como o 25 de Abril, a Páscoa, o Dia da Mãe, o Dia do Pai, o Dia do Motorista, o Dia da Qualidade e muitos outros;
- No mês de dezembro, manteve-se a tradição da distribuição de Bolo-Rei aos trabalhadores e foi implementada uma dinâmica digital de Natal, através de um calendário interativo que promovia diariamente a participação e o envolvimento dos trabalhadores, reforçando o espírito de proximidade e comunidade.

Estas iniciativas refletem o compromisso contínuo da STCP com a valorização do seu capital humano, reconhecendo os trabalhadores como um pilar fundamental da coesão interna e do cumprimento da sua missão. Ao colocar as pessoas no centro da sua cultura organizacional, a STCP promove uma cultura sólida e mobilizadora, essencial para assegurar a sustentabilidade e a qualidade do serviço público de mobilidade.

FROTA

5



## 5. FROTA

A STCP possui três estações de recolha, duas de autocarros, Francos e Via Norte, e uma de carros elétricos em Massarelos.

Cerca de 73% da frota de autocarros cumpre as especificações impostas pela Norma Euro VI ou é movida a eletricidade.

A frota, a 31 de dezembro de 2025, era constituída por 7 carros elétricos e 444 autocarros, com uma idade média, de 88 anos e 8,5 anos, respetivamente.

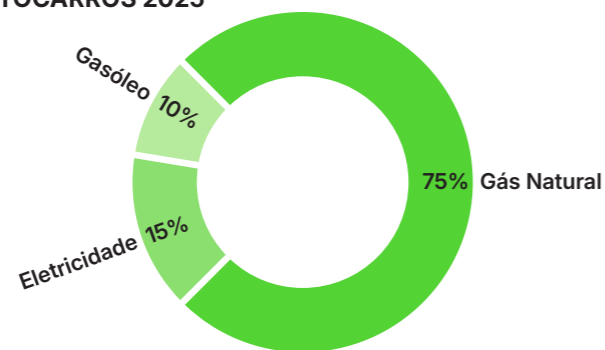
No gráfico abaixo pode observar-se a distribuição da frota por tipo de combustível em 2025, onde a tipologia standard a gás natural representa 75% da frota total.

TABELA 38

A FROTA EM PARQUE	VARIAÇÃO 2025/2024			
	2025	2024	ABS.	%
<b>Autocarros a Gás Natural</b>	<b>332</b>	<b>332</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
Standard	303	303	0	0,0%
Articulados	29	29	0	0,0%
<b>Autocarros a Eletricidade</b>	<b>68</b>	<b>68</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
Standard	68	68	0	0,0%
<b>Autocarros a Gasóleo</b>	<b>44</b>	<b>44</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
Standard	2	2	0	0,0%
Articulados	20	20	0	0,0%
2 Pisos	15	15	0	0,0%
Minis	7	7	0	0,0%
<b>Frota de Autocarros</b>	<b>444</b>	<b>444</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
% Autocarros a Gás e Eletricidade	90%	90%	0 pp	0,0%
<b>Frota de Carros Elétricos</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>Frota</b>	<b>451</b>	<b>451</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>

GRÁFICO 5

### COMBUSTÍVEL DA FROTA DE AUTOCARROS 2025



## TAXA DE IMOBILIZAÇÃO

De 2024 para 2025 registou-se um aumento da taxa de imobilização de 2,9 p.p., resultante da conjugação de fatores operacionais e técnicos, nomeadamente da necessidade de reforço da capacidade de manutenção, do impacto temporário de obras e instalações provisórias nos tempos

de intervenção, da realização de intervenções técnicas especializadas em viaturas recentemente integradas na frota e do aumento da indisponibilidade de viaturas com maior antiguidade e quilometragem, cuja substituição se encontra já programada.

TABELA 39

TAXA DE IMOBILIZAÇÃO [1]	VARIAÇÃO 2025/2024			
	2025	2024	ABS.	%
Modo Autocarro	16,4%	13,4%	2,9 pp	22%

[1] Inclui a imobilização de viaturas para abate (frota envelhecida, substituída).

## NÚMERO DE AVARIAS POR 1.000 QUILOMETROS

O número de avarias por 1.000 km diminuiu 17%, em resultado da renovação da frota e do abate de viaturas mais antigas.

## EMISSIONES DE CO<sub>2</sub>

Em 2025, verificou-se uma diminuição de 0,6% nas emissões brutas de dióxido de carbono, devido à utilização mais intensiva de frota com menos emissões.

TABELA 40

AVARIAS/1.000 KMS [1]	VARIAÇÃO 2025/2024			
	2025	2024	ABS.	%
Modo Autocarro	1,27	1,53	-0,26	-17%

[1] Considera os quilómetros totais realizados por toda a frota de autocarros.

TABELA 41

EMISSIONES CO2	VARIAÇÃO 2025/2024			
	2025	2024	ABS.	%
Autocarros a Gás Natural (ton.)	26.886	26.187	699	2,7%
Autocarros a Gasóleo (ton.)	2.619	3.497	-878	-25%
<b>Total (ton.)</b>	<b>29.505</b>	<b>29.684</b>	<b>-179</b>	<b>-0,6%</b>
<b>CO2 / Passageiro.km (gramas)</b>	<b>108,5</b>	<b>109,9</b>	<b>-1,4</b>	<b>-1,3%</b>

Nota: Fator de conversão unidade energia a CO2: Valores utilizados de acordo com o aviso POSEUR-07-2018-02.

AMBIENTE

6



## 6. AMBIENTE

### ENERGIA

O setor dos transportes exige um elevado consumo energético, sendo o combustível essencial tanto para manter a frota em circulação, como para assegurar o funcionamento de toda a infraestrutura de apoio.

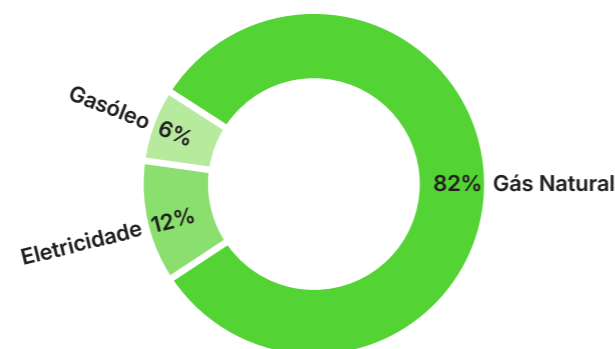
Para cumprir as diretrizes do Regulamento de Gestão do Consumo de Energia para os Transportes, a STCP utiliza os índices de conversão definidos na Portaria n.º 228/90 para medir o consumo energético das suas principais fontes: gás natural, gasóleo e eletricidade.

Em 2025, a STCP consumiu um total de 14.046 TEP (tonelada equivalente de petróleo), um aumento de cerca de 1,7% em relação ao ano anterior, sendo 88% correspondente à frota de serviço público e 12% às instalações, evidenciando-se o peso dos combustíveis rodoviários na pegada energética da organização (aproximadamente 30.000 ton de CO2).

Face a 2024, regista-se um aumento no **consumo de energia da frota** de 3,6%, em linha com o aumento total de quilómetros e por passageiro. Os TEP por milhão de passageiros quilómetro só aumentaram 2,9%, dado que os passageiros aumentaram 0,3%.

GRÁFICO 6

#### MIX ENERGÉTICO 2025



FROTA DE SERVIÇO PÚBLICO	CONSUMO DE ENERGIA (TEP)		VARIÇÃO 2025/2024	
	2025	2024	ABS.	%
Autocarros a Gás Natural	11.446	11.148	298	2,7%
Autocarros a Gasóleo	844	1.127	-283	-25%
Autocarros Elétricos	897	442	455	103%
Carro Elétrico	94	104	-10	-9,6%
<b>Total</b>	<b>13.281</b>	<b>12.822</b>	<b>460</b>	<b>3,6%</b>
<b>TEP / Passageiro.km x 106</b>	<b>48,6</b>	<b>47,2</b>	<b>1,4</b>	<b>2,9%</b>

### ÁGUA

Desde 2022 o fornecimento elétrico das infraestruturas de média tensão, abrangendo tanto o carregamento de autocarros como a tração dos elétricos históricos, passou a ser assegurado integralmente por fontes 100% renováveis. O **consumo energético das instalações**, diminuiu em relação a 2024 cerca de 23%.

A STCP utiliza água da rede pública para fins potáveis, enquanto as atividades industriais como lavagens e limpezas são asseguradas por captações subterrâneas. Em 2025, o consumo de água potável atingiu o valor mais baixo dos últimos 5 anos. Quanto às captações, apesar do consumo ter aumentado, encontra-se na média dos últimos anos.

Nota: Fatores de conversão unidade combustível a TEP retirados da Portaria 228/90, de 27 de março.

INSTALAÇÕES	CONSUMO DE ENERGIA (TEP)		VARIÇÃO 2025/2024	
	2025	2024	ABS.	%
Eletricidade	750	973	-223	-23%
Gás Natural	15	18	-3	-17%
<b>Total</b>	<b>765</b>	<b>991</b>	<b>-226</b>	<b>-23%</b>

Nota: Fatores de conversão unidade combustível a TEP retirados da Portaria 228/90, de 27 de março.

CONSUMO DE ÁGUA [M3]	CONSUMO DE ÁGUA [M3]		VARIÇÃO 2025/2024	
	2025	2024	ABS.	%
Rede Pública	5.035	7.228	-2.193	-30%
Captações	22.702	19.359	3.343	17%
<b>Total Consumo Água</b>	<b>27.737</b>	<b>26.587</b>	<b>1.150</b>	<b>4,3%</b>



## RESÍDUOS

A gestão eficiente de resíduos é vista como um pilar estratégico, focando-se na preservação ambiental e na valorização material e energética. Este compromisso aplica-se a todas as áreas, com diretrizes de separação rigorosas que envolvem colaboradores e parceiros externos. A maior fatia dos resíduos é processada por operadores licenciados, sendo a restante assegurada pela Porto Ambiente, conforme as normas de gestão de resíduos vigentes.

Em 2025 foram produzidas 446 toneladas de resíduos, o que se traduz numa redução de cerca de 30% face ao ano 2024. Na tabela seguinte é detalhada a variação das quantidades dos tipos de resíduos produzidos.

TABELA 45	QUANTIDADE PRODUZIDA [KG]		VARIAÇÃO 2025/2024	
	2025	2024	ABS.	%
<b>QUANTIDADE PRODUZIDA RESÍDUOS (KG)</b>				
<b>Não Perigoso</b>	<b>152.536</b>	<b>286.199</b>	<b>-133.663</b>	<b>-47%</b>
Metais Ferrosos	105.470	191.510	-86.040	-45%
Indiferenciados	22.510	14.417	8.093	56%
Papel e Cartão	2.592	14.641	-12.049	-82%
Metais Não Ferrosos	5.434	9.960	-4.526	-45%
Vidro	3.860	10.900	-7.040	-65%
Madeira	7.780	34.160	-26.380	-77%
Equipamento elétrico e eletrónico	3.971	9.662	-5.691	-59%
Pastilhas de Travão	420	-	420	0,0%
Embalagens de plástico	499	389	110	28%
Outros	-	560	-560	-100%
<b>Perigoso</b>	<b>293.449</b>	<b>383.540</b>	<b>-90.091</b>	<b>-23%</b>
Águas e Lamas Oleosas	267.715	344.741	-77.026	-22%
Óleos Lubrificantes	11.118	12.170	-1.052	-8,6%
Acumuladores de chumbo	7.582	3.620	3.962	109%
Contaminados Oficiais	4.567	4.938	-371	-7,5%
Embalagens Contaminadas	738	3.168	-2.430	-77%
Equipamento elétrico e eletrónico	-	13.140	-13.140	-100%
Filtros de óleo	1.380	1.478	-98	-6,6%
Lâmpadas fluorescentes	192	193	-1	-0,5%
Hospitalares	157	92	65	71%
<b>Total</b>	<b>445.985</b>	<b>669.739</b>	<b>-223.754</b>	<b>-33%</b>



CENTRO DE CONTROLO  
DE TRÁFEGO E OPERAÇÃO

PARTES  
INTERESSADAS

7



## 7.1 ACIONISTAS E AUTORIDADES DE TRANSPORTE

Os municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo são, simultaneamente, os acionistas e as autoridades de transporte da empresa:

- Por via do Contrato Interadministrativo de Delegação e de Partilha de Competências de Autoridade de Transportes Relativas ao Serviço Público Intermunicipal de Passageiros Explorado pela STCP, celebrado a 10 de março de 2020 e aditado a 26 de dezembro de 2024, os municípios acima referidos foram estabelecidos como Autoridades de Transportes do serviço público prestado pela empresa;
- Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pela STCP, celebrado com os municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo, que vigora desde 1 de janeiro de 2025, os municípios atribuem à empresa o direito de explorar o serviço de transporte público de passageiros por autocarro;
- Contrato de Serviço Público de Transporte de Passageiros em Carro Elétrico no Município do Porto, que vigora desde 1 de janeiro de 2025, atribui à STCP a exploração do serviço público de transporte de passageiros no âmbito municipal em Carro Elétrico na área geográfica do Município do Porto;
- Contrato-Programa do Museu do Carro Elétrico, que vigora desde 1 de janeiro de 2025, estabelece a missão e os objetivos a prosseguir pela STCP nas atividades de gestão, preservação, interpretação, comunicação e divulgação do Museu do Carro Elétrico e das suas coleções;

- Com a transferência das ações representativas do capital social da empresa do Estado para os municípios de Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo, de acordo com a proporção estabelecida no Decreto-Lei que define as condições para a intermunicipalização da empresa. Pelo Decreto-Lei nº 151/2019, de 11 de outubro alterado pelo Decreto-Lei nº 175/2019, de 27 de dezembro, em 2021, a STCP passou totalmente para a esfera intermunicipal.

O Conselho de Administração esteve presente nas reuniões da Unidade Técnica de Coordenação (UTC), que reúne os seis municípios acionistas e a Área Metropolitana do Porto (AMP).

Ao longo do ano de 2025 foram realizadas diversas reuniões entre os seis municípios e a STCP relativas a questões de ordem operacional e económico-financeira.

## 7.2 CLIENTES

A análise deste tema encontra-se desenvolvida no ponto 2.5. COMUNICAÇÃO AO PÚBLICO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS deste relatório.

## 7.3 COMUNIDADE

### ARTICULAÇÃO COM AS FORÇAS DE SEGURANÇA

Ao longo do ano de 2025 decorreram as operações de acompanhamento, em conjunto com a Polícia de Segurança Pública (PSP), em alguns eixos problemáticos da rede de transportes, por forma a evitar e/ou reduzir ocorrências que pudessem contribuir para o aumento do risco de incidente, com vista a tornar o transporte público mais seguro para os clientes e trabalhadores.

Decorreu também a permanente colaboração com as entidades policiais, judiciais e judiciárias, na preservação e cedência de imagens de videovigilância de autocarros e instalações fixas, destinadas a processos de investigação criminal (totalizando cerca de 125).

Foram realizadas reuniões com as Autoridades de Proteção Civil, nacional e municipais.

O Serviço de Informações e Segurança (SIS) ministrou algumas ações de formação aos trabalhadores da STCP, âmbito do Programa Crítica, nas instalações da empresa.

### EVENTOS ESPECIAIS – NO ANO DE 2025, DESTACAM-SE OS SEGUINTE:

**Festividades e Tradições Populares:** Ao longo do ano, a empresa apoiou grandes festas populares, como o São João e a festa de Nossa Senhora do Rosário.

**Apoio à Academia do Porto:** A longa ligação com a Academia do Porto manteve-se firme. A STCP foi o parceiro de mobilidade durante toda a Queima das Fitas, abrangendo a Serenata, o Cortejo Académico e a semana inteira de Noites da Queima no Queimódromo. O compromisso com os estudantes prosseguiu na Receção ao Caloiro, cobrindo a Serenata, a Noite Negra, o Comboio do Caloiro e a Latada. Também os estudantes de Medicina escolheram a STCP para as suas festas, em Gaia e na Zona Industrial do Porto.

## STCP NO CENTRO DE GESTÃO INTEGRADA

**Eventos no Parque da Cidade:** O Primavera Sound Porto, cuja edição de 2025 recebeu mais de 110 mil pessoas: o Festival Comida Continente, um evento voltado para toda a família e de entrada gratuita, que conjuga concertos com demonstrações de gastronomia de chefs conceituados. A STCP esteve lá em ambos com a sua operação centralizada na Anémona.

**Cultura, Lazer e Exposições:** Ainda dentro dos festivais de música, também dissemos “presente” no MEO Marés Vivas, no antigo Parque de Campismo da Madalena, e na Noite Branca de Gondomar, onde o branco é o “dress code” obrigatório. A STCP acompanhou durante 50 horas non-stop o Serralves em Festa, o maior evento de cultura contemporânea em Portugal e um dos maiores da Europa, realizado nos vários espaços da Fundação de Serralves. A mobilidade também foi reforçada para importantes exposições, como a Qualifica, a maior feira de Educação, Formação e Juventude da região Norte de Portugal, realizada na Exponor e o Oporto Tattoo, a maior convenção de tatuagens de Portugal, no Multiusos de Gondomar. A STCP também apoiou eventos institucionais, como o Congresso Mundial da ICCA, o principal evento a nível internacional do setor de congressos e convenções, realizado na Alfândega do Porto e com sessões na CEiiA e Terminal de Cruzeiros de Leixões. Também nos associamos ao Dia Nacional do Engenheiro, realizado no emblemático Palácio da Bolsa.

**Metro do Porto:** Em vários momentos do ano fizemos substituição ao Metro do Porto. Asseguramos por duas vezes a ligação entre a Trindade e a Senhora da Hora, devido a trabalhos na catenária na Boavista. Garantimos a ligação entre diversas estações na Senhora da Hora, devido a obras de reparação dos “Y” onde as linhas de metro se separam para os diversos destinos. Finalizamos com uma ligação entre as estações de Contumil e Campainha, Rio Tinto, devido a um simulacro na linha de Fânzeres.

**Natal e Fim de Ano:** A época natalícia iniciou com um serviço especial para a inauguração das Luzes de Natal na Baixa do Porto, que incluiu a iluminação da Grande Árvore de Natal junto ao edifício da Câmara Municipal, um espetáculo de “video mapping” e um concerto da Mariza para fechar o evento.

E assim em 2025 tivemos 2.020 horas de serviços especiais, traduzidas em mais de 43.400 km. Cerca de 200 mil pessoas viajaram connosco nestas alturas tão especiais. Graças a este empenho somos vistos como parceiros essenciais tanto pelos organizadores dos eventos, como pelos Municípios e forças de segurança.

A presença da STCP no Centro de Gestão Integrada do Município do Porto é garantida aos dias úteis, entre as 06h40 e as 20h00, com extensões de horário sempre que se verificam eventos especiais na cidade.

Durante o ano 2025 foram registadas 5.312 ocorrências com impacto na Operação da STCP, o que representa uma média de aproximadamente 20 ocorrências por dia útil, refletindo um valor elevado e constante de situações operacionais.

A tipologia predominante foi a “dificuldade de circulação”, responsável por 51% dos registos, confirmando que a fluidez do tráfego é o principal obstáculo à operação.

O estacionamento indevido, os impedimentos de circulação, acidentes e incidentes são igualmente problemas recorrentes, com impacto direto na regularidade do serviço prestado aos passageiros e que em conjunto representam 43% das ocorrências.

Quanto aos fluxos de comunicação e proatividade entre o Posto da STCP no CGI e o Centro de Controlo do Tráfego e Operação (CCTO) da STCP, o mesmo decorre nos dois sentidos, ie, da parte do CGI existe uma postura proativa na deteção e mitigação de problemas antes que causem a paragem total das linhas de transporte público da STCP, e da parte do CCTO existe necessidade de apoio em ocorrências emergentes, como por exemplo, pedidos de reboque quando a viatura impede totalmente a passagem de autocarros em pontos críticos, danos graves na via ou anomalias na semaforização.

## 7.4 TRABALHADORES

A análise deste tema encontra-se desenvolvida no ponto 4. PESSOAS deste relatório.

## 7.5 FORNECEDORES

A última atualização do Regulamento de Segurança e Ambiente para Fornecedores data de junho de 2024 e especifica os critérios mínimos de exigência, legais e de boas práticas que devem ser satisfeitos pelos prestadores de serviços e de fornecimentos de bens, assim como a todas as atividades realizadas nas instalações ou em seu nome, definindo os requisitos necessários ao cumprimento das metas consagradas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão, que incluem a procura da satisfação do cliente aliada à minimização dos riscos de segurança e saúde, bem como à redução dos impactos ambientais. O regulamento pode ser consultado no site da STCP.

# ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

# 8



## 8.1 ESTRUTURA ACIONISTA

A STCP, E.I.M., S.A. é uma pessoa coletiva de direito privado, sob a forma de sociedade anónima, de capitais exclusivamente públicos e com natureza intermunicipal.

A 31 de dezembro de 2025, o capital social da STCP, E.I.M., S.A., inteiramente subscrito e realizado, é de 90.000.000,00 euros, representado em 18.000.000 de ações, em forma meramente escritural, com o valor nominal de 5,00 euros cada. A sua distribuição pelos acionistas é a seguinte:

53,69%

Município do Porto

titular de 9.664.200 ações, num total de 48.321.000,00 euros, que representa 53,69% do capital.

12,04%

Município de Vila Nova de Gaia

titular de 2.167.200 ações, num total de 10.836.000,00 euros, que representa 12,04% do capital.

11,98%

Município de Matosinhos

titular de 2.156.400 ações, num total de 10.782.000,00 euros, que representa 11,98% do capital.

9,61%

Município da Maia

titular de 1.729.800 ações, num total de 8.649.000,00 euros, que representa 9,61% do capital.

7,28%

Município de Gondomar

titular de 1.310.400 ações, num total de 6.552.000,00 euros, que representa 7,28% do capital.

5,40%

Município de Valongo

titular de 972.000 ações, num total de 4.860.000 euros, que representa 5,40% do capital.

## 8.2 CUMPRIMENTO DIVULGAÇÕES LEGAIS

Conforme artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que:

- Não existem sucursais da empresa;
- Em 2025 não houve aquisição nem alienação de ações;

- Não foram concedidas autorizações, porque não houve negócios, nos termos do artigo 397 do Código das Sociedades Comerciais.

A Sociedade está exposta aos seguintes riscos financeiros:

### RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

Pela sua natureza a empresa tem uma exposição reduzida ao risco cambial, uma vez que as operações financeiras estão denominadas em euros e é reduzida a componente de aquisição de bens e serviços em moeda diversa.

### RISCO DE TAXA DE JURO

A empresa não está diretamente exposta ao risco de taxa de juro. A facilidade de crédito em cartão, não está sujeita ao risco de taxa de juro.

### RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez é de importância relevante para a empresa e reflete a capacidade da estrutura societária cumprir as suas obrigações no momento do respetivo vencimento. A política de gestão deste risco assenta na garantia de cumprimento atempado e cabal dos compromissos oriundos dos acionistas e dos compromissos que decorrem da atividade, com o objetivo de manter satisfatórias condições de tesouraria.

### RISCO DE CRÉDITO

A política de gestão de risco de crédito tem por objetivo garantir a cobrança do crédito a terceiros no âmbito da sua atividade principal e atividades acessórias, a cuja exposição a empresa está sujeita, pretendendo-se o cumprimento em conformidade com as condições acordadas.

Para mitigar o risco, a empresa analisa e acompanha a carteira de crédito, implementando procedimentos tendentes a minorar as situações de incumprimento.

## RISCO GEOPOLÍTICO

Existe um risco geopolítico com potencial impacto no preço dos combustíveis e eventual necessidade de racionamento, assim como, nas cadeias de fornecimento de material de suporte técnico. O plano de renovação da frota em curso, orientado para a redução da dependência de combustíveis fósseis e para o reforço da incorporação de veículos elétricos, bem como a promoção de um apoio extraordinário junto da Tutela, constituem duas das medidas atualmente em implementação para mitigação deste risco.

## RISCO DE PROCURA

Verifica-se um risco de procura decorrente da concorrência do Metro e do BRT, bem como da diminuição do turismo. Encontra-se em desenvolvimento um estudo abrangente a toda a área geográfica de operação, com vista à reprogramação da rede, das frequências e dos percursos, com o objetivo de rever e reformular a oferta de serviço atualmente prestada.

## RISCO DE AUMENTO DOS CUSTOS DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURAS

Estão a ser reavaliados os principais investimentos e compromissos assumidos, com o objetivo de mitigar o impacto da subida de preços e assegurar uma gestão mais eficiente dos recursos.

## RISCO ASSOCIADO AO MATERIAL CIRCULANTE

Em articulação com o fornecedor, encontra-se em análise a identificação de uma solução exequível no curto prazo.

## 8.3 MODELO DE GOVERNO

O Modelo de Governo assegura a separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização e encontra-se detalhadamente descrito no Relatório de Governo Societário de 2025.

Os membros dos órgãos sociais da STCP, a 31 de dezembro de 2025, eram os seguintes:

CARGO	MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	ELEIÇÃO
Presidente	Carlos Maria Rocha Pinheiro Torres	30-mai-22
Vice-Presidente	Cláudia Manuela Fernandes Silveira Viana	30-mai-22
Secretária	Isabel do Céu Hora Bernardo	30-mai-22

CARGO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	ELEIÇÃO
Presidente	Cristina Mafalda Nieto Guimarães Pimentel	10-mar-22
Vogal	Rui André Albuquerque Neiva da Costa Saraiva	10-mar-22

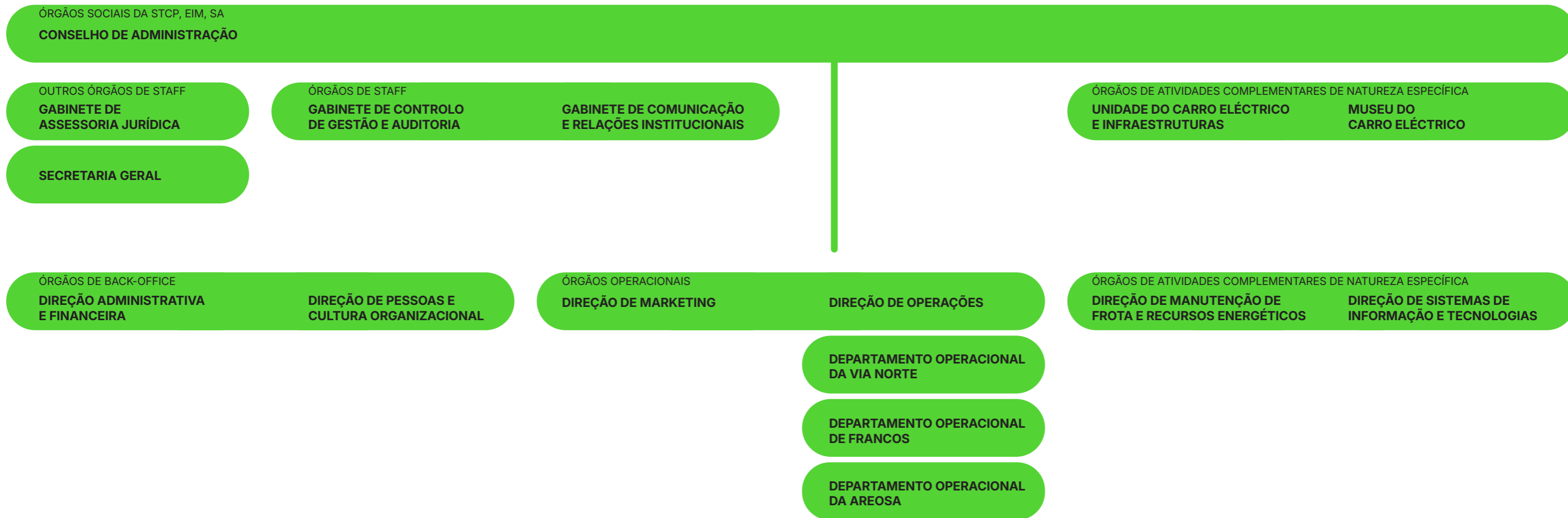
CARGO	FISCAL ÚNICO [1]	ELEIÇÃO
	Mazars & Associados SROC, inscrita na OROC sob o n.º 51 e na CMVM sob o n.º 20161394, representada pelo membro efetivo José Rebouta, inscrito na OROC sob o n.º 1023 e na CMVM sob o n.º 20160637. Como membro suplente, Patrícia Alexandra Faria Cardoso, inscrita na OROC sob o n.º 1483 e na CMVM sob o n.º 20161093.	22-nov-22

[1] Data da Assembleia Geral onde é informada a oficialização da designação de todos os municípios, aprovada nas respetivas Assembleias Municipais.

A Vogal Executiva Isabel Maria de Oliveira Botelho Moniz da Cruz Vilaça, renunciou ao mandato com efeitos a 31 de outubro de 2025.

## MACROESTRUTURA

A 31 de dezembro de 2025, a macroestrutura da empresa era a seguinte:



## VISÃO, MISSÃO E VALORES

A **Visão** da STCP é proporcionar felicidade a todas as Pessoas que viajam connosco e sermos reconhecidos pelo contributo que damos à Sociedade e ao nosso Planeta.

A **Missão** da STCP é prestar um serviço de transporte público urbano de Passageiros, em articulação com todo o ecossistema contribuindo para a efetiva mobilidade das Pessoas, constituindo uma alternativa competitiva e gerando, pela sua atividade, benefícios sociais e ambientais, num quadro de inovação e de melhoria contínua.

Os **Valores** que orientam a STCP são:

**Cuidar** – Cuidamos dos nossos, cuidamos de todos os que se cruzam nas nossas vidas, cuidamos da economia local, cuidamos do nosso legado, cuidamos do nosso planeta para deixarmos um futuro melhor às gerações futuras!

**Ambicionar a excelência** – Ambicionamos ser sempre mais e melhores. A humildade leva-nos a descobrir o que temos que desenvolver, a todo o momento, o rigor pauta os comportamentos que nos levam a elevados níveis de qualidade. Superamo-nos!

**Ousar** – Ousamos! Com os pés assentes no chão, conscientes do serviço público que prestamos e responsáveis perante os nossos acionistas; queremos dar espaço à irreverência, questionando o *status quo* e desbravando novos caminhos no seio da mobilidade sustentável.



## 8.4 SISTEMAS DE GESTÃO

A STCP reforçou em 2025 o seu compromisso com uma gestão responsável, sustentável e centrada nas pessoas, mantendo as certificações ISO 9001 – Qualidade, ISO 14001 – Ambiente, ISO 45001 – Saúde e Segurança no Trabalho e ISO 37001 – Sistema de Gestão Anticorrupção.

Este reconhecimento traduz a maturidade do nosso Sistema Integrado de Gestão e a forma como incorporamos qualidade, ambiente, segurança e ética em todas as decisões estratégicas e operacionais.

Ao longo do ano, foram realizadas auditorias internas e externas que confirmaram a eficácia do Sistema Integrado de Gestão, contribuindo para o reforço da confiança dos nossos clientes, colaboradores e demais partes interessadas, bem como para a melhoria contínua dos processos e do desempenho organizacional.

**FACTOS  
SUBSECUENTES  
E PERSPECTIVAS  
PARA 2026**

**9**





## FACTOS SUBSEQUENTES      PERSPETIVAS PARA 2026

Em janeiro de 2026 entraram em operação os 20 autocarros standard elétricos adquiridos no final de 2025.

A 2 de fevereiro de 2026, por deliberação social unânime por escrito, foram nomeados os seguintes membros da mesa da Assembleia Geral e os membros do Conselho de Administração:

### **Mesa da Assembleia Geral**

Presidente – Fernando Freire de Sousa

Vice-Presidente – Cláudia Manuela Fernandes Silveira Viana

Secretária – Isabel do Céu Hora Bernardo

### **Conselho de Administração**

Presidente – Luís Miguel Bonifácio Osório

Vogal Executiva – Ana Isabel Pinto da Rocha Mena de Matos  
Lessa Ferreira

Vogal Executivo – José Manuel Pereira Ribeiro

Com o deflagrar do conflito que opõem Israel e Estados Unidos ao Irão, os combustíveis estão a sofrer aumentos expressivos, em particular o gás natural. Sendo esta a fonte de energia de 333 autocarros da frota da STCP, 75% do total, os impactos financeiros poderão ser muito expressivos e de grande impacto na empresa.

Em 2026 será continuada a renovação da frota energeticamente menos poluente, prevendo-se a entrada em operação de 63 novos autocarros, 30 standard elétricos, 8 midi elétricos e 25 articulados a gás natural, que substituirão 63 viaturas já em fim de vida.

Está prevista para 2026 a conclusão da requalificação da estação de recolha de Francos.

# PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

# 10





## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os resultados líquidos do ano, lucro de 2.900.970,10 euros (dois milhões novecentos mil novecentos e setenta euros e dez cêntimos) sejam aplicados da seguinte forma:

- I. 2.610.873,09 euros (dois milhões seiscentos e dez mil e oitocentos e setenta e três euros e nove cêntimos) transferidos para a conta de resultados transitados;
- II. 290.097,01 euros (duzentos e noventa mil e noventa e sete euros e um cêntimo) para constituição de reserva legal.

Porto, 08 de abril de 2026

**O Conselho de Administração**

**Presidente:**

Luís Miguel Bonifácio Osório

**Vogais Executivos:**

Ana Isabel Pinto da Rocha Mena de Matos Lessa Ferreira

José Manuel Pereira Ribeiro

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



**CONTAS  
DO EXERCÍCIO  
2025**

**1**



# 1. CONTAS DO EXERCÍCIO 2025

## BALANÇO

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

ATIVO	NOTAS	2025	2024
<b>Ativo não corrente</b>		<b>164.042.813</b>	<b>159.680.543</b>
Ativos fixos tangíveis	9	142.778.497	138.167.574
Propriedades de investimento	13	12.156.000	11.772.000
Ativos intangíveis	8	1.053.883	712.150
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial	7, 15.2	518.469	1.341.959
Outros investimentos financeiros	29.1.2.1	25.000	203.064
Créditos a receber	32.5	7.510.964	7.483.795
<b>Ativo corrente</b>		<b>58.317.730</b>	<b>57.571.479</b>
Inventários	20	820.147	848.311
Clientes	32.1	119.136	12.951
Estado e outros entes públicos	32.3	2.510.417	1.104.049
Outros créditos a receber	32.5	16.510.531	21.198.316
Diferimentos	32.6	1.840.639	660.127
Outros ativos financeiros	29.1.2.2	8.478.063	19.812.000
Caixa e depósitos bancários	5	28.038.797	13.935.725
<b>Total do ativo</b>		<b>222.360.543</b>	<b>217.252.022</b>

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	2025	2024
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito	29.3.1	90.000.000	90.000.000
Reservas legais	29.3.2	74.907	74.907
Outras reservas	29.3.2	25.728	25.728
Resultados transitados		10.505.862	7.844.807
Excedentes de revalorização	29.3.3	44.199.771	45.141.247
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	29.3.4	16.248.837	18.221.485
Resultado líquido do período	29.3.5	2.900.970	83.711
<b>Total do capital próprio</b>		<b>163.956.075</b>	<b>161.391.885</b>

## PASSIVO

<b>Passivo não corrente</b>		<b>23.897.170</b>	<b>25.059.566</b>
Provisões	23	10.581.677	10.273.299
Passivos por impostos diferidos	27	9.463.415	10.309.336
Outras dividas a pagar – imposto associado	29.3.4	3.852.077	4.476.930
<b>Passivo corrente</b>		<b>34.507.298</b>	<b>30.800.571</b>
Fornecedores	32.2	3.161.802	3.814.004
Adiantamento de clientes		1.784	2.050
Estado e outros entes públicos	32.3	1.934.601	1.822.424
Financiamentos obtidos	29.1.1	6.610	3.979
Outras dividas a pagar	32.4	9.170.199	8.870.511
Diferimentos	32.6	20.232.302	16.287.603
<b>Total do passivo</b>		<b>58.404.468</b>	<b>55.860.137</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>222.360.543</b>	<b>217.252.022</b>

A Contabilista Certificada n.º 6622  
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

O Conselho de Administração,  
Presidente  
Luís Miguel Bonifácio Osório

Vogais Executivos  
Ana Isabel Pinto da Rocha Mena de Matos Lessa Ferreira  
José Manuel Pereira Ribeiro

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2025	2024
Vendas e serviços prestados	22	53.304.246	52.442.298
Subsídios à exploração	24	26.012.243	13.104.054
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	15.2	-53.366	434.975
Variação nos inventários da produção	20	-1.045	-51
Trabalhos para a própria entidade	9	4.271	9.249
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	20	-6.953.415	-6.108.444
Fornecimentos e serviços externos	32.7	-19.995.520	-19.160.910
Gastos com o pessoal	30.2	-44.071.771	-40.600.295
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	20	10.076	-22.738
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	32.1	-8.599	-304.874
Provisões (aumentos/reduções)	23	-831.981	-1.335.055
Aumentos/reduções de justo valor	13	381.409	5.361.200
Outros rendimentos	32.9	5.379.566	5.281.266
Outros gastos	32.8	-1.024.278	-1.324.740
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>12.151.837</b>	<b>7.775.935</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8,9	-9.592.751	-8.000.086
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	14		224.151
<b>Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2.559.087</b>	
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>2.559.087</b>	
Imposto sobre o rendimento do período	27	341.884	83.711
<b>Resultado líquido do período</b>	29.3.5	<b>2.900.970</b>	<b>83.711</b>

A Contabilista Certificada n.º 6622  
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

O Conselho de Administração,  
Presidente  
Luís Miguel Bonifácio Osório

Vogais Executivos  
Ana Isabel Pinto da Rocha Mena de Matos Lessa Ferreira  
José Manuel Pereira Ribeiro

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NOTAS	2025	2024
Recebimentos de clientes		57.498.716	51.212.175
Pagamentos a fornecedores		-33.218.880	-30.865.629
Pagamentos ao pessoal		-35.682.433	-32.516.188
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-11.402.596</b>	<b>-12.169.642</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		341.055	82.134
Outros recebimentos/pagamentos		28.273.869	18.141.401
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>17.212.328</b>	<b>6.053.893</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-16.517.656	-5.370.938
Ativos intangíveis		-515.855	-383.129
Investimentos financeiros		-31.624.000	-48.624.000
Outros ativos		-193.999	-203.536
		<b>-48.851.511</b>	<b>-54.581.604</b>
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		12.875	48.140
Investimentos financeiros		43.136.001	37.830.001
Outros ativos			6.305.400
Subsídios ao investimento		364.328	6.604.955
Juros e rendimentos similares		842.102	708.175
Dividendos		1.384.318	1.840.226
		<b>45.739.623</b>	<b>53.336.897</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-3.111.888</b>	<b>-1.244.707</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		65.714	66.095
		<b>65.714</b>	<b>66.095</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-63.083	-62.489
		<b>-63.083</b>	<b>-62.489</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>2.631</b>	<b>3.606</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>14.103.072</b>	<b>4.812.792</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		13.935.725	9.122.933
Caixa e seus equivalentes no final do período	5	28.038.797	13.935.725

A Contabilista Certificada n.º 6622  
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

O Conselho de Administração,  
Presidente  
Luís Miguel Bonifácio Osório

Vogais Executivos  
Ana Isabel Pinto da Rocha Mena de Matos Lessa Ferreira  
José Manuel Pereira Ribeiro

# DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
Posição no início do período de 2024	1	90.000.000	74.907	25.728	3.813.751	33.029.564	18.725.837	-13.204	145.656.583
<b>Alterações no período</b>									
Realização de excedentes de revalorização	29.3.3				4.692.209	-4.692.209			
Excedentes de revalorização	29.3.3					20.509.945			20.509.945
Ajustamentos por impostos diferidos	27				-95.076	-3.706.053			-3.801.128
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	29.3.4				-566.077		-504.353	13.204	-1.057.226
	2				4.031.056	12.111.684	-504.353	13.204	15.651.591
<b>Resultado líquido do período</b>	3							83.711	83.711
<b>Resultado integral</b>	4=2+3							96.915	15.735.302
<b>Operações com detentores de capital no período</b>									
Entradas para cobertura de perdas	5								
Posição no fim do período de 2024	6=1+2+3+5	90.000.000	74.907	25.728	7.844.807	45.141.247	18.221.485	83.711	161.391.885

# EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
Posição no início do período de 2025	6	90.000.000	74.907	25.728	7.844.807	45.141.247	18.221.485	83.711	161.391.885
<b>Alterações no período</b>									
Realização de excedentes de revalorização	29.3.3				1.787.397	-1.787.397			
Excedentes de revalorização	29.3.3								
Ajustamentos por impostos diferidos	27				-384.290	845.920			461.630
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	29.3.4				1.257.948		-1.972.647	-83.711	-798.410
	7				2.661.055	-941.477	-1.972.647	-83.711	-336.780
<b>Resultado líquido do período</b>	8							2.900.970	2.900.970
<b>Resultado integral</b>	9=7+8							2.817.259	2.564.190
<b>Operações com detentores de capital no período</b>									
Entradas para cobertura de perdas	10								
Posição no fim do período de 2025	6+7+8+10	90.000.000	74.907	25.728	10.505.862	44.199.771	16.248.837	2.900.970	163.956.075

A Contabilista Certificada n.º 6622  
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

O Conselho de Administração,  
Presidente  
Luís Miguel Bonifácio Osório

Vogais Executivos  
Ana Isabel Pinto da Rocha Mena de Matos Lessa Ferreira  
José Manuel Pereira Ribeiro

# NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

# 2

PERÍODO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2025

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)



# 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. tem como principal atividade o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes – Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo – integrados na Área Metropolitana do Porto (AMP). Explora os modos de transporte autocarro e carro elétrico.

A sua sede localiza-se na Avenida Fernão de Magalhães, n.º 1862 – 13.º piso, na cidade do Porto.

A 1 de janeiro de 2021, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 175/2019, de 6 de junho, e de acordo com o ofício da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (atual Entidade do Tesouro e Finanças, ETF), foi realizada a intermunicipalização da Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A., em que o capital social foi integralmente transmitido do Estado Português para os seis municípios onde a empresa opera: Município do Porto, Município de Vila Nova de Gaia, Município de Matosinhos, Município da Maia, Município de Gondomar e Município de Valongo.

Com a aprovação dos estatutos, em Assembleia Geral de 30 de junho de 2021, a sociedade passou a denominar-se Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., abreviadamente STCP, E.I.M., S.A. (doravante “STCP”), enquadrada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sucedendo à Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A., que pelo Decreto-Lei n.º 202/94, de 23 de julho, tinha sido transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e que por sua vez tinha sucedido ao Serviço de Transportes Coletivos do Porto, criada pelo Decreto-Lei n.º 38144, de 30 de dezembro de 1950.

As demonstrações financeiras reportam-se ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025 e estão apresentadas em euros, com arredondamento à unidade.

As operações em moeda estrangeira são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com as políticas descritas no ponto 4.8.

As demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 8 de abril de 2026. Contudo, as mesmas serão ainda objeto de aprovação pelo Acionista, em Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada, as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Conforme mencionado no ponto 15.2. das notas às demonstrações financeiras da STCP, as participações financeiras em subsidiárias e associadas são valorizadas pelo método de equivalência patrimonial.

A Entidade considera-se dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o previsto na alínea a), n.º 6 do Artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 126-B/2025, de 5 de dezembro.

# 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 2.1. NORMATIVO CONTABILÍSTICO ADOTADO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (retificado), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respetivamente, nos Avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho.

## 2.2. DERROGAÇÕES AO REFERENCIAL CONTABILÍSTICO ADOTADO

Não aplicável.

## 2.3. CONTEÚDOS DAS CONTAS NÃO COMPARÁVEIS

Não aplicável.

# 3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF: DIVULGAÇÕES TRANSITÓRIAS

Não aplicável.

## 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que a seguir se descrevem:

### 4.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias de natureza financeira, comercial ou outras, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponíveis sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de meios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considera adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela STCP com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 4.24.

### 4.2. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas, são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da participação nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados incluem a parte que lhe corresponde no resultado dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida, na data de aquisição, é reconhecido como goodwill a apresentar separadamente, sendo amortizado nos termos previstos no parágrafo 46 da NCRF 14. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento diferido e é reconhecido em rendimento à medida da sua realização.

Anualmente é feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existirem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos, na demonstração dos resultados, as perdas de imparidade que se demonstre existirem. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando o montante da participação da empresa nos prejuízos acumulados da participante excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da participante nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento na participada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

### 4.3. CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

As aquisições de subsidiárias e de negócios são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo é determinado como o agregado, na data da aquisição, de:

- Justo valor dos ativos entregues ou a entregar;
- Justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas;
- Justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária; e,
- Custos diretamente atribuíveis à aquisição.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato em que a mesma ocorreu, a empresa relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

### 4.4. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação são classificados como detidos para venda quando a sua quantia escriturada for essencialmente recuperada através de uma venda e não através do seu uso continuado. Considera-se que esta condição se verifica apenas quando a venda é altamente provável e o ativo não corrente ou grupos para alienação está disponível para venda imediata nas suas condições presentes. A correspondente venda deve estar concluída no prazo de um ano, a contar da data da classificação do ativo não corrente ou do grupo para alienação como disponível para venda.

Quando a empresa está comprometida com um plano de venda de uma subsidiária que envolva a perda de controlo sobre a mesma, todos os ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda, desde que se cumpram os requisitos referidos no parágrafo anterior, ainda que a empresa retenha algum interesse minoritário na subsidiária após a venda.

Os ativos não correntes ou os grupos para alienação classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre a sua quantia escriturada antes da classificação e o seu justo valor menos os custos para vender.

Os ativos não correntes ou grupos para alienação detidos para venda não devem ser objeto de depreciação ou amortização.

## 4.5. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade. A diferença entre o justo valor e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação, à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação, à data de relato, pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo, de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito de a empresa receber o correspondente montante.

## 4.6. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

## 4.7. LOCAÇÕES

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; ou como,
- Locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

## 4.8. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são registadas inicialmente às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

O volume de transações da empresa em moeda diferente da moeda funcional (euro) é praticamente inexistente e imaterial.

## 4.9. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como tal (ativos fixos tangíveis em curso) são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e quando estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. A capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido.

Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos, antecipadamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

## 4.10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

O benefício resultante de um financiamento do Governo (ou equivalente) a uma taxa de juro inferior ao mercado é tratado como um subsídio do Governo, sendo mensurado como a diferença entre o montante recebido e o justo valor do empréstimo determinado tendo por base as taxas de juro de mercado.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica Outras variações no capital próprio – subsídios, sendo posteriormente imputados de forma sistemática para resultados como rendimentos, durante o período de vida útil dos respetivos ativos.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo, que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados, são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

## 4.11. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

As responsabilidades com o pagamento de complementos de reforma, reconhecidas à data de balanço, representam o valor presente das obrigações por planos de benefícios definidos, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões, constituído para o efeito.

No que diz respeito aos planos de benefícios definidos, o montante da responsabilidade assumida foi determinado anualmente, de acordo com o método da Unidade de Crédito Projetada.

Os custos com responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados, na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

## 4.12. PAGAMENTOS COM BASE EM AÇÕES

Não aplicável.

## 4.13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base na legislação fiscal vigente à data da demonstração da posição financeira. A gestão revê periodicamente a sua análise nesta matéria e reconhece provisões para contingências fiscais prováveis para os casos sob análise, assim como possíveis ajustamentos feitos pelas autoridades fiscais. Estas provisões são constituídas pelo montante que se espera pagar às autoridades fiscais.

O imposto diferido é calculado com base no valor das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Contudo, o imposto diferido não é registado se surgir através do reconhecimento inicial de um ativo ou de um passivo, numa transação que não constitua concentração de atividades empresariais que à data da transação não afete os rendimentos ou gastos, nem contabilísticos, nem tributáveis. O imposto diferido é determinado à luz da legislação e taxas vigentes, ou substitivamente vigentes à data de reporte, e que se esperam aplicar aquando da realização do imposto diferido ativo, ou liquidação do imposto diferido passivo.

O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

A empresa reconhece ativos por impostos diferidos quando a existência de rendimentos tributáveis futuros é expetável, sob os quais a diferença temporária possa ser utilizada, em linha com a prudência que caracteriza a Norma Contabilística de relato financeiro n.º 25.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos está ainda sujeito à política da Empresa quanto ao período temporal aceitável para a medição da respetiva recuperabilidade.

No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados na demonstração da posição financeira pelo seu valor líquido, quando existe o direito legal a compensar os ativos e passivos correntes por impostos diferidos por esse valor, e quando os ativos e passivos por impostos diferidos são relativos a impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade fiscal, sobre a mesma entidade tributável, ou diferentes entidades quando existe a intenção de liquidar os montantes pelo seu valor líquido.

Os passivos por impostos diferidos são classificados como não correntes, conforme apresentado na demonstração da posição financeira (balanço).

## 4.14. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra (quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida) e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação que a STCP espera incorrer.

Os terrenos e edifícios são subseqüentemente registados segundo o modelo de revalorização. Segundo este modelo, o ativo fixo tangível é apresentado pelo seu justo valor à data da revalorização deduzido das respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas. O justo valor dos edifícios e terrenos foi determinado com base na avaliação efetuada por avaliadores especializados e independentes, à data de 31 de dezembro de 2024, dado que a última avaliação datava de 31 de dezembro de 2019, e será periodicamente revisto ou sempre que existam indícios de que o seu justo valor difere significativamente do valor por que se encontram escriturados os ativos.

As diferenças resultantes das revalorizações são registadas no capital próprio na rubrica Excedentes de revalorização de ativos fixos, exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica Excedentes de revalorização até ao limite de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização, incluído no capital próprio associado ao ativo, não é reclassificado para resultados.

Anualmente procede-se à transferência do excedente de revalorização de ativos fixos para resultados acumulados na medida do seu uso, abate ou alienação. Desta forma, o montante do excedente a transferir será a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada revalorizada do ativo e a depreciação baseada no custo original do ativo.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método de linha reta, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo que seja significativo em relação ao custo total do item é depreciado separadamente. A STCP imputa a quantia inicialmente reconhecida com respeito a um item do ativo fixo tangível às partes significativas deste e deprecia separadamente cada parte. Uma parte significativa de um item do ativo fixo tangível pode ter uma vida útil e um método de depreciação que sejam os mesmos que a vida útil e o método de depreciação de uma outra parte significativa do mesmo item. Essas partes são agrupadas ao determinar-se o gasto de depreciação.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação, sendo registadas na demonstração dos resultados como Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros ou Gastos e perdas em investimentos não financeiros.

### AS TAXAS DE DEPRECIAÇÃO UTILIZADAS CORRESPONDEM AOS SEGUINTE PERÍODOS DE VIDA ÚTIL ESTIMADA:

RUBRICAS DO ATIVO FIXO TANGÍVEL	ANOS DE VIDA ÚTIL				
	ATÉ 1988	1989 E 1990	1991 A 2001	2002 A 2011	2012 A 2025
Edifícios e outras construções	8 a 100	10 a 100	10 a 50	5 a 50	4 a 50
Equipamento básico	5 a 56	5 a 12	5 a 12	3 a 20	2 a 32
Equipamento de transporte	7 a 25	5 a 12	5 a 12	4 a 12	4 a 15
Equipamento administrativo	6 a 10	3 a 10	3 a 10	3 a 16	3 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	10	4 a 10	4 a 10

## 4.15. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição, incluindo todas as despesas imputáveis à compra e, subseqüentemente, é utilizado o modelo de justo valor.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base na avaliação anual efetuada por avaliadores especializados e independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos /perdas por aumentos/ reduções de justo valor.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

## 4.16. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e se a empresa puder controlar e medir razoavelmente o seu valor. Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

É reconhecido um ativo intangível gerado internamente, resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projeto, apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as seguintes condições:

- Existe viabilidade técnica para concluir o intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou para venda;
- Existe intenção de concluir o intangível e de o usar ou vender;
- Existe capacidade para usar ou vender o intangível;
- O intangível é suscetível de gerar benefícios económicos futuros;
- Existe disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento do intangível e para o usar ou vender;
- É possível mensurar com fiabilidade os dispêndios associados ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido do ativo intangível, gerado internamente, consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições atrás descritas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, despesas com *software*, despesas de desenvolvimento, cujos critérios para o reconhecimento de um ativo sejam cumpridos, despesas com propriedade industrial e outros direitos e *passes* comerciais.

Os ativos intangíveis gerados internamente são registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. A vida útil e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida são amortizados num período máximo de 10 anos.

## 4.17. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS EXCLUINDO GOODWILL

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior montante, entre o justo valor, deduzido de custos para vender, e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são atualizados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado, quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa, relativamente as quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, na rubrica de Perdas por imparidade, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

## 4.18. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor líquido de

realização representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

## 4.19. PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado. É provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada, tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data.

As obrigações presentes, que resultam de contratos onerosos, são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a empresa é parte integrante das disposições de um contrato, cujo cumprimento tem associados custos, que não é possível evitar, que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a STCP desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação, inicia a implementação do mesmo e anuncia as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da empresa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de haver uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

## 4.20. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- ao custo ou custo amortizado; ou
- ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

São mensurados ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características simultaneamente:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros).

São ainda classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria ao custo ou custo amortizado, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro, na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são classificados na categoria ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas Perdas por reduções de justo valor e Ganhos por aumentos de justo valor.

### Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros classificados na categoria ao custo ou custo amortizado são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade em instrumentos de capital próprio.

### Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### Instrumentos compostos:

Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente, de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.

A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.

No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

## 4.21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro, na rubrica "Outros instrumentos financeiros – Derivados". Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro, na rubrica "Outros instrumentos financeiros – Derivados".

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação nesse limite de prazo.

No início da operação da cobertura, a empresa documenta:

- a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto;
- os seus objetivos e estratégia de gestão do risco; e
- a avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como instrumento de cobertura no âmbito de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de uma transação futura de elevada probabilidade, e risco de investimento líquido numa operação estrangeira, são registadas no capital próprio, na rubrica "Outras reservas". Tais ganhos ou perdas registadas em "Outras reservas" são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afetar resultados, sendo apresentados na linha afetada pelo item coberto.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando a empresa revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando o instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura. Qualquer montante registado em "Outras reservas" apenas é reclassificado para resultados quando a posição coberta afetar resultados. Quando a posição coberta consistir numa transação futura e não for expectável que a mesma ocorra, qualquer montante registado em "Outras reservas" é de imediato reclassificado para resultados.

## 4.22. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

## 4.23. AGRICULTURA

Não aplicável.

## 4.24. JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da STCP são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva, na demonstração dos resultados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

### Vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis:

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes dois parâmetros são avaliados em cada exercício económico e definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão. Em concreto, a STCP tem ajustado a estimativa da vida útil dos veículos automóveis de serviço público pesado para passageiros de acordo com as alterações que vão ocorrendo nas políticas de gestão definidas para estes ativos, nomeadamente programa de manutenção preventiva da frota, características técnicas dos ativos adquiridos, números de anos que se espera poder usar os ativos em condições de segurança e previsão de renovação da frota.

### Análises de imparidade de ativos tangíveis e intangíveis:

Para qualquer ativo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise anual de imparidade sendo reconhecidas as perdas decorrentes da mesma. Em 2025 e 2024, não foram identificados ativos com indícios de imparidade.

### Registo de imparidade aos valores do ativo, nomeadamente inventários e contas a receber:

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Perdas por imparidade em dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam. O risco de crédito sobre os saldos das contas a receber é avaliado à data de fecho, tendo em conta o conhecimento do cliente e o seu perfil de risco. Os saldos de clientes e outras contas a receber são analisados de acordo com a mora e as dificuldades detetadas nas diligências efetuadas pela Empresa para o seu recebimento.

No que respeita às perdas por imparidade de inventários, e de acordo com a metodologia vigente, o valor realizável líquido dos inventários é determinado de acordo com a metodologia dos excessos em armazém para a generalidade dos artigos e para os casos particulares, como os títulos de transporte, fardamento e materiais da via e rede mais relevantes, de acordo com o valor recuperável com o seu abate.

### Provisões:

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento e/ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Processos Judiciais em Curso: de acordo com informação de risco obtida por parte dos Advogados e do Departamento Jurídico interno. De referir que, tendo por base o Decreto-Lei n.º 151/2019, em 1 de janeiro de 2021,

a STCP decidiu reconhecer o ativo pelo reembolso esperado dos encargos que se espera vir a suportar no futuro com os processos judiciais em curso relativo a factos anteriores a 31 de dezembro de 2020. O reconhecimento do ativo pressupõe que a STCP considera que é certo que o Estado reembolsará as responsabilidades com provisões que se encontram escrituradas nas suas contas;

- Provisão para acidentes de trabalho e doenças profissionais ocorridos até fevereiro de 1998: apurados pelo Departamento de Pessoas e Cultura Organizacional, tendo por base a Portaria n.º 11/2000, de 13 de janeiro.
- Outros riscos e encargos:
  - a) Riscos e Encargos com Sinistros com limite da franquia: de acordo com informação dos corretores de seguros, quando possível. Alternativamente, desde 2019 que a STCP considera o valor histórico dos valores pagos nos últimos 6 exercícios anteriores. Em 2024 e 2025, e apenas para os anos de 2021 a 2025, houve necessidade de ajustar a estimativa com franquias por pagar passando esta a ser determinada de acordo com o produto entre o n.º de processos em aberto e o valor estimado médio da franquia a pagar em cada ano.
  - b) Outros riscos e encargos diversos: provisão de acordo com informação obtida por parte do Departamento Jurídico e do Departamento de Pessoas e Cultura Organizacional;

### Cálculo da responsabilidade associada aos fundos de pensões:

A 31 de dezembro de 2025, a STCP possui um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez, mas apenas para os trabalhadores que foram admitidos após 1 de janeiro de 2021.

Nesta data não foi possível proceder à valorização destas responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez. É nossa opinião que de acordo com o histórico das responsabilidades com o fundo de pensões para trabalhadores no ativo os impactos contabilísticos da determinação para 2025 desta responsabilidade não seriam materialmente relevantes ou até podem ser nulos.

### Apuramento do justo valor das propriedades de investimentos e dos terrenos e edifícios incluídos nos ativos fixos tangíveis, de acordo com os critérios, normas e conceitos estabelecidos pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), nomeadamente nas Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF):

- Para os Ativos Fixos Tangíveis é efetuada uma solicitação de avaliação periódica (na maioria das vezes de 4/4 anos) ou sempre que existam indícios de imparidade. A última avaliação reporta à data do encerramento do exercício de 2024.
- Para as Propriedades de Investimento a solicitação de avaliação é anual.
- Para o efeito é efetuada uma consulta ao mercado (apenas para peritos avaliadores inscritos na CMVM), sendo que a adjudicação efetuada com base no melhor preço, após aprovação do Conselho de Administração.

## 4.25. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("*non adjusting events*") são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 5. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes inclui para além de numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, os descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Todas as rubricas de disponibilidades encontram-se disponíveis para uso.

Caixa e seus equivalentes,  
em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	2025	2024
Numerário	123.013	117.282
Depósitos bancários	2.765.784	4.728.442
Aplicações de tesouraria	25.150.000	9.090.000
<b>Caixa e equivalentes de caixa no Balanço / Demonstração de Fluxos de Caixa</b>	<b>28.038.797</b>	<b>13.935.725</b>

## 6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício de 2025 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, estimativas ou correção de erros materiais de períodos anteriores.

## 7. PARTES RELACIONADAS

### 7.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS

#### A) ACIONISTAS

ACIONISTAS	% DETENÇÃO
Município do Porto	53,69%
Município de Vila Nova de Gaia	12,04%
Município de Matosinhos	11,98%
Município da Maia	9,61%
Município de Gondomar	7,28%
Município de Valongo	5,40%

#### B) PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024:

DESIGNAÇÃO SOCIAL	SEDE	% PART.	ATIVIDADE
<b>Subsidiárias</b>			
STCP Serviços – Transportes Urbanos, Consultoria e Participações, Unipessoal, Lda.	Porto	100%	Outras atividades auxiliares de transportes terrestres.
<b>Associadas</b>			
Transpublicidade – Publicidade em Transportes, S.A.	Oeiras	20%	Exploração de toda e qualquer publicidade em veículos e instalações.

Em 2024, a STCP detinha ainda uma participação financeira de 33,33% no TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE, detida desde 2002, cujo objeto social era a gestão de bilhética de transportes.

Conforme estipulado pelo Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto, a TIP foi dissolvida na data em que a TMP – Transportes Metropolitanos do Porto, E.M.T., S.A. iniciou a sua atividade: 17 de janeiro de 2025.

Em 31 de outubro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral da TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE, a dissolução e liquidação deste ACE, tendo ocorrido a transmissão de todos os seus ativos e passivos para a TMP – Transportes Metropolitanos do Porto, E.M.T., S.A.

### C) OUTRAS PARTES RELACIONADAS

A partir de 2021, no âmbito da nova estrutura de acionistas, a STCP passou também a ser uma outra entidade relacionada com as empresas que fazem parte do perímetro de consolidação do Município do Porto, no qual a STCP está incluída, e com as empresas em que o Município do Porto exerce uma influência significativa, apesar de não deter o seu controlo.

Empresas subsidiárias do Município do Porto (detidas a 100%, com exceção da Associação Porto Digital, que é detida a 80,04%):

- Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.
- CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, E.M.

- CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.
- Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A.
- GO Porto – Gestão e Obras do Porto, E.M.
- Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.
- Associação Porto Digital

Empresas em que o Município do Porto exerce uma influência significativa:

- Invesurb – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado
- Mercado Abastecedor do Porto, S.A.
- AdEPorto – Agência de Energia do Porto

### 7.2. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas (valores apurados pela faturação ocorrida em cada ano, líquida de IVA):

DESCRIÇÃO DAS TRANSAÇÕES 2025	ACIONISTAS	SUBSIDIÁRIAS	ASSOCIADAS	OUTRAS PARTES RELACIONADAS	TOTAL
Serviços obtidos	99.326	30.721	996	64.214	195.256
Dividendos atribuídos à STCP			1.379.171		1.379.171
Compensações financeiras por contrato	17.581.695				17.581.695
Serviços prestados	906	86.178	13.998	231.327	332.409

DESCRIÇÃO DAS TRANSAÇÕES 2024	ACIONISTAS	SUBSIDIÁRIAS	ASSOCIADAS	OUTRAS PARTES RELACIONADAS	TOTAL
Serviços obtidos	56.704	22.112	1.800.691	53.337	1.932.844
Compensações financeiras por contrato	14.843.399				14.843.399
Alienação de propriedades de investimento	6.312.000				6.312.000
Serviços prestados	30.181	155.935	29.054.868	78.660	29.319.644

### 7.3. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

SALDOS 2025	ACIONISTAS	SUBSIDIÁRIAS	ASSOCIADAS	PESSOAS CHAVE DA GESTÃO	OUTRAS PARTES RELACIONADAS	TOTAL
Contas a receber correntes	695.179				27.155	722.334
Contas a pagar correntes	80.708	14.819	3.273		25.079	123.879

SALDOS 2024	ACIONISTAS	SUBSIDIÁRIAS	ASSOCIADAS	PESSOAS CHAVE DA GESTÃO	OUTRAS PARTES RELACIONADAS	TOTAL
Contas a receber correntes	393.857	10.734	145.954		8.719	559.265
Contas a pagar correntes	538	18.600	67.375		17.195	103.708

Os saldos das contas a pagar e a receber, bem como o montante das transações, excluem as contas de acréscimos e diferimentos.

A 31 de dezembro de 2025, os valores mais relevantes com entidades relacionadas em contas de acréscimos e diferimentos são relativos a transações com os acionistas (valores sem IVA):

- Valores a creditar pela empresa em 2026: 15,8 milhões de euros relativos ao diferencial entre o valor final e o valor estimado da comparticipação financeira por obrigações de serviço público relativas ao ano de 2025;
- Valores a faturar em 2026: 946 mil euros relativos ao programa Incentiva+ TP (na parte relativa ao financiamento de 7,5% do valor do subsídio atribuído para o exercício de 2024 e 2025, a efetuar pelos seis municípios acionistas da STCP).

### 7.4. REMUNERAÇÕES DO PESSOAL-CHAVE DE GESTÃO DA EMPRESA

As remunerações do pessoal-chave de gestão da empresa encontram-se descritos no Capítulo VII relativo às Remunerações do Relatório do Governo Societário.

## 8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

ATIVOS INTANGÍVEIS	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamento por conta de ativos intangíveis	TOTAL
<b>Valor líquido a 01.01.2025</b>	<b>107.894</b>	<b>300.287</b>			<b>282.370</b>	<b>21.600</b>	<b>712.150</b>
<b>Ativo bruto</b>							
Saldo a 01.01.2025	196.643	5.792.355	98.439	1.106.517	282.370	21.600	7.497.924
Movimentos de 2025							
Adições		61.323			391.700		453.023
Regularizações e transferências		67.388			-45.788	-21.600	
Saldo a 31.12.2025	196.643	5.921.065	98.439	1.106.517	628.282		7.950.946
<b>Amortizações acumuladas</b>							
Saldo a 01.01.2025	-88.749	-5.492.068	-98.439	-1.106.517			-6.785.773
Movimentos de 2025							
Gastos de amortização	-35.965	-75.325					-111.290
Saldo a 31.12.2025	-124.714	-5.567.393	-98.439	-1.106.517			-6.897.063
<b>Valor líquido a 31.12.2025</b>	<b>71.929</b>	<b>353.672</b>			<b>628.282</b>		<b>1.053.883</b>

ATIVOS INTANGÍVEIS	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamento por conta de ativos intangíveis	TOTAL
<b>Valor líquido a 01.01.2024</b>		<b>232.703</b>			<b>216.871</b>		<b>449.574</b>
<b>Ativo bruto</b>							
Saldo a 01.01.2024	88.749	5.670.848	98.439	1.106.517	216.871		7.181.425
Movimentos de 2024							
Adições		121.506			173.392	21.600	316.499
Regularizações e transferências	107.894				-107.894		
Saldo a 31.12.2024	196.643	5.792.355	98.439	1.106.517	282.370	21.600	7.497.924
<b>Amortizações acumuladas</b>							
Saldo a 01.01.2024	-88.749	-5.438.145	-98.439	-1.106.517			-6.731.851
Movimentos de 2024							
Gastos de amortização		-53.922					-53.922
Saldo a 31.12.2024	-88.749	-5.492.068	-98.439	-1.106.517			-6.785.773
<b>Valor líquido a 31.12.2024</b>	<b>107.894</b>	<b>300.287</b>			<b>282.370</b>	<b>21.600</b>	<b>712.150</b>

A empresa não procede à capitalização das despesas de investigação. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas apenas quando cumprem os critérios de reconhecimento definidos nas NCRF.

Após análise dos ativos intangíveis foi determinado que não existem bens com vida útil indefinida.

As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

RUBRICAS DO ATIVO FIXO INTANGÍVEL	ANOS DE VIDA ÚTIL
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	2 a 10
Propriedade industrial	3 a 7
Outros ativos intangíveis	5

Movimentos ocorridos nos ativos intangíveis em curso:

ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	SALDO 01.01.2025	AQUISIÇÕES	REGULARIZAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS	ABATES / ALIENAÇÕES	SALDO 31.12.2025
Projetos de desenvolvimento	24.723	142.259			166.982
Programas de computador	257.647	249.441	-45.788		461.300
	<b>282.370</b>	<b>391.700</b>	<b>-45.788</b>		<b>628.282</b>

ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	SALDO 01.01.2024	AQUISIÇÕES	REGULARIZAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS	ABATES / ALIENAÇÕES	SALDO 31.12.2024
Projetos de desenvolvimento	107.894	24.723	-107.894		24.723
Programas de computador	108.978	148.669			257.647
	<b>216.871</b>	<b>173.392</b>	<b>-107.894</b>		<b>282.370</b>

Não existem ativos intangíveis cuja titularidade esteja restringida ou que tenham sido dados como garantia de passivos.

À data de 31 de dezembro de 2025, os compromissos contratuais assumidos para a aquisição de ativos intangíveis são no montante de cerca de 210 mil euros.

## 9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	ATIVOS TANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTAMENTO POR CONTA DE ATIVOS TANGÍVEIS	TOTAL DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
<b>Valor líquido a 01.01.2025</b>	<b>36.921.000</b>	<b>23.849.527</b>	<b>70.031.009</b>	<b>258.602</b>	<b>875.739</b>	<b>1.102.878</b>	<b>5.022.483</b>	<b>106.336</b>	<b>138.167.574</b>
<b>Ativo bruto</b>									
Saldo a 01.01.2025	36.921.000	85.635.158	150.204.575	818.969	5.457.159	1.881.054	5.022.483	106.336	286.046.734
Movimentos de 2025									
Adições (*)		355.547	7.935.877	51.000	861.309		4.905.567		14.109.300
Abates / vendas		-178.308	-1.829.820	-18.782	-68.544	-738			-2.096.192
Revalorizações									
Regularizações e transferências		170.895	98.554		139.557		-302.671	-106.336	
Saldo a 31.12.2025	36.921.000	85.983.292	156.409.186	851.187	6.389.482	1.880.315	9.625.379		298.059.841
<b>Depreciações acumuladas</b>									
Saldo a 01.01.2025		-61.785.631	-80.173.566	-560.367	-4.581.420	-778.175			-147.879.159
Movimentos de 2025									
Gastos de depreciação		-2.263.678	-6.949.210	-38.468	-229.037	-1.068			-9.481.461
Revalorizações									
Abates/vendas		163.594	1.829.603	18.782	66.558	738			2.079.276
Regularizações e transferências									
Saldo a 31.12.2025		-63.885.715	-85.293.173	-580.053	-4.743.898	-778.505			-155.281.344
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>									
Saldo a 01.01.2025									
Reversões									
Saldo a 31.12.2025									
<b>Valor líquido a 31.12.2025</b>	<b>36.921.000</b>	<b>22.097.577</b>	<b>71.116.013</b>	<b>271.134</b>	<b>1.645.583</b>	<b>1.101.810</b>	<b>9.625.379</b>		<b>142.778.497</b>

(\*) As adições dos ativos tangíveis em curso incluem 4.271 euros de trabalhos para a própria entidade.

<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>	<b>TERRENOS E RECURSOS NATURAIS</b>	<b>EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES</b>	<b>EQUIPAMENTO BÁSICO</b>	<b>EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE</b>	<b>EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO</b>	<b>OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>	<b>ATIVOS TANGÍVEIS EM CURSO</b>	<b>ADIANTAMENTO POR CONTA DE ATIVOS TANGÍVEIS</b>	<b>TOTAL DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>
<b>Valor líquido a 01.01.2024</b>	<b>29.982.120</b>	<b>10.889.806</b>	<b>75.336.250</b>	<b>295.835</b>	<b>801.900</b>	<b>1.099.999</b>	<b>2.808.972</b>		<b>121.214.882</b>
<b>Ativo bruto</b>									
Saldo a 01.01.2024	30.205.790	48.522.907	149.463.087	975.106	5.417.533	1.869.666	2.808.972		239.263.062
Movimentos de 2024									
Adições (*)		51.785	1.163.982		241.453	2.077	2.600.277	106.336	4.165.910
Abates / vendas			-809.261	-156.136	-192.517				-1.157.914
Revalorizações	6.715.210	37.060.466							43.775.676
Regularizações e transferências			386.766		-9.310	9.310	-386.766		
Saldo a 31.12.2024	36.921.000	85.635.158	150.204.575	818.969	5.457.159	1.881.054	5.022.483	106.336	286.046.734
<b>Depreciações acumuladas</b>									
Saldo a 01.01.2024		-37.632.621	-74.126.838	-679.270	-4.615.633	-769.667			-117.824.029
Movimentos de 2024									
Gastos de depreciação		-887.280	-6.855.829	-37.233	-164.808	-1.015			-7.946.164
Revalorizações		-23.265.731							-23.265.731
Abates/vendas			809.101	156.136	191.527				1.156.764
Regularizações e transferências					7.494	-7.494			
Saldo a 31.12.2024		-61.785.631	-80.173.566	-560.367	-4.581.420	-778.175			-147.879.159
<b>Perdas por imparidade acumuladas</b>									
Saldo a 01.01.2024	-223.670	-481							-224.151
Reversões	223.670	481							224.151
Saldo a 31.12.2024									
<b>Valor líquido a 31.12.2024</b>	<b>36.921.000</b>	<b>23.849.527</b>	<b>70.031.009</b>	<b>258.602</b>	<b>875.739</b>	<b>1.102.878</b>	<b>5.022.483</b>	<b>106.336</b>	<b>138.167.574</b>

(\*) As adições dos ativos em curso incluem 9.249 euros de trabalhos para a própria entidade.

A empresa solicitou uma avaliação externa e independente dos seus terrenos e edifícios (todos eles localizados no Grande Porto) classificados como ativos fixos tangíveis e procedeu à sua revalorização, com data de referência de 31 de dezembro de 2024, tendo este trabalho sido adjudicado à Basis of Value – Peritos Avaliadores de Imóveis, Lda., inscrita na CMVM com o n.º PAI/2016/0184.

O trabalho consistiu na determinação do Justo Valor dos edifícios e terrenos, em uso continuado, no seu estado atual, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 7 e os termos de referência indicados pela empresa.

O “Justo Valor” pode ser definido como “A quantia pela qual um ativo poderia ser trocado (...), entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas”. A referência a “partes conhecedoras” e a “transação em que não exista relacionamento entre elas”, deixam claro que, para grande parte dos propósitos práticos, o Justo Valor é compatível com o conceito de Valor de Mercado.

Os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- O trabalho de avaliação teve por base vistorias, isto é, inspeções visuais, realizadas ao interior e exterior de todos os imóveis;
- Foi recolhida informação sobre a envolvente e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis;
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual;
- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes;
- As áreas de terreno e de construção foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa, os quais são considerados como corretos;
- Partiu-se do pressuposto de que todos os imóveis se encontram devidamente legalizados e licenciados, livres de ónus e encargos, com exceção dos contratos de arrendamento em vigor;
- A valorização das infraestruturas afetas a cada imóvel – pavimentos, redes de abastecimento e distribuição de água, redes de drenagem de águas residuais e pluviais, rede de distribuição de eletricidade, etc. – foi considerada e incluída na valorização de cada imóvel.

Importa realçar que, neste processo de avaliação, não foram tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios ou atividades a exercer nas instalações, sendo os imóveis avaliados tal como se encontram e com os usos atuais.

No âmbito da avaliação, o Justo Valor foi calculado através de uma Abordagem de Rendimento, tendo a capacidade construtiva do terreno sido avaliada pelo Método de Discounted Cash Flow (DCF), pelo cálculo do valor residual.

Para o imóvel Escritórios na Torre das Antas, o Justo Valor foi calculado através de uma Abordagem de Rendimento e uma Abordagem de Mercado, uma vez que existe comparação direta no mercado tanto de venda como de arrendamento.

Caso os “terrenos e recursos naturais” e “edifícios e outras construções” tivessem sido reconhecidos de acordo com o modelo do custo, a quantia escriturada seria, respetivamente, de:

RUBRICA	2025	2024
Terrenos e recursos naturais	2.174.731	2.174.731
Edifícios e outras construções	5.905.459	6.068.976
	<b>8.080.189</b>	<b>8.243.707</b>

Não se procedeu à divulgação de ativos fixos dados como garantias de passivos, dado não existirem situações que se enquadrem neste âmbito.

De acordo com o Art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, a partir de 1 de janeiro de 2021 “os imóveis que são propriedade da STCP em 31 de dezembro de 2020, mantêm-se na sua titularidade, no âmbito e para os efeitos do contrato de concessão de serviço público, enquanto estejam afetos, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento das atividades concedidas à STCP, sem prejuízo da possibilidade da sua valorização e aproveitamento das partes indissociáveis que estejam transitariamente desocupadas através da permissão do seu uso, a título oneroso, por terceiros”. “Cessando as destinações referidas no número anterior, os imóveis em causa consideram-se transmitidos para o Estado”.

Movimentos ocorridos nos ativos tangíveis em curso:

	SALDO 01.01.2025	AQUISIÇÕES (1)	REGULARIZAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS	ABATES / ALIENAÇÕES	SALDO 31.12.2025
Edifícios e outras construções	1.491.071	4.198.022	-149.392		5.539.701
Equipamento básico	3.454.654	698.419	-89.488		4.063.584
Equipamento administrativo	76.759	9.126	-63.791		22.094
	<b>5.022.483</b>	<b>4.905.567</b>	<b>-302.671</b>		<b>9.625.379</b>

	SALDO 01.01.2024	AQUISIÇÕES (1)	REGULARIZAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS	ABATES / ALIENAÇÕES	SALDO 31.12.2024
Edifícios e outras construções	258.816	1.232.254			1.491.071
Equipamento básico	2.550.156	1.291.263	-386.766		3.454.654
Equipamento administrativo		76.759			76.759
	<b>2.808.972</b>	<b>2.600.277</b>	<b>-386.766</b>		<b>5.022.483</b>

(1) As aquisições de 2025 incluem 4.271 euros relativos a trabalhos para a própria entidade, repartidos por edifícios (3.846 euros) e equipamento básico (425 euros). Em 2024, esta coluna inclui 9.249 euros relativos a trabalhos para a própria entidade no equipamento básico.

Movimentos ocorridos na rubrica de adiantamentos para ativos tangíveis:

	SALDO 01.01.2025	AQUISIÇÕES	REGULARIZAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS	SALDO 31.12.2025
Edifícios e outras construções	21.504		-21.504	
Equipamento básico	9.066		-9.066	
Equipamento administrativo	75.767		-75.767	
	<b>106.336</b>		<b>-106.336</b>	

	SALDO 01.01.2024	AQUISIÇÕES	REGULARIZAÇÕES E TRANSFERÊNCIAS	SALDO 31.12.2024
Edifícios e outras construções		21.504		21.504
Equipamento básico		9.066		9.066
Equipamento administrativo		75.767		75.767
		<b>106.336</b>		<b>106.336</b>

À data de 31 de dezembro de 2025, os compromissos contratuais assumidos para a aquisição de ativos fixos tangíveis são no montante de cerca de 12,3 milhões de euros.

## 10. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

A empresa não possui ativos nestas condições.

## 11. LOCAÇÕES

### 11.1. LOCAÇÕES FINANCEIRAS – LOCATÁRIOS

Em 2025 e 2024 não foram celebrados novos contratos de locação financeira.

### 11.2. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Nos exercícios de 2025 e 2024 foram reconhecidos gastos de rendas de contratos de locação operacional no montante de 222.295 euros e 176.803 euros, respetivamente.

As rendas de contratos de locação operacional (inclui a componente de outros serviços e IVA, quando não dedutível), a 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentam os seguintes vencimentos:

<b>ANOS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
2025		254.132
2026	276.958	187.649
2027	141.721	129.861
2028	68.480	61.652
2029	1.140	
<b>Total</b>	<b>488.299</b>	<b>633.293</b>

## 12. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito a taxa de juro efetiva dos mesmos.

A empresa não suportou em 2024 e 2025 encargos de financiamento.

## 13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

De acordo com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro e a partir de 1 de janeiro de 2021, “os imóveis que eram propriedade da STCP em 31 de dezembro de 2019, mantêm-se na sua titularidade, no âmbito e para os efeitos do contrato de concessão de serviço público, enquanto estejam afetos, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento das atividades concedidas à STCP, sem prejuízo da possibilidade da sua valorização e aproveitamento das partes indissociáveis que estejam transitoriamente desocupadas através da permissão do seu uso, a título oneroso, por terceiros”. “Cessando as destinações referidas no número anterior, os imóveis em causa consideram-se transmitidos para o Estado”.

Em maio de 2024, a STCP procedeu à venda do imóvel da Ex Estação de S. Roque ao Município do Porto.

No final de 2024 e 2025, estavam na posse da empresa dois imóveis catalogados como propriedades de investimento, ambos mantinham contratos de arrendamento em curso.

Em 31 de dezembro de 2025, a empresa procedeu à aplicação do justo valor nas propriedades de investimento (a avaliação anterior foi realizada a 31 de dezembro de 2024), tendo sido determinado através de uma avaliação efetuada por uma entidade externa e especializada, independente e com qualificação profissional reconhecida. Ambas as avaliações foram realizadas pela Basis of Value-Peritos Avaliadores de Imóveis, Lda., inscrita na CMVM com o n.º PAI/2016/0184.

A data de referência da avaliação foi de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respetivamente para os exercícios de 2025 e de 2024.

O trabalho consistiu na determinação do Justo Valor dos edifícios e terrenos, para efeitos contabilísticos, respeitando as exigências da norma contabilística e de relato financeiro n.º 11, bem como os termos de referência indicados pela empresa.

O justo valor é definido na NCRF 11, parágrafo 37, como “A quantia pela qual um ativo poderia ser trocado (...), entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas”.

A referência a “partes conhecedoras” e a “numa transação em que não exista relacionamento entre elas”, deixam claro que, para grande parte dos propósitos práticos, o Justo Valor é compatível com o conceito de Valor de Mercado.

Nas avaliações efetuadas em 2025 e 2024, o principal objetivo foi determinar o justo valor dos ativos em avaliação.

Na determinação do Justo valor foram adotadas as abordagens que melhor se adaptam a cada imóvel em avaliação.

Em 2024 e 2025, foi dada preferência a uma abordagem de rendimento, uma vez que os imóveis se encontravam com contratos de arrendamento em vigor ou com condições de gerar rendimentos futuros.

Em ambas as avaliações os pressupostos de avaliação usados na determinação do justo valor foram os seguintes:

- Foi fornecida documentação predial, plantas, contratos, dados e elementos das condições que atualmente afetam diretamente cada um dos ativos imobiliários;
- O trabalho de avaliação teve por base vistorias, isto é, inspeções visuais, realizadas ao exterior de todos os imóveis;
- Para a totalidade dos imóveis foi recolhida informação sobre a envolvente urbana e o mercado imobiliário local, tendo sido efetuado um levantamento dos valores atualmente pedidos no mercado para imóveis semelhantes e comparáveis;
- Na obtenção do valor de cada imóvel foram tomados em consideração os principais fatores determinantes como a localização, ocupação, condições, acessos, dimensões existentes, características e o estado atual;
- Tiveram-se ainda por referência os valores de mercado praticados relativamente a imóveis com utilização potencial e localização semelhantes;
- As áreas de terreno e de construção foram obtidas através de elementos fornecidos pela empresa;
- Partiu-se do pressuposto de que todos os imóveis se encontram devidamente legalizados e licenciados, livres de ónus e encargos, para além dos constantes nos contratos de arrendamento em vigor.

Os movimentos ocorridos na rubrica das propriedades de investimento foram os seguintes:

PROPRIEDADES INVESTIMENTO	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL
<b>Saldo a 01.01.2025</b>	<b>10.331.000</b>	<b>1.441.000</b>	<b>11.772.000</b>
Variação JV por contrapartida de resultados	365.000	16.409	381.409
Aquisições		2.591	2.591
<b>Saldo a 31.12.2025</b>	<b>10.696.000</b>	<b>1.460.000</b>	<b>12.156.000</b>

PROPRIEDADES INVESTIMENTO	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL
<b>Saldo a 01.01.2024</b>	<b>12.008.900</b>	<b>1.143.100</b>	<b>13.152.000</b>
Variação JV por contrapartida de resultados	5.063.300	297.900	5.361.200
Alienações	-6.741.200		-6.741.200
<b>Saldo a 31.12.2024</b>	<b>10.331.000</b>	<b>1.441.000</b>	<b>11.772.000</b>

Foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

PROPRIEDADES INVESTIMENTO ARRENDADAS	2025	2024
Rendimentos		
Rendimentos de Rendas	472.460	391.964
Gastos		
Gastos Diretos	-202.664	-177.430
<b>Resultado</b>	<b>269.797</b>	<b>214.534</b>

A empresa não assumiu nenhuma obrigação contratual relativamente à construção, desenvolvimento, reparação ou manutenção de propriedades de investimento.

## 14. IMPARIDADE DE ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Para qualquer ativo em que existam indícios de imparidade, sejam eles de obsolescência técnica ou material, é feita uma análise da imparidade sendo reconhecidas as perdas decorrentes da mesma.

Em 2025, a rubrica de perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis não sofreu alterações.

Em 2024, procedeu-se ao reconhecimento da reversão de 224.151 euros nas perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis.

# 15. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E SUBSIDIÁRIAS

## 15.1. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Não aplicável.

## 15.2. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E SUBSIDIÁRIAS

As participações financeiras em subsidiárias e associadas, valorizadas pelo método de equivalência patrimonial, apresentam os seguintes valores nas suas demonstrações financeiras:

ANO DE 2025	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	RENDIMENTOS	RESULTADO LÍQUIDO	% DETENÇÃO
<b>Subsidiárias</b>						
STCP Serviços (1)	10.307.969	10.241.508	66.460	10.416.894		100%
<b>Empresas associadas</b>						
TIP, ACE (2)	27.476.976	27.116.366	360.610	353.531	-106.904	33,33%
Transpublicidade, S.A. (1)	4.661.148	2.401.105	2.260.043	2.608.320	512.361	20%

(1) Contas não aprovadas e não auditadas.

(2) Contas reportadas à data da dissolução/liquidação, 17 de janeiro 2025, após a distribuição de dividendos no montante de 4.137.514 euros, aprovadas na Assembleia Geral de 31.10.2025.

ANO DE 2024	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	RENDIMENTOS	RESULTADO LÍQUIDO	% DETENÇÃO
<b>Subsidiárias</b>						
STCP Serviços	8.888.841	8.822.381	66.460	10.796.317	25.547	100%
<b>Empresas associadas</b>						
TIP, ACE	25.743.371	21.127.024	4.616.347	10.247.559	2.837.490	33,33%
Transpublicidade, S.A.	4.289.502	2.541.820	1.747.683	2.552.429	396.416	20%

Movimentos nas demonstrações financeiras da STCP relativos às participações financeiras em subsidiárias e associadas:

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	2025	2024
Saldo inicial	1.341.959	997.284
Regularizações – método da equivalência patrimonial (1)	675.885	344.675
Distribuição de dividendos	1.379.171	
Alienações (2)	120.203	
Saldo final	518.469	1.341.959
Perdas por imparidade		
<b>Ativos líquidos</b>	<b>518.469</b>	<b>1.341.959</b>

(1) No ano de 2025, 66.837 euros foram contabilizados na rubrica de "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos", menos 6.638 euros na rubrica "Ajustamentos/Outras variações de capital próprio" e mais 615.685 euros na rubrica de "Resultados transitados", todos por contrapartida da rubrica de Investimentos financeiros.

No ano de 2024, 434.975 euros foram contabilizados na rubrica de "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos", menos 65.897 euros na rubrica "Ajustamentos/Outras variações de capital próprio" e menos 24.403 euros na rubrica de "Resultados transitados", todos por contrapartida da rubrica de Investimentos financeiros.

(2) Valor relativo ao desreconhecimento do TIP, ACE.

## 16. CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Não aplicável.

## 17. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO

Vide nota 15.2.

## 18. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS

Não aplicável.

## 19. AGRICULTURA

Não aplicável.

## 20. INVENTÁRIOS

Rubrica de inventários:

	2025			2024		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, sub. e de consumo	1.633.832	-813.685	820.147	1.641.875	-855.415	786.460
Produtos e trabalhos em curso				1.045		1.045
Adiantamentos por conta de compras				60.806		60.806
	<b>1.633.832</b>	<b>-813.685</b>	<b>820.147</b>	<b>1.703.726</b>	<b>-855.415</b>	<b>848.311</b>

Custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo:

	2025	2024
<b>Inventário Inicial</b>	<b>1.641.875</b>	<b>1.531.842</b>
Compras	6.974.025	6.291.939
Regularizações	-28.653	-73.462
Custo das matérias consumidas	-6.953.415	-6.108.444
<b>Inventário final</b>	<b>1.633.832</b>	<b>1.641.875</b>

Varição dos Produtos e trabalhos em curso:

	2025	2024
Saldo inicial	1.045	1.096
Varição dos inventários da produção	-1.045	-51
<b>Saldo final</b>		<b>1.045</b>

Evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários:

ANO DE 2025	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	SALDO FINAL
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	855.415	26.012	36.088	31.654	813.685
ANO DE 2024	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	SALDO FINAL
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	908.937	47.718	24.980	76.260	855.415

## 21. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável.

## 22. RÉDITOS

Detalhe do rédito realizado todo em território nacional:

RÉDITOS	2025	2024
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>53.304.246</b>	<b>52.442.298</b>
Títulos de transporte	31.902.368	34.921.432
Compensações financeiras tarifárias	21.185.072	17.358.547
Serviço de transporte âmbito especial	69.000	69.000
Aluguer de viaturas autocarro	26.336	21.900
Aluguer de carro elétrico	121.470	73.170
Descontos e abatimentos		-1.751
<b>Rendimentos suplementares</b>	<b>1.748.474</b>	<b>1.686.144</b>
Royalties	2.341	2.114
Outros rendimentos suplementares	1.746.133	1.684.030
Serviços de manutenção	79.503	73.565
Publicidade	856.553	593.961
Cedências de trabalhadores	135.699	175.575
Rendas e cedência espaço	359.999	491.377
Prestação de serviços de assessoria e outros	28.654	56.417
Venda sucata e outros bens	105.479	67.858
Vendas e serviços do museu	115.788	163.441
Outros	64.457	61.835
<b>Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento</b>	<b>472.460</b>	<b>391.964</b>
<b>Juros obtidos</b>	<b>547.424</b>	<b>655.315</b>
	<b>56.072.605</b>	<b>55.175.721</b>

As participações financeiras atribuídas à empresa são decorrentes de acordos ou programas estabelecidos com o Estado ou outras entidades públicas, com vista à aplicação ao público de tarifas mais económicas. Em 2025 os acordos ou programas em vigor são os seguintes:

1. Tarifário Social Andante para a 3ª Idade (TSA) – Acordo que implementou o tarifário social no sistema intermodal Andante, assinado em 29 de junho de 2006;
2. Passe Jovens estudantes, nas modalidades Sub18+TP e Sub23+TP – regulado pela Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro, que define as condições de atribuição dos passes gratuitos para jovens estudantes, bem como os procedimentos relativos à sua operacionalização e compensação;

3. Passe Circula PT – criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 134-C/2024, de 11 de outubro, e regulado pela Portaria n.º 322-A/2024, que define as condições de atribuição e os procedimentos de operacionalização. Este Passe substitui o anterior Passe Social +;
4. Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva+TP) – implementado pelo Decreto-Lei n.º 21/2024, de 19 de março, que substituiu o anterior Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) nos transportes públicos coletivos;
5. Passe gratuito Antigos Combatentes – criado pela Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, que aprovou o Estatuto do Antigo Combatente, cujas condições de atribuição estão definidas na Portaria n.º 198/2021, de 21 de setembro.

Detalhe das participações financeiras tarifárias:

COMPARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS TARIFÁRIAS	2025	2024
TSA – Assinatura 3ª Idade	1.608.706	1.618.365
Circula PT (em 2024, Social+)	1.212.074	998.335
Jovens Estudantes – Sub18 e Sub23	10.978.897	8.742.087
Antigos Combatentes	2.445.422	2.498.244
Incentiva+ TP	4.939.973	3.501.515
	<b>21.185.072</b>	<b>17.358.547</b>

A empresa reconhece todas estas participações financeiras tarifárias na rubrica da demonstração de resultados “Vendas e Serviços prestados”. O tratamento contabilístico adotado teve parecer favorável da Comissão de Normalização Contabilística.

## 23. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foram constituídas as seguintes provisões:

- Processos judiciais em curso: de acordo com os encargos que a empresa poderá vir a suportar por processos pendentes em Tribunal no final de cada exercício e correspondendo ao valor previsível global.
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: conforme os encargos que a STCP deverá vir a suportar no futuro pelas pensões vigentes em 31 de dezembro de 2025. Até fevereiro de 1998, a empresa foi auto seguradora relativamente a estes acidentes, existindo no entanto um seguro parcial para grandes riscos. A partir de 1 de março de 1998, a empresa transferiu para a Seguradora a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho, com franquias de 30 dias. A partir de 1 de março de 2009, a responsabilidade decorrente de acidentes de trabalho deixou de contemplar franquias.
- Outros riscos e encargos: segundo os encargos que a STCP poderá vir a suportar por processos de sinistros ocorridos com a sua frota, da sua responsabilidade, pendentes em 31 de dezembro de 2025, bem como por encargos decorrentes de outros riscos existentes nessa mesma data, nomeadamente para fazer face aos compromissos assumidos com prejuízos em associadas e outras obrigações legais.

De referir que, com a entrada em vigor, a 1 de janeiro de 2021, do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, e conforme estabelecido na alínea e) do n.º 1 do Art.º 7.º, o Estado Português, através da Entidade de Tesouro e Finanças (ETF, anterior DGTF), assumiu as obrigações inerentes “A quaisquer responsabilidades apuradas ou que venham eventualmente a ser apuradas, em termos definitivos, designadamente por sentença judicial ou acórdão arbitral transitados em julgado, incluindo despesas, honorários de advogados e custas, desde que a STCP não tenha deixado de atuar, na direção dos correspondentes processos, como um gestor diligente, criterioso e ordenado, em prol do interesse da empresa, relativamente a factos formados até 31 de dezembro de 2019 ou, caso se trate de responsabilidades relativas a factos que,

tendo tido início até essa data, se formaram posteriormente, e, em qualquer dos casos, desde que as mesmas não estejam reveladas no balanço da STCP referente ao ano de 2019.”

Face à assunção pelo anterior Acionista (ETF) das responsabilidades com processos judiciais relativos a factos ocorridos até 31.12.2020, foi reconhecido na abertura do exercício de 2021 um ativo não corrente no montante da provisão constituída para esses processos judiciais, por contrapartida de resultados transitados. Este ativo representa a estimativa do reembolso que se espera receber da ETF em caso de perda da ação judicial.

Anualmente é ajustado este ativo não corrente de acordo com o ajustamento da correspondente provisão. Em 2025, o ajustamento é de cerca de 30,5 mil euros.

Os movimentos das provisões são apresentados, na demonstração de resultados por natureza, líquidos da quantia reconhecida pelo reembolso esperado.

Movimentos ocorridos nas provisões:

ANO DE 2025	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	SALDO FINAL
Processos judiciais em curso	7.864.636	51.845	64.826	40.873	7.810.782
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	321.227	34.335	9.820	44.488	301.255
Outras Provisões	2.087.436	851.274	326	468.744	2.469.641
	<b>10.273.299</b>	<b>937.454</b>	<b>74.972</b>	<b>554.104</b>	<b>10.581.677</b>

ANO DE 2024	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÕES	UTILIZAÇÕES	SALDO FINAL
Processos judiciais em curso	7.501.858	377.010	340	13.892	7.864.636
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	350.298	54.259	35.715	47.614	321.227
Outras Provisões	1.640.467	944.108	1.530	495.609	2.087.436
	<b>9.492.622</b>	<b>1.375.377</b>	<b>37.585</b>	<b>557.115</b>	<b>10.273.299</b>

Do total das provisões constituídas, são de salientar os seguintes processos judiciais, que se encontram pendentes, de montante relevante:

- Processo n.º 1893/06.3 BEPRT, em que é autor Oliveira Fernandes e Ribeiro, Lda., é peticionado que a STCP se abstenha de explorar as linhas 83 e 84, atuais 905 e 900, e é reclamada a cobertura de prejuízos. Em fevereiro de 2022, houve uma sentença favorável à STCP sobre este processo judicial, mas ambas as partes recorreram da sentença. Em 2024 e 2025 não ocorreram alterações relevantes neste processo judicial.
- Processo n.º 1187/23.0BEPRT, em que é autor Moreira Gomes & Costa, S.A., que peticiona que a STCP se abstenha da exploração da linha 907, reclamando ainda o pagamento de uma indemnização.

A 31 de dezembro de 2025, a Empresa considera que a provisão para processos judiciais em curso, no montante de cerca de 7,8 milhões de euros, reflete o risco e a previsão de encargos assumidos com os processos judiciais existente à data, tendo em conta os montantes envolvidos, dados históricos e os aspetos relevantes relativos ao desenvolvimento dos processos judiciais.

De referir que no final de 2024 e de 2025, das provisões constituídas, 7,5 milhões de euros são relativos a processos judiciais abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 151/2019, pelo que são acompanhadas no balanço de um Ativo não corrente de igual montante, conforme já referido nesta nota, e que se encontra registado nos “Outros créditos a receber” não correntes.

A 31 de dezembro de 2025, a STCP tinha ainda a haver da ETF o montante de 138 mil euros (valores sem IVA incluído), relativos a encargos com processos judiciais findos até final de 2025, valor que se encontra registado nos “Outros créditos a receber” correntes.

## 24. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Movimentos mais relevantes nos subsídios (montantes indicados não incluem IVA, quando aplicável):

SUBSÍDIOS NO ANO DE 2025	MONTANTE RECEBIDO NO ANO	MONTANTE POR RECEBER NO ANO	MONTANTE TOTAL ATRIBUÍDO	RÉDITO DO PERÍODO	RÉDITO ACUMULADO
<b>Subsídios à exploração</b>	<b>32.130.486</b>	<b>650.492</b>	<b>32.414.338</b>	<b>26.012.243</b>	
Municípios	17.297.603	650.492	17.581.695	15.926.800	
Área Metropolitana Porto/TMP	14.828.642		14.828.642	10.036.621	
Outras entidades públicas	4.240		4.001	48.822	
<b>Subsídios relacionados com ativos</b>	<b>364.328</b>		<b>35.724.134</b>	<b>2.032.311</b>	<b>16.933.513</b>
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>363.247</b>		<b>35.431.980</b>	<b>2.021.260</b>	<b>16.673.009</b>
Edifícios e outras construções			783.700	44.038	508.947
Equipamento básico	363.247		34.182.029	1.971.100	15.777.762
Equipamento administrativo			327.441	6.122	324.642
Outros ativos fixos tangíveis			61.659		61.659
Ativos tangíveis em curso			77.151		
<b>Propriedades investimento</b>			<b>33.141</b>		<b>17.557</b>
Edifícios			33.141		17.557
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>1.081</b>		<b>259.012</b>	<b>11.051</b>	<b>242.946</b>
Programas de computador	1.081		259.012	11.051	242.946
Ativos intangíveis em curso					
	<b>32.494.814</b>	<b>650.492</b>	<b>68.138.472</b>	<b>28.044.554</b>	<b>16.933.513</b>

SUBSÍDIOS NO ANO DE 2024	MONTANTE RECEBIDO NO ANO	MONTANTE POR RECEBER NO ANO	MONTANTE TOTAL ATRIBUÍDO	RÉDITO DO PERÍODO	RÉDITO ACUMULADO
<b>Subsídios à exploração</b>	<b>19.256.421</b>	<b>366.734</b>	<b>17.288.544</b>	<b>13.104.054</b>	
Municípios	15.464.363	366.494	14.843.448	5.948.903	
Área Metropolitana do Porto	2.150.031		2.150.031	7.042.034	
Outras entidades públicas	1.642.026	239	295.065	113.117	
<b>Subsídios relacionados com ativos</b>	<b>6.604.955</b>	<b>364.328</b>	<b>36.398.685</b>	<b>2.005.196</b>	<b>15.575.753</b>
<b>Ativos tangíveis</b>	<b>6.604.955</b>	<b>363.247</b>	<b>36.106.531</b>	<b>1.994.825</b>	<b>15.326.301</b>
Edifícios e outras construções			812.670	30.835	493.880
Equipamento básico	6.604.955	363.247	34.809.884	1.956.167	14.434.516
Equipamento administrativo			345.167	7.823	336.247
Outros ativos fixos tangíveis			61.659		61.659
Ativos tangíveis em curso			77.151		
<b>Propriedades investimento</b>			<b>33.141</b>		<b>17.557</b>
Edifícios			33.141		17.557
<b>Ativos intangíveis</b>		<b>1.081</b>	<b>259.012</b>	<b>10.371</b>	<b>231.895</b>
Programas de computador		1.081	259.012	10.371	231.895
	<b>25.861.376</b>	<b>731.062</b>	<b>53.687.230</b>	<b>15.109.250</b>	<b>15.575.753</b>

Os subsídios mais relevantes atribuídos nos anos de 2023 e 2024 relacionados com ativos são relativos ao investimento para renovação da frota (48 autocarros elétricos e 24 postos de carregamento), financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no montante de 7,8 milhões de euros, sendo que foi já recebido nos anos de 2023 e 2024, o valor de 7,5 milhões de euros e o remanescente, no montante de 363 mil euros, foi recebido em março de 2025.

No quadro dos subsídios, a coluna do *montante total atribuído* significa os montantes atribuídos no ano para os Subsídios à exploração, enquanto que, para os Subsídios ao investimento, refere-se ao montante atribuído no ano ou em anos anteriores dos bens que ainda se encontram no ativo fixo.

## A) COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS DOS MUNICÍPIOS

A STCP celebrou, em 8 de agosto de 2014, um Contrato de Serviço Público com o Estado Português, que tem por objeto a prestação do serviço público de transporte de passageiros por autocarro, na Área Metropolitana do Porto, nos termos nele definidos, a vigorar até 31 de dezembro de 2024.

Em 25 de junho de 2016, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre o Novo Modelo de Gestão da STCP, S.A., entre o Estado Português, a STCP, S.A., a Área Metropolitana do Porto e os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia.

O memorando prevê que o Estado proceda à descentralização, em benefício daqueles municípios, das suas competências de autoridade de transporte, mantendo-se como acionista da empresa e passando a gestão para as autarquias, entidades fundamentais para a gestão de serviços públicos numa lógica de proximidade.

Conforme definido no Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro, foi determinada a descentralização, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela STCP, e a descentralização, parcial e temporária da gestão operacional da STCP.

Em 2 de janeiro de 2017 foi assinado o Contrato Interadministrativo de Constituição da “Unidade Técnica de Serviço” e de Delegação de Competências entre a AMP e os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo, no qual se estabelece: os termos em que a AMP exerce as competências de autoridade de transporte, respeitantes ao Serviço Público de transportes de passageiros explorado pela STCP, na área geográfica daqueles municípios; a criação de uma Unidade Técnica de apoio à gestão e as regras de repartição, entre os Municípios outorgantes, dos encargos associados ao pagamento das compensações financeiras devidas por obrigações de serviço público.

A 28 de julho de 2017 foi assinado um segundo aditamento ao Contrato de Serviço Público entre o Estado Português, a Área Metropolitana do Porto e a STCP, conforme determinado no Art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 82/2016, de 28 de novembro.

O Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, determina que os municípios e a STCP procedam à modificação do contrato de serviço público em vigor, o que foi efetuado, resultando no 3.º aditamento ao contrato de serviço público que entrou em vigor a 27 de dezembro de 2020, uma vez que a sua entrada em vigor estava condicionada aos vistos prévios da Autoridade Metropolitana dos Transportes e do Tribunal de Contas.

Atendendo ao previsto no Decreto-Lei n.º 175/2019, o novo contrato de serviço público opera efeitos 30 dias após a obtenção do visto do Tribunal de Contas, o que aconteceu a 27 de novembro de 2020, tendo o Tribunal de Contas concluído que a operação de municipalização em causa não estava sujeita a visto. Desta forma, o 3.º aditamento ao contrato de serviço público entrou em vigor em 27 de dezembro de 2020.

Este aditamento procede à alteração na fórmula de cálculo das compensações financeiras, aos montantes estimados das compensações financeiras, bem como, alteração nos prazos de pagamento das respetivas compensações.

No final de 2024, foi efetuado o cálculo final das obrigações de serviço público para o ano de 2024, tendo resultado o apuramento de um valor a devolver no montante global de 14,2 milhões de euros, pelo que o valor final das obrigações de serviço público para o ano de 2024 foram de 5.963 mil euros. De referir ainda que o ano de 2024 foi o último ano deste contrato.

A 1 de janeiro de 2025 iniciaram-se três novos contratos, que vigorarão por 10 anos:

- Contrato de serviço público de Transporte Rodoviário de Passageiros explorado pela STCP, celebrado com os seis acionistas da STCP;
- Contrato de Serviço Público de Transporte de Passageiros em Carro Elétrico no Município do Porto e Contrato-Programa do Museu do Carro Elétrico, ambos celebrados com o Município do Porto;

No final de 2025, foi efetuado o cálculo final das obrigações de serviço público do ano, tendo resultado o apuramento de um valor a devolver pela STCP aos seis Municípios, no montante global de 15,8 milhões de euros, pelo que o valor final das obrigações de serviço público para o ano de 2025 são de 15,9 milhões.

## B) COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS DA AMP/TMP

### PROGRAMA PART (EXTRA) – REFORÇO EXTRAORDINÁRIO DO FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

O Despacho n.º 8459/2020, de 2 de setembro veio determinar a transferência de verbas, a título extraordinário, do Fundo Ambiental para as áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais, prevista na Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, destinada a fazer face à necessidade de reposição e reforço da oferta de trans-

portes públicos necessária para responder ao gradual aumento da procura e da retoma da atividade económica. Nos anos seguintes foram atribuídos novos financiamentos através da publicação de novos Despachos emitidos pelo Estado Português, tendo este programa atribuído verbas para os anos de 2020 a 2023.

Em 2024, a STCP recebeu uma verba de 1,8 milhões de euros, relativa ao 2º semestre de 2022 e uma verba de 523 mil euros, relativa ao 1º semestre de 2023.

Em 2025, a STCP ainda recebeu 1,7 milhões de euros relativas ao 2º semestre de 2023. Esta verba não havia sido reconhecida no rédito do ano de 2023 ou de 2024, por falta de informação suficiente que nos permitisse estimar com alguma certeza e fiabilidade o valor do subsídio que a AMP iria atribuir.

Os valores atribuídos do Extra PART incluem IVA.

### PROGRAMA INCENTIVA+TP – REFORÇO EXTRAORDINÁRIO DO FINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

O Decreto-Lei n.º 21/2024 procede à criação do Programa Incentiva+TP, contemplando a fusão dos programas PART, PROTransP e das verbas extraordinárias alocadas ao financiamento dos transportes (Extra PART).

Tem por objetivo:

- O Incentiva+TP é um programa de financiamento das competências das autoridades de transporte (AT) e das obrigações de serviço público dos operadores de transportes públicos.
- O Incentiva+TP destina-se ainda a financiar medidas de promoção do transporte público coletivo, tais como:
  - a) Apoio à redução e simplificação das tarifas praticadas;
  - b) Apoio ao reforço ou expansão da oferta, através de serviços regulares ou flexíveis;
  - c) Investimento em sistemas de bilhética;
  - d) Investimento na modernização e melhoria da eficiência do sistema de transporte público coletivo, nomeadamente em sistemas de informação ao público e de gestão e/ou monitorização da oferta, na melhoria das condições das paragens e interfaces e construção de faixas bus;
  - e) Apoio à contratualização de serviços que visem a promoção dos transportes públicos, designadamente realização de estudos de reajustamento das redes e de integração tarifária, elaboração de planos de mobilidade urbana sustentável, contagens e inquéritos sobre a mobilidade e campanhas de promoção do transporte público;
  - f) Outros serviços essenciais no âmbito das competências das AT, nos termos do disposto no artigo 4.º Regime

Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (RJSPTP) aprovado em anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, na sua redação atual.

A definição e a concretização das medidas de promoção do transporte público são da competência das respetivas Autoridades de Transporte (AT) de cada área metropolitana (AM) e comunidade intermunicipal (CIM), nos termos do RJSPTP, cabendo a cada AT identificar as medidas mais eficazes para aumentar a procura de transporte público e assegurar a sustentabilidade das operações que estão a seu cargo.

No caso da STCP, são os seis municípios acionistas a Autoridade de Transporte.

Portanto, o Programa Incentiva+TP na vertente de compensação tarifária é tratado contabilisticamente como rédito das Prestações de Serviço de Transporte, na sub-rubrica de compensações financeiras tarifárias, relatada na Nota 22.

No que diz respeito ao restante Programa Incentiva+ TP que venha a ser atribuído, e que se destine a financiar obrigações de serviço público de transporte de passageiros, é tratado como Subsídios à Exploração, a exemplo do que acontece com as verbas do Programa (Extra) PART.

O Conselho Metropolitano, a 7 de março de 2025, deliberou a repartição das verbas do Programa Incentiva +TP, respeitantes aos anos de 2024 e 2025, pelas Autoridades de Transportes existentes no seu espaço territorial o que inclui as Autoridades de Transporte da STCP.

As verbas atribuídas à STCP foram de cerca de 6,9 milhões de euros e 7,4 milhões de euros (considerando IVA incluído a 6%), para os anos de 2024 e 2025, respetivamente, tendo sido deliberado pelo Conselho de Administração alocar este subsídio a obrigações de serviço público de 2024 e de 2025, respetivamente.

Foi ainda atribuída uma verba para projetos de melhoria transversais a todo o sistema, de cerca de 718 mil euros e 769 mil euros (considerando IVA incluído a 6%), para os anos de 2024 e 2025, respetivamente.

Todas as verbas atribuídas incluem 7,5% de financiamento por parte dos seis municípios da Área Metropolitana do Porto – Município do Porto, Município de Vila Nova de Gaia, Município de Matosinhos, Município da Maia, Município de Gondomar e Município de Valongo.

Até à data da elaboração destas notas, estas verbas tinham sido recebidas, com exceção da parte relativa aos 7,5% do financiamento dos seis municípios, sendo que se espera receber em 2026.

## 25. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO

Em 2025 e 2024 não ocorreram movimentos relevantes em moeda estrangeira.

## 26. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Ver capítulo 9. sobre Factos Subsequentes do Relatório de Gestão.

## 27. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento da sociedade inclui o imposto corrente e o imposto diferido.

Até ao exercício de 2018, a STCP nunca procedeu ao reconhecimento de quaisquer ativos ou passivos por impostos diferidos, por considerar que não existiam expectativas de que viesse a obter lucros tributáveis futuros que permitissem a utilização dos prejuízos fiscais acumulados até à data ou que gerassem pagamentos de imposto sobre o rendimento. De acordo com o histórico da empresa e o julgamento interno, não havia qualquer passivo a reconhecer e muito menos qualquer ativo, o que se veio a confirmar.

Com o Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, que operou a intermunicipalização da Empresa, permitiu alterações significativas na posição financeira da sociedade e com impactos diretos e positivos nos resultados gerados, nomeadamente a assunção da dívida histórica da STCP por parte do Estado, deixando de existir gastos de financiamento que tinham sido suportados até aquela data. Por outro lado, em 2018 e 2019, constatou-se a obtenção de resultados, antes de encargos financeiros, positivos.

Por conseguinte, foi entendido que o ano de 2019 deveria ser o ano de início de reconhecimento dos impostos diferidos, na medida em que foram criadas bases para a reestruturação financeira da empresa e para a obtenção de desempenhos positivos.

Todavia, atendendo a que os ativos por impostos diferidos decorriam, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, para os quais, a probabilidade de geração de lucros fiscais futuros suficientes para a sua compensação era diminuta, não existiam ainda condições para que os mesmos pudessem ser reconhecidos. Também no que se refere às propriedades de investimento, em que havia situações geradoras de ativos e de passivos por impostos diferidos, existem questões a definir ou esclarecer dado que o referido Decreto-Lei n.º 151/2019, prevê que os imóveis não afetos à atividade de serviço público de transporte possam reverter para o Estado.

Neste sentido, foi entendido apenas reconhecer os passivos por impostos diferidos gerados pelos imóveis afetos à atividade operacional da empresa. Também foi entendido aplicar a FAQ13 da Comissão de Normalização Contabilística para que a rubrica de Subsídios atribuídos, enquadrada no balanço nas Outras variações no capital próprio, esteja deduzida da correspondente tributação de imposto sobre o rendimento que lhe está associada.

No cálculo dos passivos por impostos diferidos foi usada a taxa de 21,5% (20% + 1,5%).

Nos edifícios a taxa incide sobre o excedente de revalorização e no caso dos terrenos sobre o excedente corrigido do efeito da atualização monetária do custo de aquisição, dado tratarem-se de ativos não depreciables (o imposto incide sobre a diferença entre a quantia escriturada e a referida base fiscal).

No final do exercício de 2025 procedeu-se à atualização dos passivos por impostos diferidos, dado que a Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro, prevê a redução da taxa de IRC de 20% para 17%, a aplicar ao exercício de 2028 e seguintes, com um regime transitório de redução da taxa de IRC para 19% no ano de 2026 e 18% para o ano de 2027.

Nos anos de 2021 a 2024, atendendo ao novo quadro legal e operacional da STCP, a empresa apresentou um resultado líquido antes de impostos nulo, sendo que, nos anos de 2021 e 2022, o resultado antes de impostos, expurgado da transferência financeira ao abrigo do Art.º n.º 40.º da Lei n.º 50/2012 é negativo em ambos os anos.

De referir que a STCP entende que a verba relativa à Transferência financeira ao abrigo da Lei n.º 50/2012, prevista na demonstração de resultados, que permite o equilíbrio do resultado antes de impostos, em linha com o normativo aplicável, não releva para efeitos de apuramento do lucro tributável porque visa a cobertura de prejuízos pelos acionistas e nos termos das disposições do IRC não releva para a base tributável.

Por outro lado, a Lei do Orçamento do Estado para 2023 veio introduzir uma importante alteração em matéria de prejuízos fiscais. De acordo com a lei, a partir de 2023 cessam todos os períodos de caducidade antes estabelecidos para a recuperação dos prejuízos em exercícios futuros. Deste modo, os prejuízos fiscais reportados à data de entrada em vigor da lei poderão ser utilizados nos períodos fiscais futuros sem limite temporal até ao seu consumo total.

Também a mesma lei veio reduzir o limite anual de utilização dos prejuízos de 70% para 65% do resultado fiscal apurado, cujo efeito é o alongamento do período de utilização do valor acumulado dos prejuízos fiscais existentes. Esta nova disposição legal agora em vigor aplica-se à STCP (sediada em Portugal e sujeita ao regime geral de IRC).

A 31 de dezembro de 2025, os prejuízos fiscais ascendiam a 99 milhões de euros, conforme detalhe abaixo:

<b>ANOS DE GERAÇÃO</b>	<b>PREJUÍZOS FISCAIS REPORTÁVEIS EM 31.12.2024</b>	<b>PREJUÍZOS FISCAIS DEDUZIDOS NO MODELO 22 DO ANO DE 2025</b>	<b>PREJUÍZOS FISCAIS REPORTÁVEIS A 31.12.2025</b>
2014	7.576.233	553.903	7.022.330
2015	15.624.481		15.624.481
2016	15.458.447		15.458.447
2017	16.642.182		16.642.182
2018	7.790.816		7.790.816
2019	4.068.542		4.068.542
2020	10.061.354	85.216	9.976.138
2021	3.571.148		3.571.148
2022	12.846.164		12.846.164
2024	5.946.239		5.946.239
	<b>99.585.606</b>	<b>639.119</b>	<b>98.946.487</b>

Apesar desta alteração legislativa, por prudência, no ano de 2022, e sem demonstração, foi entendido que ainda era prematuro o registo de ativos por impostos diferidos, dado que o ano de 2022 foi novamente um ano em que apurou prejuízos fiscais significativos, o que se veio a confirmar com o apuramento de um prejuízo fiscal de 12.846 mil euros.

Contudo, no exercício de 2023, e pela primeira vez na história de que há memória na STCP, E.I.M., S.A., o resultado contabilístico antes de impostos foi nulo, tendo-se apurado um lucro fiscal de cerca de 3.057 mil euros.

No exercício de 2024, repete-se o apuramento de um resultado contabilístico antes de impostos nulo, mas desta vez estima-se um prejuízo fiscal de cerca de 6,6 milhões de euros.

Para o exercício de 2025, a STCP apresentou um resultado líquido, antes e após impostos, positivo superior a 2 milhões de euros, sendo que a estimativa é também do apuramento de um lucro fiscal de 852 mil euros.

No entanto, apesar de 2025 ser um ano atípico, os dados económicos disponíveis à data não nos permitem prever com a segurança e evidência o que a NCRF 25 determina: se a STCP continuará com a geração de lucros fiscais futuros positivos que assegurem, com certeza, a possibilidade de utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

De salientar que 2024 foi o último ano de vigência do atual contrato de serviço público, tendo em janeiro de 2025 entrado em vigor um novo contrato de serviço público que vigorará pelo prazo de 10 anos. Por outro lado, também o contexto internacional da guerra na Ucrânia e no Médio Oriente cria uma elevada incerteza quanto a evolução futura dos preços dos combustíveis, com impacto direto na estrutura de gastos da empresa.

De acordo com o parágrafo 25 da NCRF 25, os ativos por impostos diferidos devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável relativamente ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada.

Nos próximos exercícios aquando de elementos informados e complementares quanto à recuperabilidade deste ativo contingente, continuaremos a avaliação com vista ao eventual reconhecimento de ativos por impostos diferidos em balanço.

Saliente-se que esta abordagem contabilística em nada altera o reporte fiscal existente, que continua assim a assumir-se como um ativo contingente, mantendo-se uma expectativa de recuperação caso a evolução da Empresa venha a ser mais favorável comparativamente com os pressupostos assumidos.

Conta de imposto sobre o rendimento:

	<b>2025</b>	<b>2024(1)</b>
<b>Imposto corrente</b>	<b>42.407</b>	<b>11.364</b>
Imposto corrente sobre o resultado antes de impostos (2)	25.565	
Tributação autónoma	16.842	11.364
<b>Imposto diferido</b>	<b>-384.290</b>	<b>-95.075</b>
Imposto diferido associado a depreciações de ativos revalorizados	-384.290	-95.075
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>-341.884</b>	<b>-83.711</b>

(1) Os valores finais de imposto corrente pagos em 2025, relativo a 2024, foram apenas relativos à tributação autónoma, no valor de 11.176 euros.

(2) Na estimativa de imposto de 2025, a STCP beneficiou da dedução de benefícios fiscais à Coleta de IRC, no montante de 29.826 euros, relativos ao CFEI II (Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II), ficando um saldo estimado de 825.106 euros para uso, se necessário, no exercício de 2026.

Movimentos ocorridos nos passivos por impostos diferidos:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Quantia reportada ao início do exercício</b>	<b>10.309.336</b>	<b>6.603.283</b>
<b>Efeito nos resultados</b>	<b>-384.290</b>	<b>-95.075</b>
Diferenças derivadas da revalorização de terrenos e edifícios	-384.290	-95.075
<b>Efeito nas reservas de revalorização</b>	<b>-461.630</b>	<b>3.801.128</b>
Diferenças derivadas da revalorização de terrenos e edifícios		4.280.632
Ajuste na taxa de IRC para menos 1%	-461.630	-479.504
<b>Quantia reportada ao final do exercício</b>	<b>9.463.415</b>	<b>10.309.336</b>

## 28. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Nos exercícios de 2025 e 2024 não temos informação relevante a relatar.

## 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 29.1. IDENTIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos e passivos financeiros:

ATIVOS FINANCEIROS ANO DE 2025	ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO OU CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	NÃO ABRANGIDOS IFRS7 (*)	TOTAL
Ativos não correntes	25.000		7.510.964	7.535.964
Outros investimentos financeiros	25.000			25.000
Créditos a receber			7.510.964	7.510.964
Ativos correntes	39.301.870	166.063	13.678.594	53.146.527
Clientes	119.136			119.136
Outros créditos a receber	2.831.937		13.678.594	16.510.531
Outros ativos financeiros	8.312.000	166.063		8.478.063
Caixa e depósitos bancários	28.038.797			28.038.797

PASSIVOS FINANCEIROS ANO DE 2025	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	NÃO ABRANGIDOS IFRS7 (*)	TOTAL
<b>Passivos correntes</b>	<b>3.985.827</b>		<b>8.354.568</b>	<b>12.340.395</b>
Fornecedores	3.161.802			3.161.802
Adiantamento de clientes	1.784			1.784
Financiamentos obtidos	6.610			6.610
Outras contas a pagar	815.631		8.354.568	9.170.199

ATIVOS FINANCEIROS ANO DE 2024	ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO OU CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	NÃO ABRANGIDOS IFRS7 (*)	TOTAL
Ativos não correntes	37.000	166.063	7.483.795	7.686.859
Outros investimentos financeiros	37.000	166.063		203.064
Créditos a receber			7.483.795	7.483.795
Ativos correntes	37.375.989		17.583.003	54.958.991
Clientes	12.951			12.951
Outros créditos a receber	3.615.313		17.583.003	21.198.316
Outros ativos financeiros	19.812.000			19.812.000
Caixa e depósitos bancários	13.935.725			13.935.725

PASSIVOS FINANCEIROS ANO DE 2024	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	NÃO ABRANGIDOS IFRS7 (*)	TOTAL
<b>Passivos correntes</b>	<b>4.938.009</b>		<b>7.752.535</b>	<b>12.690.544</b>
Fornecedores	3.814.004			3.814.004
Adiantamento de clientes	2.050			2.050
Financiamentos obtidos	3.979			3.979
Outras contas a pagar	1.117.977		7.752.535	8.870.511

(\*) Rubrica de Credores por acréscimos de gastos

De acordo com o ponto 29 da IFRS7, alínea a), quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor, como para os instrumentos financeiros, tais como contas comerciais a receber ou a pagar a curto prazo, não é

necessária a divulgação do seu justo valor. Em 2025 e 2024, encontram-se nesta situação as rubricas de Clientes, Outros créditos a receber, Caixa e depósitos bancários e Outras dívidas a pagar.

## 29.1.1. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a empresa dispõe apenas de um cartão de crédito destinado exclusivamente ao pagamento pontual de despesas correntes de tesouraria.

A modalidade de cartão de crédito configura a solução oferecida pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida

Pública-IGCP, E.P.E, como alternativa ao uso do cartão multibanco. Este cartão de crédito tem um limite de crédito de 15.000 euros.

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo deste cartão ascendia a 6.610 euros e 3.979 euros, respetivamente.

## 29.1.2. OUTROS INVESTIMENTOS/ ATIVOS FINANCEIROS

### 29.1.2.1. NÃO CORRENTE

Os Outros investimentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	2025	2024
Participações financeiras em outras empresas	25.000	25.000
Fundo de compensação do trabalho		166.063
Depósitos bancários caução		12.001
<b>Quantia bruta</b>	<b>25.000</b>	<b>203.064</b>
Perdas por Imparidade acumuladas		
<b>Quantia escriturada</b>	<b>25.000</b>	<b>203.064</b>

As participações financeiras em outras empresas encontram-se registadas ao custo por não se encontrarem cotadas num mercado ativo, pelo que, o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

Detalhe das participações financeiras em outras empresas:

DESIGNAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	SEDE	% PART.	ATIVIDADE
<b>Outras participadas</b>				
Metro do Porto, S.A.		Porto	0,024%	Transporte urbano e local de passageiros por metropolitano.
OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.	25.000	Porto	8,33%	Desenvolvimento de projetos de I&D na área dos transportes, desenvolvendo soluções informáticas avançadas para a gestão e otimização de sistemas de transportes.
	<b>25.000</b>			

A participada Metro do Porto, S.A., à data da sua aquisição, 1998, foi adquirida na percentagem de 25%, pelo que se encontrava enquadrada como uma associada, sendo valorizada após a sua aquisição pelo método de equivalência patrimonial. Em 2003, a sua valorização passou a ser zero, pela incorporação sucessiva de 25% dos seus prejuízos contínuos verificados desde a data da sua constituição.

Entretanto, com as sucessivas alterações que ocorreram na estrutura societária da Metro do Porto, a participada deixou de ser relevante.

Em 2025, a OPT procedeu à distribuição de dividendos relativos ao ano de 2024, no montante de 6.862 euros. Em 2024, também distribuiu lucros de 6.573 euros, relativos ao exercício de 2023.

Pelo Decreto-Lei n.º 115/2023, o regime jurídico do Fundo de Compensação do trabalho foi alterado, tendo-se transformado num fundo fechado, composto pelos saldos das contas globais das entidades empregadoras, as quais correspondem ao valor total dos saldos das contas individuais de cada trabalhador. Foram ainda extintas as contas individuais em nome de cada trabalhador e criadas contas em nome do empregador para que as empresas possam movimentar as quantias, de acordo com os fins definidos pelo Governo, com as seguintes finalidades:

- “a) apoio a custos e investimentos com a habitação dos trabalhadores;*
- b) apoio a outros investimentos, nomeadamente creches e refeitórios, desde que realizado de comum acordo com as estruturas representativas dos trabalhadores;*
- c) financiamento da qualificação e formação certificada dos trabalhadores;*
- d) pagamento até 50% da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores incluídos no Fundo.”*

As entidades empregadoras podem solicitar junto do FCT a mobilização, total ou parcial, do seu capital, desde que cumpridos os pressupostos e finalidades acima descritos, o que tem que ocorrer até 31 de dezembro de 2026.

À data de encerramento das contas do exercício de 2025, é convicção do atual Conselho de Administração que não existe qualquer risco de imparidade no montante total que a STCP tem no FCT (166 mil euros), pelo que irá mobilizar o montante de 166 mil euros, depositado neste fundo, cumprindo com todos os critérios previstos na legislação.

No final de 2025, atendendo a que este Fundo apenas pode ser mobilizado até final de 2026, os montantes nele aplicado foram transferidos no balanço da rubrica Outros investimentos financeiros não correntes para Outros investimentos financeiros correntes.

### 29.1.2.2. CORRENTE

A rubrica Outros investimentos financeiros corrente apresenta o seguinte detalhe:

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS CORRENTE	2025	2024
Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDICS) (1)	8.312.000	19.812.000
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) (2)	166.063	
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>8.478.063</b>	<b>19.812.000</b>

(1) São aplicações em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC's) da Agência de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público – IGCP, E.P.E., com prazos de vencimento até 1 ano.

(2) Relativo ao Fundo de Compensação do Trabalho, cujo prazo de mobilização termina no final de 2026, conforme referido no ponto anterior.

## 29.2 RISCOS RELATIVOS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os riscos financeiros encontram-se descritos no ponto 8 do Relatório de Gestão.

## 29.3. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

### 29.3.1. CAPITAL SOCIAL

O capital social da STCP tem a seguinte decomposição desde 01.01.2021:

ACIONISTAS	% CAPITAL	NÚMERO AÇÕES	MONTANTE CAPITAL SOCIAL
Município do Porto	53,69%	9.664.200	48.321.000
Município de Vila Nova de Gaia	12,04%	2.167.200	10.836.000
Município de Matosinhos	11,98%	2.156.400	10.782.000
Município da Maia	9,61%	1.729.800	8.649.000
Município de Gondomar	7,28%	1.310.400	6.552.000
Município de Valongo	5,40%	972.000	4.860.000
	<b>100,00%</b>	<b>18.000.000</b>	<b>90.000.000</b>

### 29.3.2. RESERVAS

Detalhe das Reservas:

RESERVAS	2025	2024
<b>Reservas legais</b>	<b>74.907</b>	<b>74.907</b>
<b>Outras reservas</b>	<b>25.728</b>	<b>25.728</b>
Outras reservas – Reservas livres	25.257	25.257
Outras reservas – Fundo de auxílio ao pessoal	471	471

### 29.3.3. EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO

Movimentos no Excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis:

EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO 2025	ANTES DE IMPOSTOS	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (1)	TOTAL
<b>Saldo a 01.01.2025</b>	<b>55.450.583</b>	<b>-10.309.336</b>	<b>45.141.247</b>
Amortizações	-1.787.397	384.290	-1.403.107
Ajuste taxa IRC para menos 1%		461.630	461.630
<b>Saldo a 31.12.2025</b>	<b>53.663.186</b>	<b>-9.463.415</b>	<b>44.199.771</b>

EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO 2024	ANTES DE IMPOSTOS	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (1)	TOTAL
<b>Saldo a 01.01.2024</b>	<b>39.632.847</b>	<b>-6.603.283</b>	<b>33.029.564</b>
Amortizações	-422.558	95.076	-327.483
Abates por alienação	-4.269.651		-4.269.651
Revalorização de Ativos fixos tangíveis	20.509.945	-4.280.632	16.229.313
Ajuste taxa IRC para menos 1%		479.504	479.504
<b>Saldo a 31.12.2024</b>	<b>55.450.583</b>	<b>-10.309.336</b>	<b>45.141.247</b>

(1) Em janeiro de 2019 procedeu-se, pela primeira vez, ao reconhecimento do efeito do imposto sobre o rendimento no excedente de revalorização, mas apenas sobre os imóveis que se encontram afetos à atividade operacional.

### 29.3.4. AJUSTAMENTOS / OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Ajustamentos / outras variações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	2025	2024
<b>Ajustamentos em ativos financeiros – relativos ao MEP</b>	<b>404.615</b>	<b>969.805</b>
<b>Outras variações no capital próprio</b>	<b>15.844.223</b>	<b>17.251.680</b>
Subsídios relacionados com ativos (*)	14.938.544	16.346.001
Doações	281.049	281.049
Outras variações no capital próprio	624.630	624.630
<b>Ajustamentos /outras variações no capital próprio</b>	<b>16.248.837</b>	<b>18.221.485</b>

(\*) Por aplicação da FAQ13 da Comissão de Normalização Contabilística, o montante desta rubrica encontra-se deduzido do imposto sobre o rendimento, no montante de 3.852.077 euros e 4.476.930 euros, para 2025 e 2024, respetivamente.

### 29.3.5. RESULTADO POR AÇÃO

Resultado por ação:

RESULTADO POR AÇÃO	2025	2024
Resultados líquidos do período	2.900.970	83.711
Nº médio ponderado de ações	18.000.000	18.000.000
<b>Resultado por ação básico</b>	<b>0,161</b>	<b>0,005</b>

### 29.3.6. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2012

Sendo a STCP uma empresa de capitais exclusivamente públicos e com natureza intermunicipal, e uma vez que presta um serviço social de transporte, deve ser financeiramente compensada pela quota de serviço não comercial que lhe é imposto assegurar.

Neste contexto, entende-se que a situação histórica de geração de prejuízos sucessivos não reflete um indício de imparidade, mas sim um défice de cumprimento da obrigação por parte do acionista anterior no financiamento das atividades sociais.

De referir que, no ano de 2021, o anterior acionista (ETF, ex-DGTF) procedeu à cobertura dos prejuízos acumulados nos anos anteriores no montante líquido de 440.531.145 euros, passando os capitais próprios da sociedade a serem positivos. Em 2022 e 2023, foi ainda efetuado um reforço desta cobertura de prejuízos, no montante de 2.376.868 euros e 233.263 euros, respetivamente, ao abrigo da Portaria n.º 761/2019, de 29 de outubro.

A partir de 2021, com a passagem da titularidade do capital para os seis Municípios da Área Metropolitana do Porto, os eventuais prejuízos antes de impostos anuais que venham a ser gerados têm que ser obrigatoriamente assumidos pelos acionistas, ano a ano, de acordo com o previsto no n.º 1 e n.º 2 do Art.º 40 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto:

*“n.º 1) As empresas locais devem apresentar resultados anuais equilibrados.*

*n.º 2) Sem prejuízo do disposto no n.º 5, no caso de o resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa.”*

Em 2024 e 2025, face à não verificação de resultados antes de impostos negativos, não são aplicáveis Transferências financeiras ao abrigo do art.º 40º da Lei n.º 50/2012.

## 30. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### 30.1. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

A empresa possui desde 1 de maio de 1975 um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez a todos os trabalhadores, conforme previsto nos acordos da empresa e legislação em vigor, calculado com base numa fórmula fixada, desde que o somatório da pensão atribuída pela Segurança Social com o respetivo complemento não ultrapasse 650 euros (valor em vigor desde 2007).

Em dezembro de 1998 a empresa transferiu a sua responsabilidade para o Fundo de Pensões Aberto BPI Valorização (Adesão n.º 24), tendo contribuído anualmente, e desde essa data, de acordo com os pedidos de financiamento exigidos pelo Fundo.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, conforme previsto na alínea c) do art.º 7.º, as responsabilidades formadas ou em formação relativas a complementos de pensões de reforma ou invalidez dos trabalhadores da STCP reformados em 31 de dezembro de 2019, bem como os trabalhadores em funções nessa data, são assumidas pela Caixa Geral de Aposentações, I.P.

Em 9 de janeiro de 2020, procedeu-se a liquidação do Fundo de Pensões Aberto BPI – Valorização/Adesão 24, com a transferência do seu valor para a CGA, I.P., extinguindo-se o fundo de pensões da STCP.

A partir dessa data, a STCP continua a possuir um plano de benefícios definidos que prevê a atribuição de complementos de pensões de reforma e invalidez, mas apenas para os trabalhadores que foram admitidos após 1 de janeiro de 2021. No entanto, não foi possível proceder à valorização destas responsabilidades por complementos de pensões de reforma e invalidez.

## 31. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

As remunerações do ROC, no exercício de 2025, encontram-se descritas no Capítulo VII relativo às Remunerações do Relatório do Governo Societário.

É nossa opinião que, de acordo com o histórico das responsabilidades com o fundo de pensões para trabalhadores no ativo, os impactos contabilísticos da determinação desta responsabilidade a 31 de dezembro de 2025 não seriam materialmente relevantes ou seriam nulos.

### 30.2. DETALHE DOS GASTOS COM PESSOAL

Gastos com pessoal:

<b>GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Remunerações dos órgãos sociais	281.936	267.588
Remunerações do pessoal	34.698.584	32.019.801
Encargos com remunerações	7.745.189	7.121.564
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	597.990	501.087
Gastos com ação social	334.381	318.465
Outros gastos com o pessoal	413.692	371.789
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>44.071.771</b>	<b>40.600.295</b>

### 30.3. NÚMERO DE TRABALHADORES

Durante os exercícios de 2025 e 2024, o efetivo médio ao serviço da empresa (sem órgãos sociais) foi respetivamente de 1.386 e 1.340 trabalhadores.

Em 31 de dezembro de 2025, o efetivo (sem órgãos sociais) era de 1.414 trabalhadores e de 1.371 no mesmo período de 2024.

## 32. OUTRAS INFORMAÇÕES

### 32.1. CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

Detalhe da rubrica de Clientes, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

<b>SEM REGISTO DE IMPARIDADE</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>CLIENTES C/C</b>	<b>119.136</b>	<b>12.951</b>
<b>Não vencido</b>	<b>1.538</b>	<b>29</b>
<b>Vencido</b>	<b>117.599</b>	<b>12.922</b>
<30 dias	105.791	551
<60 dias	567	2.172
<90 dias	4.729	276
<120 dias	857	
< 180 dias		1.644
>=180 dias	5.654	8.279
<b>COM REGISTO DE IMPARIDADE</b>		
<b>CLIENTES C/C</b>	<b>17.451</b>	<b>17.451</b>
<b>Vencido</b>	<b>17.451</b>	<b>17.451</b>
>=180 dias	17.451	17.451
	<b>136.587</b>	<b>30.402</b>

Detalhe da rubrica corrente de Outros devedores, atendendo ao seu vencimento e recuperabilidade:

<b>SEM REGISTO DE IMPARIDADE</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>OUTROS DEVEDORES</b>	<b>2.339.584</b>	<b>2.316.001</b>
<b>Não vencido</b>	<b>276.451</b>	<b>212.381</b>
Vencido	2.029.534	2.070.021
<30 dias	168.837	201.046
<60 dias	174.799	433.251
<90 dias	756.836	462.649
<120 dias	31.479	63.645
<180 dias	94.349	490.579
>=180 dias	803.234	418.852
<b>Depósitos e cauções pagas</b>	<b>33.599</b>	<b>33.599</b>
<b>COM REGISTO DE IMPARIDADE</b>		
<b>OUTROS DEVEDORES</b>	<b>334.226</b>	<b>328.491</b>
<b>Vencido</b>	<b>334.226</b>	<b>328.491</b>
>=180 dias	334.226	328.491
	<b>2.673.809</b>	<b>2.644.492</b>

As análises do risco de incobrabilidade foram efetuadas tendo-se verificado a necessidade de reforçar as imparidades existentes face ao risco verificado no final do ano.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as imparidades de clientes e outros devedores ascendem a 351.677 euros e 345.942 euros, respetivamente, refletindo a realidade do risco de incobrabilidade assumido.

## 32.2. FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

Detalhe das Dívidas a fornecedores:

	2025	2024
<b>FORNECEDORES C/C</b>	<b>3.161.802</b>	<b>3.814.004</b>
<b>Não vencido</b>	<b>1.620.137</b>	<b>2.199.912</b>
<b>Vencido</b>	<b>887.157</b>	<b>882.601</b>
<30 dias	355.899	554.569
<60 dias	63.012	54.545
<90 dias	46.005	22.108
<120 dias	29.081	10.131
<180 dias	81.070	13.977
>=180 dias	312.091	227.271
<b>Em receção e conferência</b>	<b>654.508</b>	<b>731.491</b>
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>FORNECEDORES DE INVESTIMENTO</b>	<b>321.385</b>	<b>538.500</b>
<b>Não vencido</b>	<b>227.454</b>	<b>261.571</b>
<b>Vencido</b>	<b>93.931</b>	<b>276.929</b>
<30 dias	88.001	206.478
<60 dias		69.434
<120 dias	615	
<180 dias		1.017
>=180 dias	5.315	

Outros credores, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
<b>OUTROS CREDORES</b>	<b>332.999</b>	<b>407.123</b>
<b>Não vencido</b>	<b>103.393</b>	<b>12.670</b>
<b>Vencido</b>	<b>86.711</b>	<b>259.308</b>
<30 dias	62.445	104.190
<60 dias	21.916	42.427
<90 dias	150	87.750
<120 dias	150	14.640
<180 dias	258	
>=180 dias	1.791	10.299
<b>Depósitos e cauções recebidas</b>	<b>142.895</b>	<b>135.145</b>

As dívidas a fornecedores e contas a pagar foram registadas ao seu valor nominal porque não vencem juros e, por outro lado, porque o efeito do seu desconto financeiro não

é material, tendo em conta o prazo médio de pagamento aplicável, que é puramente comercial: 60 dias.

## 32.3. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Rubrica de Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento	341.882		401.771	
IRC – pagamento especial por conta	61.163		89.813	
IRC – A recuperar	280.720		311.958	
Retenção de impostos sobre rendimentos		292.099		274.624
Imposto sobre o valor acrescentado	2.142.647		702.279	
IVA – A recuperar/reembolsos pedidos	2.142.647		702.279	
Outros Impostos	25.888			
Contribuições para a Segurança Social		855.888		825.048
Outras tributações		786.615		722.752
<b>Estado e outros entes públicos</b>	<b>2.510.417</b>	<b>1.934.601</b>	<b>1.104.049</b>	<b>1.822.424</b>

## 32.4. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Detalhe das Outras dívidas a pagar:

OUTRAS DÍVIDAS PAGAR	2025	2024
Pessoal	151.312	172.012
Outros devedores – saldos credores	9.936	342
Fornecedores de investimento c/c	321.385	538.500
Credores por acréscimos de gastos	8.354.568	7.752.535
Credores diversos	332.999	407.123
	<b>9.170.199</b>	<b>8.870.511</b>

CREDITORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	2025	2024
<b>Fornecimento e serviços externos</b>	<b>1.397.722</b>	<b>1.123.731</b>
Trabalhos especializados	1.207.655	777.556
Materiais	201	406
Energia e outros fluidos	68.277	120.047
Deslocações, estadas e transportes	5.301	
Serviços diversos	116.288	225.721
<b>Custos com o pessoal</b>	<b>6.863.163</b>	<b>6.530.841</b>
<b>Outros gastos</b>	<b>93.683</b>	<b>97.963</b>
	<b>8.354.568</b>	<b>7.752.535</b>

## 32.5. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Detalhe dos Outros créditos a receber não corrente:

<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER NÃO CORRENTES</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Devedores diversos – ETF compromissos assumidos DL 151/2019 (1)	7.502.016	7.474.280
Devedores diversos – Outros	8.948	9.515
<b>Quantia escriturada</b>	<b>7.510.964</b>	<b>7.483.795</b>

1) Ver nota 23.

Detalhe dos Outros créditos a receber corrente:

<b>OUTROS CRÉDITOS A RECEBER CORRENTES</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Fornecedores e outros credores – saldos devedores	5.257	12.684
Adiantamento a fornecedores	5.558	914.216
Pessoal	398.424	291.393
Devedores por acréscimos de rendimentos	13.678.594	17.583.003
Devedores diversos – ETF compromissos assumidos DL 151/2019 (*)	137.703	132.743
Devedores diversos – Outros	2.673.809	2.644.492
<b>Quantia bruta</b>	<b>16.899.346</b>	<b>21.578.531</b>
Perdas por Imparidade acumuladas	388.815	380.215
<b>Quantia escriturada</b>	<b>16.510.531</b>	<b>21.198.316</b>

<b>DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Prestações de serviços	11.490.368	10.522.619
Subsídios à exploração (ver nota 24)	1.756.698	6.548.719
Outros rendimentos – Proveitos suplementares	24.230	81.187
Outros rendimentos – Outros	306.108	246.871
Juros a receber	101.189	183.607
	<b>13.678.594</b>	<b>17.583.003</b>

## 32.6. DIFERIMENTOS

Rubrica de Diferimentos, no Ativo corrente e no Passivo corrente:

<b>DIFERIMENTOS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Ativo – Gastos a reconhecer</b>	<b>1.840.639</b>	<b>660.127</b>
Fornecimento e serviços externos	1.520.727	636.408
Outros gastos	319.912	23.720
<b>Passivo – Rendimentos a reconhecer</b>	<b>20.232.302</b>	<b>16.287.603</b>
Prestações de serviços		173
Subsídios à exploração (ver nota 7 e 24)	17.545.587	15.935.514
Outros rendimentos	2.686.714	351.916

## 32.7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Serviços especializados</b>	<b>10.447.774</b>	<b>10.360.554</b>
Trabalhos especializados	460.470	347.356
Publicidade e propaganda	330.653	377.417
Vigilância e segurança	460.511	447.445
Honorários	92.665	111.569
Comissões	1.697.485	1.605.336
Conservação e reparação	6.678.957	6.790.002
Comunicação e informação público	25.192	14.441
Fiscalização da receita	652.701	638.948
Outros	49.140	28.040
<b>Materiais</b>	<b>89.608</b>	<b>70.691</b>
<b>Energia e fluidos</b>	<b>5.189.721</b>	<b>4.933.850</b>
Electricidade	825.552	1.008.856
Combustíveis	4.309.124	3.871.884
Água	41.285	37.773
Outros	13.761	15.336
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>88.145</b>	<b>17.007</b>
<b>Serviços diversos</b>	<b>4.180.272</b>	<b>3.778.808</b>
Rendas e alugueres	286.956	209.153
Comunicação	171.934	155.443
Seguros	1.358.334	1.286.039
Royalties	488.430	409.792
Contencioso e notariado	14.635	4.151
Despesas de representação	4.542	6.412
Limpeza, higiene e conforto	1.655.075	1.525.717
Outros serviços	200.368	182.101
<b>Fornecimento e serviços externos</b>	<b>19.995.520</b>	<b>19.160.910</b>

## 32.8. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

<b>OUTROS GASTOS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Impostos</b>	<b>139.166</b>	<b>134.126</b>
<b>Perdas em inventários</b>	<b>11.797</b>	<b>5.400</b>
<b>Gastos e perdas em investimentos não financeiros</b>	<b>216.484</b>	<b>613.486</b>
Alienações	12.787	435.946
Abates	1.034	109
Gastos em propriedades de investimento	202.664	177.430
<b>Outros gastos</b>	<b>656.830</b>	<b>571.728</b>
Donativos	281.672	244.794
Quotizações	27.010	23.865
Outros não especificados	348.149	303.068
Multas e penalidades	302	1.222
Diferenças de valorização	4.273	
Indemnizações por sinistros	310.328	274.109
Despesas bancárias e outros serviços financeiros	26.986	22.971
Juros de mora e compensatórios	3.286	2.177
Outros não especificados	2.974	2.590
	<b>1.024.278</b>	<b>1.324.740</b>

## 32.9. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

<b>OUTROS RENDIMENTOS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Rendimentos suplementares</b>	<b>1.748.474</b>	<b>1.686.144</b>
<b>Descontos de pronto pagamento obtidos</b>	<b>9.947</b>	<b>6.935</b>
<b>Ganhos em inventários</b>	<b>14.798</b>	<b>8.198</b>
<b>Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros</b>	<b>482.986</b>	<b>472.098</b>
Alienações	6.431	38.645
Sinistros	27	
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	472.460	391.964
Outros rendimentos	4.068	41.489
<b>Outros</b>	<b>2.569.075</b>	<b>2.446.003</b>
Excesso da estimativa para impostos	189	27.526
Imputação de subsídios para investimentos	2.032.311	2.005.196
Restituição de impostos	138.087	
Outros não especificados	398.489	413.281
Benefícios e penalidades contratuais	60.342	5.728
Indemnização de sinistros	303.000	347.287
Outros não especificados	35.147	60.266
<b>Juros, dividendos e outros rendimentos similares</b>	<b>554.286</b>	<b>661.888</b>
Juros obtidos	547.424	655.315
Dividendos obtidos	6.862	6.573
	<b>5.379.566</b>	<b>5.281.266</b>

## 32.10. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

Responsabilidades assumidas com garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

<b>BENEFICIÁRIO DA GARANTIA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Tribunais de Trabalho	Pensões de Acidentados de trabalho	380.213	404.860
		<b>380.213</b>	<b>404.860</b>

Porto, 2 de abril de 2026

**A Contabilista Certificada n.º 6622**  
Fernanda Maria Vidal Ribeiro

**O Conselho de Administração,**  
**Presidente**  
Luís Miguel Bonifácio Osório

**Vogais Executivos**  
Ana Isabel Pinto da Rocha Mena de Matos Lessa Ferreira  
José Manuel Pereira Ribeiro



# CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



## Certificação legal das contas

### Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 222 360 543 euros e um total de capital próprio de 163 956 075 euros, incluindo um resultado líquido de 2 900 970 euros) a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

Conforme mencionado no ponto 15.2 das notas às demonstrações financeiras da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A., as participações financeiras em subsidiárias e associadas, são mensuradas pelo denominado método de equivalência patrimonial. Conforme referido no ponto 1 das notas às demonstrações financeiras, a Entidade considera-se dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o previsto na alínea a), nº 6 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com a republicação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as

Forvis Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Sede Social: Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre A, 13º Piso, C - D, 1600-209 Lisboa - Portugal  
Porto: Edifício Icon Douro, Rua Manuel Pinto de Azevedo nº106-126, Piso 1 Q2 e Q3, 4100-320 Porto - Portugal  
Inscrição n.º 51 na OROC - Registada na CMVM sob o n.º 20161394 - NIPC 502 107 251 - Capital Social 218.660,00 €

Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

##### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 10 de abril de 2026



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A  
Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta  
(Revisor Oficial de Contas com o nº 1023 e registado na CMVM com o nº 20160637)

## Relatório e parecer do fiscal único

Exmos. Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções estatutárias acompanhámos, com a regularidade, extensão e metodologia consideradas adequadas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a atividade da **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.** (a Entidade), examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Na nossa qualidade de Revisores Oficiais de Contas auditámos as contas da sociedade reportadas a 31 de dezembro de 2025 e, como parte dos trabalhos de auditoria, analisámos o processo de preparação e divulgação da informação financeira na referida data.

O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos e o Relatório de Gestão, desde que lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. As bases de mensuração utilizadas merecem a nossa concordância.

De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo e no âmbito da aplicação do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido Decreto-Lei, sob epígrafe "Princípios de Governo Societário". Neste contexto, a **Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.**, em cumprimento do disposto no artigo 54º do referido diploma, elaborou o relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2025, a disponibilizar também para consulta no *site* da Entidade.

Com referência ao exercício de 2025, não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros nem emitimos parecer relativamente a qualquer negócio realizado entre a Entidade e os membros do Conselho de Administração da mesma nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Assim, somos de parecer:

- 1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a

Forvis Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Sede Social: Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca, Torre A, 13º Piso, C - D, 1600-209 Lisboa - Portugal  
Porto: Edifício Icon Douro, Rua Manuel Pinto de Azevedo nº106-126, Piso 1 Q2 e Q3, 4100-320 Porto - Portugal  
Inscrição n.º 51 na OROC - Registada na CMVM sob o n.º 20161394 - NIPC 502 107 251 - Capital Social 218.660,00 €

Demonstração dos Fluxos de Caixa, e o correspondente Anexo apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

- 2.º Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- 3.º Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 10 de abril de 2026

O FISCAL ÚNICO



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta  
(Revisor Oficial de Contas com o n.º 1023 e registado na CMVM com o n.º 20160637)

# **GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI)**



DIRETRIZES GRI	PÁGINA
<b>ESTRATÉGIA E ANÁLISE</b>	
G4 - 1 Mensagem do Presidente	5
G4 - 2 Descrição dos impactos, riscos e oportunidades	25; 73-74

### PERFIL ORGANIZACIONAL

G4 - 3 Nome da organização	contracapa
G4 - 4 Principais marcas, produtos e serviços	17-35
G4 - 5 Localização da sede da organização	contracapa
G4 - 6 País onde opera	contracapa
G4 - 7 Natureza da propriedade e forma jurídica da organização	66
G4 - 8 Mercados em que a organização atua (descriminação geográfica, setores abrangidos e tipos de clientes e beneficiários)	17-35
G4 - 9 Dimensão da organização	12-13
G4 - 10 Número total de empregados por género	48
G4 - 11 Colaboradores cobertos por acordos de negociação coletiva	N.D.
G4 - 12 Cadeia de fornecedores da organização	69
G4 - 13 Mudanças significativas ocorridas no período coberto pelo relato	79; 17-35
G4 - 14 Abordagem ao princípio da precaução	79
G4 - 15 Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	N.D.
G4 - 16 Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais	N.D.

### ASPETOS MATERIAIS E LIMITES

G4 - 17 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	N.A.
G4 - 18 Processo para a definição do conteúdo e limites do relatório	11; 100
G4 - 19 Aspectos considerados materiais na definição do conteúdo do relatório	11; 100
G4 - 20 Identificação dos aspetos materiais internos e seus limites	11; 100
G4 - 21 Identificação dos aspetos materiais externos e seus limites	11; 100
G4 - 22 Efeitos de reformulação de informação fornecida em relatórios anteriores e razões para essa reformulação	N.A.
G4 - 23 Mudanças significativas em comparação com períodos anteriores	N.A.

### ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

G4 - 24 Identificação das partes interessadas	65-69
G4 - 25 Metodologia de identificação das partes interessadas	N.A.
G4 - 26 Abordagem para o envolvimento das partes interessadas	N.D.
G4 - 27 Principais temas e preocupações das partes interessadas e medidas adotadas	65-69

### PERFIL DO RELATÓRIO

G4 - 28 Período coberto pelo relatório	11; 100
G4 - 29 Data do relatório anterior	N.A.
G4 - 30 Ciclo de emissão de relatórios	11; 100
G4 - 31 Contacto para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	contracapa
G4 - 32 Reportar a opção “de acordo” escolhida pela empresa	N.A.
G4 - 33 Política e prática corrente adotada para submeter o relatório a verificação externa	N.A.

DIRETRIZES GRI	PÁGINA
<b>GOVERNAÇÃO</b>	
G4 - 34 Estrutura de governação da organização	72; 75-77
G4 - 51 Políticas de remuneração aplicadas aos órgãos de governação	N.D.

### ÉTICA E INTEGRIDADE

G4 - 56 Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética	77-79
---	-------

### ECONÓMICO

#### DESEMPENHO ECONÓMICO

G4 - EC1 Valor económico direto gerado e distribuído	37-43
G4 - EC3 Cobertura das obrigações previstas no plano de pensões	N.D.
G4 - EC4 Apoio financeiro recebido do governo / acionista	40

#### IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS

G4 - EC7 Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos	38
G4 - EC8 Impactos económicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos	N.D.

### AMBIENTAL

#### ENERGIA

G4 - EN3 Consumo de energia dentro da organização	60-61
G4 - EN5 Intensidade energética	60-61
G4 - EN6 Redução do consumo de energia	60-61

#### ÁGUA

G4 - EN8 Consumo de água por fonte	61
------------------------------------	----

#### EMISSÕES

G4 - EN15 Emissões diretas de GEE	N.D.
G4 - EN16 Emissões indiretas de GEE	N.D.
G4 - EN17 Intensidade de emissões de GEE	N.D.
G4 - EN18 Redução de emissões de GEE	N.D.
G4 - EN21 Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	N.D.

#### EFLUENTES E RESÍDUOS

G4 - EN23 Peso de resíduos produzidos, por tipo e método de tratamento	63
G4 - EN25 Peso de resíduos produzidos considerados perigosos	63

#### CONFORMIDADE

G4 - EN29 Valor monetário de multas significativas decorrentes de não conformidades de leis e regulamentos ambientais	N.A.
---	------

#### GERAL

G4 - EN31 Total de investimentos e gastos com proteção ambiental, discriminados por tipo	N.D.
--	------

DIRETRIZES GRI	PÁGINA
<b>SOCIAL</b>	
<b>SOCIAL – PRÁTICAS LABORAIS</b>	
<b>EMPREGO</b>	
G4 - LA1	Número e taxa de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária e género 46
G4 - LA2	Benefícios concedidos a empregados a tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários 51-53
<b>SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO</b>	
G4 - LA6	Tipo e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e fatalidades 50
G4 - LA7	Trabalhadores com elevado risco ou incidência de doenças profissionais N.D.
<b>FORMAÇÃO</b>	
G4 - LA9	Média de horas de formação por ano, por trabalhador, discriminadas por género 49
G4 - LA11	Percentagem de empregados que recebam regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira N.D.
<b>DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES</b>	
G4 - LA12	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade 75; 47-48
<b>IGUALDADE DE REMUNERAÇÃO ENTRE HOMENS E MULHERES</b>	
G4 - LA13	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria profissional N.D.
<b>SOCIAL – SOCIEDADE</b>	
<b>COMUNIDADES LOCAIS</b>	
G4 - SO1	Operações com programas de envolvimento das comunidades locais 67-68
<b>COMBATE À CORRUPÇÃO</b>	
G4 - SO3	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção 79
G4 - SO4	Comunicação e formação em políticas e procedimentos anticorrupção 79
G4 - SO5	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção N.D.
<b>CONFORMIDADE</b>	
G4 - SO4	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes de não conformidade com leis e regulamentos N.A.
<b>MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADA COM IMPACTOS NA SOCIEDADE</b>	
G4 - SO11	Número de reclamações relacionadas com impactos na sociedade 32

DIRETRIZES GRI	PÁGINA
<b>SOCIAL – RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO</b>	
<b>SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE</b>	
G4 - PR1	Percentagem de categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança N.D.
G4 - PR2	Número total de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relacionados com impactos na saúde e segurança causas pelos produtos ou serviços N.D.
<b>ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS</b>	
G4 - PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e percentagem de categorias significativas sujeitas a essas exigências N.A.
G4 - PR4	Número total de casos de não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a informação e rotulagem dos produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados N.A.
G4 - PR5	Resultados de avaliação de satisfação do cliente N.A.
<b>COMUNICAÇÃO E MARKETING</b>	
G4 - PR7	Número total de não conformidades com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicação de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, por tipo de resultado N.A.
<b>PRIVACIDADE DO CLIENTE</b>	
G4 - PR8	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes N.A.
<b>CONFORMIDADE</b>	
G4 - PR9	Valor monetário de multas significativas pelo incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços N.A.

N.A. - Não Aplicável

N.D. - Não Disponível

**STCP**  
**Relatório e Contas 2025**

Av. Fernão de Magalhães 1862, 13º, 4350-158 Porto  
T. +351 225 071 000  
geral@stcp.pt  
www.stcp.pt

Capital Social 90.000.000 €  
Capital Próprio 139.339.622,20 €  
NIPC 500 246 467  
Registada 2ª CRC Porto nº 51372

edição e propriedade  
**Sociedade de Transportes Colectivos do Porto,**  
**E.I.M., S.A.**

design  
**Providência Design**

fotografia  
**Carla Tavares**

impressão  
**Tipografia Comercial**

tiragem  
**50 exemplares**

ano de edição  
**2026**

